

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MARTA FAGUNDES DOS REIS

LOBATO EM *EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA*: UMA VISÃO
HISTORIOGRÁFICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosemeire Leão da Silva Faccina

São Paulo

R375L Reis, Marta Fagundes dos.

Lobato em Emília no país da gramática : uma visão
historiográfica / Marta Fagundes dos Reis – 2009.

200 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana
Mackenzie, São Paulo, 2009.

Bibliografia: f. 174-178.

1. Historiografia. 2. Linguística. 3. História. 4. Literatura
infantil. 5. Língua portuguesa. I. Título.

CDD 469

MARTA FAGUNDES DOS REIS

LOBATO EM *EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA*: UMA VISÃO
HISTORIOGRÁFICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosemeire Leão da Silva Faccina

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Rosemeire Leão da Silva Faccina – Orientadora
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Harabagi Hanna
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof.^a Dr.^a Marilena Zanon
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

À minha família e ao meu marido, que me constituem enquanto ser humano, aos quais devo valores de vida e onde paira a minha mais pura essência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela Vida maravilhosa que me proporcionou.

Aos meus pais, por me ensinarem o valor da Educação.

Ao meu irmão, Oliene, por todos os anos dedicados a mim, pelo incentivo e apoio incondicional.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Ao José Cabrera, amado marido, companheiro, amigo... por entender minha distância, pelo eterno incentivo e por sua presença em todos os momentos.

Ao Cristiano Diniz, do CEDAE - UNICAMP, pela sua gentileza e disponibilidade.

Ao Sr. Jerzy Mateusz Kornbluh, Monteiro Lobato Licenciamentos Ltda, por ceder os direitos de reprodução dos Pareceres da Secretaria da Educação do Rio de Janeiro, de 07 de julho de 1934, e da Secretaria de Educação de São Paulo, de 13 de novembro de 1939.

À Kazue Matuda Miura, da Biblioteca Monteiro Lobato, por sua gentileza e atenção.

À Prof^a. Dr^a. Marilena Zanon, pelas preciosas orientações e pelo aceite em participar das minhas Bancas de Qualificação e de Mestrado.

À Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Harabagi Hanna, pela leitura criteriosa e orientação quando do momento da Qualificação e pela participação na Banca de Mestrado.

À Prof^a. Dr^a. Neusa Maria de Oliveira Bastos e à Prof^a Dr^a. Nancy dos Santos Casagrande pela disponibilização das condições de suplentes da banca.

Ao Mackpesquisa, pelo financiamento parcial desta pesquisa.

À Rosemeire Faccina, orientadora querida, por absolutamente tudo.

Tire-se ao homem a capacidade de sonhar, o poder da imaginação criadora e contemplativa, e diga-nos o que resta nele, ou melhor, o que fica da criatura humana?!

Eu ousaria parodiar o Mestre, dizendo: quem, com mínimo de sensibilidade, não coloriu sua imaginação de sonhos e esperanças, “atire a primeira pedra”.

Sonhar é preencher vazios, é criar condições terapêuticas para os impactos da realidade, é libertar-se, enfim!

(Bárbara Vasconcelos de Carvalho)

Resumo

Este trabalho insere-se no campo de pesquisa em Historiografia Linguística e na descrição da Língua Portuguesa. Apresenta uma visão historiográfica do livro *Emília no País da Gramática*, de Monteiro Lobato – 2ª edição, 1935, por meio do ensino de Português na primeira metade do século XX, comparando a obra literária de Lobato com o material pedagógico-linguístico da *Gramática Histórica (1915)* e da *Gramática Expositiva - Curso Superior (1907)*, de Eduardo Carlos Pereira. O objetivo foi estabelecer em que medida as filosofias presentes na obra de Lobato convergem ou divergem das filosofias presentes nas obras de Pereira e das concepções sócio-históricas, filosóficas, educacionais, econômicas e políticas de sua época. Ainda, verificar quais mudanças sofreram as teorias linguísticas expressas nesses materiais e como elas influenciaram o ensino da língua materna. Para tanto, foi seguido o modelo teórico da *Historiografia Linguística*, de Köerner e Swiggers (1991), que apontam os procedimentos-base da metodologia em questão (Contextualização, Imanência e Adequação). Ao concluir a análise, constatamos que Monteiro Lobato sofreu influência das filosofias de seu tempo, da política e da sociedade, pois sua obra se enquadrava nas políticas educacionais e reproduzia o padrão culto da língua, seguindo, portanto, suas normas e regras.

Palavras chave: Historiografia. Linguística. História. Literatura Infantil. Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This work is inserted in the inquiry field of *Historiografia Linguística e Descrição da Língua Portuguesa*. It presents a historiographic view of the book *Emília no País da Gramática*, by Monteiro Lobato – 2nd edition, 1935, The axis of the study is the teaching of the Portuguese language in the first half of the century XX, and the method used here is the comparative one: Lobato's literary work is compared with the linguistic-pedagogic material contained in two grammar books, *Gramática Histórica*(1915) and *Gramática Expositiva Curso-Superior* (1907), both written by Eduardo Carlos Pereira. The objective was to check in what measure the philosophies seen in Lobato's work agree or disagree with the philosophies seen in Pereira's works, and with the historical-social, philosophical, education, economical and political views of his time. Also, to check which changes suffered the definite linguistic theories, those material and as they influenced the teaching of mother tongue. The theoretical model used was of the Linguistic Historiography by Köerner and Swiggers (1991) that point to the proceedings-bases of the methodology open to question (Contextualização, Imanência and Adequação). While ending the analysis, we note what Monteiro Lobato was influenced by the philosophies of his time; by the politics and of the society, so, his work was fitted in the education policies, and they were reproducing the standard-standard of the language, following his standards and rules.

Keywords: Historiography. Linguistics. History. Children Literature. Portuguese Language.

Sumário

Resumo.....	7
Abstract.....	8
Capas dos livros analisados (fontes primárias).....	12
Considerações Iniciais.....	13
CAPÍTULO 1 – Um percurso pela Historiografia	
1.1- Historiografia.....	21
1.2- Historiografia Linguística.....	23
1.3- A procura de um método.....	27
1.4- Princípios da Historiografia Linguística.....	35
CAPÍTULO 2 – Monteiro Lobato e Eduardo Carlos Pereira: expressões marcantes no cenário brasileiro	
2.1- Monteiro Lobato.....	39
2.2- Eduardo Carlos Pereira.....	49
CAPÍTULO 3 – Contextualização sócio-histórica, econômica, política, filosófica e educacional da primeira metade do século XX	
I Fase	
3.1 - República Velha.....	57
3.2 - Primeira República.....	59
II Fase	
3.3 - Segunda República.....	62
3.4- Primeira Guerra Mundial.....	64
3.5- As mudanças provocadas pela Primeira Guerra Mundial.....	66
3.6- Revolução Russa.....	68
3.7- Crise de 1929/1930.....	73
3.8- Revolução de 1930.....	77
3.9- Segunda Guerra Mundial.....	80

3.10- Panorama da Educação no Brasil no século XX.....	84
3.10.1- Do Brasil Colônia à Primeira República.....	84
3.10.2- Da Revolução de 30 aos dias atuais.....	88

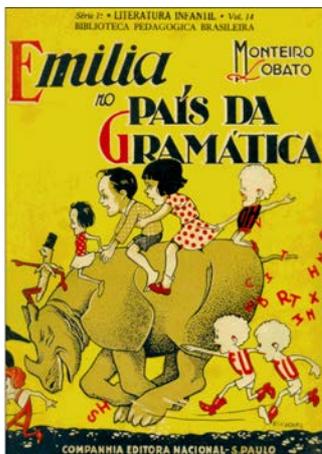
CAPÍTULO 4 – Análise das Fontes Primárias e secundárias à Luz da Historiografia Linguística – Imanência e adequação

I- FASE – Imanência.....	97
4.1 - <i>Gramática Histórica</i>	97
4.1.1- Capa.....	98
4.1.2- Introdução.....	99
4.1.3- Divisão Interna.....	102
4.2 - <i>Gramática Expositiva – Curso Superior</i>	103
4.2.1- Capa.....	104
4.2.2- Introdução.....	104
4.2.3- Divisão Interna.....	105
4.3 - Análise dos prólogos.....	107
4.3.1 Prólogo da 8ª edição- <i>Gramática Histórica</i>	109
4.3.2 Prólogo da 1ª edição- <i>Gramática Expositiva - Curso Superior</i>	114
4.3.3 Prólogo da 2ª edição- <i>Gramática Expositiva - Curso Superior</i>	118
4.3.4 Prólogo da 8ª edição- <i>Gramática Expositiva - Curso Superior</i>	121
4.4 - <i>Emília no País da Gramática, 1935</i>	124
4.4.1 Capa.....	125
4.4.2 Folha de rosto e contracapa.....	126
4.4.3 Divisão interna.....	126
4.4.4 <i>Emília no País da Gramática, 1935 – categorias</i>	130
II- FASE – Adequação.....	138
5.1 - <i>Emília no País da Gramática, 2008</i>	138
5.2 Capa.....	140
5.3 Contracapa e folha de rosto.....	141
5.4 Divisão interna.....	142

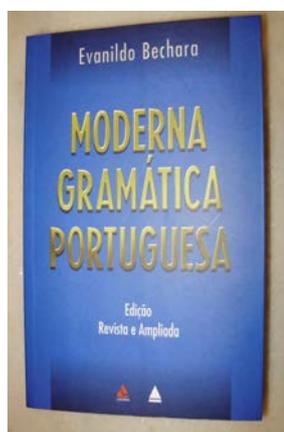
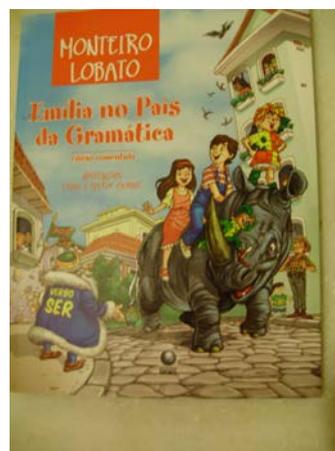
5.5	Análise dos prólogos – Fontes secundárias.....	142
5.5.1	Prólogo de Márcia Camargos.....	142
5.5.2	Prólogo de Maria Tereza A.R. Campos.....	145
5.6	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	149
5.6.1	Capa	151
5.6.2	Folha de rosto e contracapa.....	152
5.6.3	Divisão interna.....	152
5.6.4	Prefácio da 1ª edição- 1961.....	155
5.6.5	Prefácio da 38ª edição- 1999.....	159
	Considerações Finais.....	164
	Bibliografia.....	174
	Anexos.....	180

Capas dos livros analisados (fontes primárias)

Livro 1

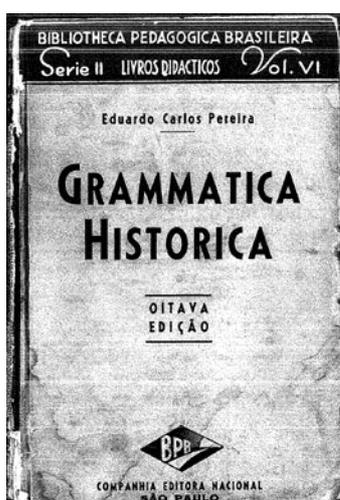


Livro 2



Livro 3

Livro 4



Livro 5



Monteiro Lobato - livros 1 e 2

Evanildo Bechara – livro 3

Eduardo Carlos Pereira – livros 4 e 5

Considerações Iniciais

A extensa produção ensaística, crítica e ficcional de Monteiro Lobato (1882-1948) preencheu o imaginário de várias gerações, mas foi com a obra infantil que o autor teve sua maior projeção. Antes de Lobato a literatura infantil praticamente não existia no Brasil. Nesse período, havia, na categoria em questão, tão somente obras de cunho folclórico ou moralizante, na maioria das vezes versões traduzidas dos Irmãos Grimm (ver p. 116), Perrault (ver p. 116) e Andersen (ver p. 116). No entanto, nas obras do autor, não era tão notório esse viés. Pelo contrário, percebemos nele uma preocupação, na maioria das vezes literária, com nuances lúdicas e didáticas. E foi isso que nos chamou a atenção: o desvio dos focos folclórico e moralizante em direção a outros focos, mais precisamente o didático. Percebemos nitidamente a intenção didática em livros como *Geografia de D. Benta* (1935), *Aritmética da Emília* (1935) e *Emília no País da Gramática* (1934), entre outros.

De uma maneira geral, todos os livros infantis de Lobato se enquadram numa concepção didática *lato sensu* devido ao caráter engajado de sua obra, visto que buscam inculcar concepções e valores nas crianças. Dessa maneira, em todos eles, a preocupação didática não se limita à transmissão de conteúdos. Estes são comentados, analisados, criticados, discutidos, deles tiram-se conclusões, mas com o propósito de auxiliar na formação do raciocínio e do julgamento crítico em relação ao mundo.

Nesses livros, são inúmeros os temas e problemas abordados e a quantidade é tal que ficaria exaustivo e difícil fazer um inventário de todos. Os conteúdos didáticos não são inocentemente transmitidos às crianças. Eles estão diretamente relacionados às teorias científicas e filosóficas, às concepções econômico-sociais, educacionais e históricas em voga no início do século XX.

Por isso, resolvemos verificar até que ponto a literatura de Lobato poderia estar realmente relacionada a tais teorias e concepções do seu tempo. Escolhemos o livro *Emília no País da Gramática* (1935) por estar mais intrinsecamente ligado à nossa área e por tentar explicar um assunto tão árido quanto a gramática por meio de uma literatura tão leve e de fácil compreensão, ou seja, tão lúdica. Para a nossa análise, escolhemos

como base de comparação as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira (1935/1944) por serem exatamente o oposto do livro infantil: constituem manuais didáticos normativos de leitura árida e sóbria e, além disso, foram utilizadas nas escolas no mesmo período que o livro (outra razão determinante para a escolha dessas Gramáticas como nosso material de apoio).

O interesse pela elaboração desta pesquisa remonta à época de infância. Quando criança, aprendendo a ler, minha mãe colocou em minhas mãos o texto de Lobato, tirado de um folheto do Laboratório Fontoura. Era a história de um “caipira”, o Jeca Tatu – datado de 1975. Como gostei e achei divertida aquela história! Li mais alguns dos seus livros e, ainda na infância, na década de 80, comecei a assistir, na televisão, a um programa maravilhoso, “O Sítio do Pica-Pau Amarelo”. Acompanhei todas as aventuras da “Turma do Sítio”. A partir de então, apaixonada por esse autor, sempre tive em mente estudá-lo mais profundamente.

Mais tarde, depois da graduação, comecei a lecionar para os alunos do ensino fundamental e percebi neles o gosto e o interesse pela leitura da obra de Lobato. Sempre liam, discutiam e trocavam os livros entre si. Observei que a obra do autor ainda atraía a criançada e, diante disso, passei a me questionar sobre o porquê de tanto interesse por um autor da literatura infantil do passado, de outra época, hoje, quando é tão grande a oferta de jogos eletrônicos e de autores de literatura infantil contemporânea. Fiz uma pesquisa entre meus alunos e descobri algo interessante: quase todos eles assistiam ou tinham assistido ao programa “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, que é exibido na televisão até hoje. Assim, resolvi retomar um antigo projeto, despertado na infância, estudar o maior autor infantil brasileiro de todas as épocas, Monteiro Lobato.

É, pois, sobre o contexto da literatura infantil, mais especificamente sobre a obra *Emília no País da Gramática* (1935), que este trabalho vai debruçar-se. Não no sentido literário, mas sob a perspectiva sócio-cultural e histórica da Historiografia Linguística. Examinamos a forma como o autor construiu sua obra em relação às teorias gramaticais, filosóficas, políticas e educacionais do seu período.

Tentamos não somente compreender os processos que perpassam a abordagem histórica da língua portuguesa no período entre 1882 e 1950, mas também procuramos apontar alguns resultados na obra infantil *Emília no País da Gramática* (1935). Entendemos que as atuais tendências nas ciências, sobretudo na Linguística, estão voltadas para a interlocução com outras ciências sociais, tais como a História, a Antropologia, a Psicologia, a Filosofia etc., o que acarreta o surgimento de novos métodos e técnicas de investigação da língua em materiais pedagógicos. Assim, neste trabalho, aliamos as disciplinas História e Linguística, para melhor entendermos a língua no recorte de tempo analisado.

As preocupações de Monteiro Lobato acerca da linguagem estiveram presentes em todos os gêneros da literatura. Na literatura para adultos, no conto “O Colocador de Pronomes”, na obra infantil *Emília no País da Gramática* (1934); nas cartas, especialmente para Godofredo Rangel, e nos artigos de revistas.

Tendo em vista tal situação, nosso objetivo geral, neste trabalho, é averiguar até que ponto as preocupações de Lobato acerca da linguagem se aproximam ou se afastam do viés das teorias pedagógicas e das políticas educacionais de sua época. Além disso, pretendemos também trazer à tona a discussão de alguns elementos da abordagem histórica da língua situados na obra analisada e procurar respostas a questões relativas às relações entre a obra literária e as gramáticas. Concomitantemente, mapearemos os modos como essas relações se dão no âmbito da Linguística Histórica.

Isso posto, encaminhamo-nos para o levantamento de nossos objetivos específicos, que são:

- 1 – Pesquisar e resumir as obras sobre Historiografia Linguística que sustentam esta pesquisa;
- 2 – Reconstruir os fatos, com olhar crítico e interpretativo, pela Historiografia Linguística, a partir da análise das fontes primárias (*Gramática Histórica e Gramática Expositiva*, de Eduardo C. Pereira; *Emília no País da Gramática*, de Lobato (1935 e 2008) e *Moderna Gramática Portuguesa*, Evanildo Bechara, 2007), que servem de base para o ensino de português à época de Lobato e hoje;

3 - Apresentar o contexto político, econômico, social, ideológico e educacional da primeira metade do século XX (1882 a 1950), no Brasil e no mundo, para que seja possível estabelecer o quadro de definição, para a interpretação do material selecionado em um contexto histórico-linguístico, utilizando para isso, o Princípio da Contextualização;

4 – Analisar a obra *Emília no País da Gramática* (1935) e as gramáticas *Histórica* (1935) e *Expositiva - Curso-Superior* (1944), pelo Princípio da Imanência, considerando, para isso, suas dimensões linguísticas internas e externas;

5 – Estabelecer ligações entre os dados colhidos nas obras selecionadas e o modo como elas são utilizadas na atualidade, com o objetivo de verificar, com base no Princípio de Adequação, em que medida as Gramáticas e o livro selecionados servem de parâmetros para os professores de Português.

Para tanto, nossa pesquisa se baseia nos postulados e princípios metodológicos de Konrad Köerner (1996) sobre a Historiografia Linguística para escrever a história da linguagem, uma vez que os princípios de Contextualização, Imanência e Adequação são os que regem a feitura deste trabalho, além da prática linguística efetiva, concebida como forma de identificar as diferentes fases de desenvolvimento da língua. A Historiografia Linguística lida ainda com questões que envolvem os fatores externos que influenciaram o pensamento linguístico no período analisado e/ou contemporâneo. Da mesma maneira, nosso trabalho tem como base os estudos de Altman (1998), de Historiografia da Língua Portuguesa, de Faccina (2002), Bastos e Palma (2004, 2006).

Assim, se toda obra linguística sofre influências (no sentido *Lato Sensu*) de fatores externos à língua, levantamos a hipótese de que, em sua obra infantil, Monteiro Lobato tenha também sofrido influência decisiva desses fatores e dos pensamentos linguísticos de sua época. Tentamos verificar essas questões e comprová-las ao longo do nosso trabalho.

Lidamos, ao longo de nossa prática pedagógica diária, com muitos autores e percebemos como eles, de uma maneira ou de outra, por meio de suas obras, levam para a sala de aula um certo discurso pedagógico e uma certa prática linguística. Atentamos

para o fato de que suas linguagens são produtos da época e do contexto histórico em que estão inseridos.

Além disso, salientamos que percebemos a interação dos nossos alunos com essas linguagens, verificamos o tipo de retorno que eles nos dão; a língua é um produto do meio em que vivemos e as obras literárias também estão nele inseridas. Isso posto, questionamos: Que tipo de linguagem e que filosofias perpassam essas obras?

Passamos, dessa maneira, a nos questionar a forma como esse processo se dá. Com essas questões em mente, fizemos uma longa busca para nos direcionar e saber qual aparato teórico explicaria melhor esses processos.

Feita a busca, decidimo-nos pela Historiografia Linguística, pois ela é a base teórica que melhor explicará as questões levantadas, já que trabalha com a língua, sua descrição e suas transformações num determinado período e como esses pormenores se refletem na sociedade e em sala de aula, na aula de língua portuguesa, mais especificamente.

As obras escolhidas para análise foram *Emília no País da Gramática*, de Monteiro Lobato (1935, 2ª edição), a *Gramática Histórica* (1935, 8ª edição) e a *Gramática Expositiva* (1944, 62ª edição), de Eduardo Carlos Pereira. Nós as escolhemos por verificarmos que os autores foram, e ainda são referência, seja nas pesquisas acadêmicas, seja nas escolas. Além disso, eles estiveram inseridos em um mesmo contexto histórico, altamente produtivo e turbulento, de grandes transformações econômicas, sociais, culturais e linguísticas, que modelaram suas escritas e suas obras.

Este trabalho de pesquisa está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, “Um percurso pela Historiografia”, que trata do referencial teórico, apresentamos e esclarecemos o que é Historiografia e o que é Historiografia Linguística, esta última vista sob a perspectiva de Köerner (1996), que a concebe como um modo de escrever a história da linguagem, baseada em princípios (Contextualização, Imanência e Adequação). Além disso, sugerimos que o método historiográfico ainda está em construção, pois ainda é uma disciplina recente. O referencial teórico baseia-se nos

estudos de Köerner (1989, 1996), Swiggers (1990), De Clerque & Swiggers (1991), Altman (1998), Bastos e Palma (1998, 2000, 2002) e Faccina (2002).

No capítulo 2, “Monteiro Lobato e Eduardo Carlos Pereira: expressões marcantes no cenário brasileiro”, refizemos a trajetória de vida de Monteiro Lobato. Começamos pela sua infância, em Taubaté, e depois passamos por sua formação acadêmica, em São Paulo. Delimitamos os aspectos que definiram sua vida e estilo literário. Sua luta em prol das melhorias sociais e econômicas brasileiras, sua obra, especificamente as infantis. Ainda nesse capítulo, levantamos alguns aspectos da vida e da obra de Eduardo Carlos Pereira, autor das gramáticas que foram utilizadas para a comparação com o livro de Lobato, *Emília no País da Gramática* (1935).

No capítulo 3, “Contextualização sócio-histórica, econômica, política, filosófica e educacional da Primeira metade do Século XX”, traçamos o perfil histórico (social, político, educacional etc.), que vai desde o nascimento de Monteiro Lobato, em 1882, até 1950, um pouco depois de sua morte, mais de meio século, em que as transformações, em todas as áreas, foram inúmeras e em ritmo galopante.

Começamos pelo fim do Império, sua decadência política, social e econômica. Depois disso, focalizamos a República Velha, desde a Proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889, até o final dos anos vinte, quando da queda da Política do Café com Leite, em 1930, período em que Getúlio Vargas assumiu o poder. Analisamos, também, a Grande Crise de 1929/1930, passando pela Primeira e Segunda Guerras Mundiais, até o final do Governo de Getúlio Vargas. Traçamos, ainda, o percurso dos fatos que foram relevantes no período e delineamos o clima de opinião da época, antes de entrarmos na biografia dos autores em questão.

No Capítulo 4, “Análise das fontes primárias e secundárias à luz da HL – Imanência e Adequação”, começamos pela análise da *Gramática Histórica* (1935), depois analisamos a *Gramática Expositiva – Curso Superior* (1944) e o livro *Emília no País da Gramática* (1935/2008), e, por último, a *Moderna Gramática Portuguesa* (2007). Nessa parte, selecionamos, ordenamos e analisamos os aspectos estruturais de cada uma das obras. Verificamos as suas respectivas capas (**Vide anexos: A p.180, B**

p.181, C p. 182, N p. 193, S p. 198, T p. 199), introduções e divisões internas. Feito isso, passamos a analisar os prólogos (**Vide anexos: D-F, p.183-185, G-J, p. 186-189, K p.190, L p.191, M p. 192**) das duas gramáticas, de Pereira (1935, 1944) e o próprio texto da obra, de Monteiro Lobato (1935/2008). Finalmente, analisamos os prólogos da gramática, de Bechara (2007).

Aqui, como estratégia de análise, elencamos duas categorias:

Categoria 1 - A estrutura das *Gramáticas Expositiva Curso-Superior e Histórica (1935, 1944)*, de Eduardo Carlos Pereira, da *Moderna Gramática Portuguesa (2007)*, de Evanildo Bechara, e do livro *Emília no País da Gramática (1935/2008)*, de Monteiro Lobato, tendo em vista uma doutrina político-ideológica que estabelecia uma política linguística e educacional, de dominação, tal como a vigente no período.

Categoria 2 – Análise das *Gramáticas (1935, 1944)* e do livro *Emília no País da Gramática (1935)*, tendo como ponto de partida, o estabelecimento de uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, por meio do ensino de língua materna.

Delimitamos o clima de opinião da época em relação à educação, às gramáticas e à obra de Lobato. Em relação à edição de Lobato de 2008, utilizamos, também, como fontes secundárias, os prólogos da nova edição, de Márcia Camargos e Maria Thereza R. A. Campos. E, finalmente, utilizamos a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2007), como fonte de comparação, cotejando-a-com as outras duas gramáticas por meio do princípio da Adequação.

Além disso, esta pesquisa conta com considerações iniciais e finais, uma bibliografia de referência e os anexos pertinentes.

CAPÍTULO I

Um percurso pela Historiografia

"O que sabemos é uma gota, o que ignoramos é um oceano."

(Isaac Newton, 1643-1727)

CAPÍTULO 1

UM PERCURSO PELA HISTORIOGRAFIA

1.1 - Historiografia

Neste capítulo, abordamos as bases teórico-metodológicas que guiarão nosso estudo no âmbito da Historiografia Linguística, e, conseqüentemente, tentamos responder o que é Historiografia e o que é Historiografia Linguística; para isso, serão focalizados alguns aspectos, como seus campos de atuação e suas orientações.

Começaremos com a afirmação de que a língua, em sua função de interação social, é um produto da atividade histórica do homem e, como tal, resulta de cada instante dessa interação, trazendo, no processo de sua evolução, marcas do passado para o presente. Pensando desse modo, queremos enfatizar a vital importância de uma análise linguística que leva em conta o aspecto histórico.

A Historiografia Linguística, base teórica do nosso trabalho, escolhida entre outras razões pelo fato de fundamentar-se na Ciência Histórica, nasceu no rastro da Linguística Histórica e vem expandindo seus estudos na área de Linguística, fazendo parte do rol das ciências que estudam a língua em sua relação com a história e a realidade social. Nesse aspecto, podemos tomar por base as ideias de Köerner (1996). Para o autor, Historiografia Linguística é uma maneira de escrever a história do estudo da linguagem, baseada em princípios, em contextualização e na sua prática efetiva, e não no sentido de meramente registrar a história da pesquisa linguística. Dessa forma, deve ser diferenciada da História da Linguística ou das Histórias das Ciências da Linguagem.

O surgimento da Historiografia, estreitamente vinculada à História, deu-se na França, em 1928/1929, com a criação da revista *Annales*¹ devido à insatisfação de dois jovens com o estágio de estudos na área. Eram eles: Marc Block e Lucien Febvre. Para esses autores, as análises em relação à história política de sua época eram, sem dúvida,

¹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989 – a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.

pobres, e nelas as situações históricas complexas se viam reduzidas a meros relatos de grandes homens e países.

Segundo Burke (in Odália, 1996, p.7),

Ignorando que, aquém e além deles (homens e países), se situavam campos de forças estruturais, coletivas e individuais que lhe conferiam densidade e profundidade compatíveis com o que parecia ser a frivolidade dos eventos. Se a história [...] era filha do seu tempo, não seria possível continuar a fazer esse tipo de história convencional que nem correspondia aos anseios de uma humanidade que vivia, nessas décadas, momentos de convulsões e rupturas com o passado, nem conseguia responder satisfatoriamente às exigências do novo tipo de homem que surgia.

Para Block e Febvre, havia a necessidade de uma história mais abrangente e totalizante, pois, o homem tinha mudado sua maneira de pensar e agir. Era necessário, então, um novo tipo de história, e não aquela que era simplesmente um jogo de poder. Abria-se, assim, um novo panorama de possibilidades de se fazer história. A essa nova maneira, impõe-se uma outra, a de ir buscar, junto às demais ciências sociais, os conceitos e os instrumentos que permitiriam ao historiador ampliar sua visão do mundo e do homem.

Nessa perspectiva, a Historiografia institui-se como método interdisciplinar, pois, a partir de então, passa-se a considerar a colaboração de outras disciplinas, tais como a Psicologia, a Economia, a Sociologia, a Geografia e também a Linguística.

É de grande importância salientar, no entanto, que a procura por uma abordagem historiográfica que não se concentre somente em acontecimentos políticos, mas, também leve em conta os fatos sociais, culturais, psicológicos, linguísticos, econômicos etc., não é de safra recente, vêm desde o século XVIII. Dessa forma, na busca de entender a história de uma forma total e abrangente, é que surge, também, a Historiografia Linguística, buscando entender a língua, ou a linguagem, de forma ampla, no contexto histórico em que ela foi produzida.

1.2 - Historiografia Linguística

Visto que nosso intuito é entender a Historiografia Linguística, focalizaremos agora esse objeto do nosso estudo. Passaremos, então, a apresentar algumas de suas acepções e métodos.

Os estudos em Historiografia Linguística têm se desenvolvido muito nos últimos anos. O sinal disso é o grande número de sociedades devotadas à História da Linguística, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa. Vários encontros especializados internacionais têm acontecido desde o final dos anos setenta. Também um grande número de pesquisadores começou a se interessar pelas questões de métodos e epistemologia em Historiografia Linguística, tendo a primeira discussão ocorrido no final da década de sessenta, com o livro de T. S. Kuhn, *As Estruturas das Revoluções Científicas* (1962), começando a exercer grande influência na História da Linguística. Foi então que se passou a questionar até que ponto o debate de Kuhn sobre revoluções científicas poderia guiar os estudos do historiador da Linguística. Essa discussão arrefeceu um pouco na década de setenta, quando alguns estudiosos da Linguística questionaram a validade da procura dos paradigmas na disciplina em questão. No entanto, houve razões para Kuhn ter sido tão entusiasticamente acolhido pelos cientistas sociais da época, embora sua teoria, ou seu argumento, visasse às ciências naturais. Dentre elas, a falta de conhecimento de outras filosofias da linguagem, anteriores e contemporâneas, que supriria esta demanda.

Segundo Kuhn (2006, p.20),

A ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, então os cientistas são homens que, com ou sem sucesso, empenharam-se em contribuir com um outro elemento para essa constelação específica. O desenvolvimento torna-se o processo gradativo através do qual esses itens foram adicionados, isoladamente ou em combinação, ao estoque sempre crescente que constitui o conhecimento e a técnica científicos.

Para Thomas S. Kuhn, o progresso científico, em cada etapa da sua evolução, implica uma ruptura em relação a teorias, métodos, seleção de problemas e critérios de solução de problemas. Ao invés do conhecimento acumulado e da continuidade desse conhecimento, haveria períodos de continuidade, descontinuidade e rupturas

responsáveis pela formação de um novo paradigma. Desse modo, entre o período da ciência dita normal e a extraordinária haveria uma crise que mudaria o foco das teorias.

Segundo Kuhn (Ibidem, p.126),

As revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma. Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução.

Dentre as implicações que as proposições de Kuhn trouxeram para a ciência, destacam-se aquelas que o historiógrafo de uma disciplina deve perseguir: “reconstruir práticas científicas passadas e rastrear seus momentos de continuidade e descontinuidade e seus momentos de ruptura” (KÖERNER1995 e SWIGGERS 1990b Apud ALTMAN, 1998, p.27,).

Sem dúvida, as ideias do passado podem, em muito, contribuir para a ciência contemporânea. As tradições anteriores trouxeram/trazem para o estágio atual contribuições valiosíssimas para as áreas em geral, mas não podemos afirmar que a produção do conhecimento resulta de simples acumulação de conquistas passadas, contínuas, em uma mesma direção. Também não implica que houve somente rupturas. O presente se alimenta, contínua e produtivamente, do passado. E uma das tarefas da Historiografia Linguística é, segundo Altman (Ibidem, p. 28),

(re)estabelecer os pressupostos que os linguistas do passado trouxeram para as suas práticas, bem como as consequências das suas proposições para o desenvolvimento do conhecimento que produzimos sobre a linguagem e as línguas, a investigação sistemática das condições passadas de produção e de recepção do conhecimento linguístico é um passo importante para nosso melhor entendimento dos traços constitutivos da(s) ciência(s) da linguagem contemporânea, e de suas metodologias.

A Historiografia tem, então, um trabalho difícil, pois aí entram alguns problemas metodológicos, como, por exemplo: como reconstruir as diferentes etapas e fases por

que passou a disciplina, dada a complexidade das questões envolvidas nesses processos? Como lidar com as condições sociais e históricas? Ao contrário do que indica a teoria de Kuhn, as revoluções científicas, em Linguística, nunca resultaram de um único e inovador modelo e “os paradigmas, nem sempre, se caracterizaram pela ampla aceitação da comunidade científica”. A autora também afirma que seria interessante considerar a viabilidade de historiografias da Linguística baseadas em outros modelos de história, como, por exemplo, corrente principal e corrente secundária, continuidade e descontinuidade, progressivo e relativo ou influência do contexto extralinguístico.

Qual seria, então, o modelo de descrição viável ao historiógrafo da linguagem e que daria conta das modificações e dos novos problemas, o modelo de descrição mais compatível com as especificidades de cada disciplina?

É difícil responder, pois cada disciplina tem um modelo teórico ou descritivo de acordo com a sua especificidade, mas a Historiografia Linguística ainda não tem o seu modelo pré-estabelecido. Dessa forma, este capítulo baseia-se no princípio de que, com a importância dada à linguagem nas Ciências Sociais, podemos ter diversas maneiras de abordagem da língua, o que permite flexibilidade ao historiógrafo no seu exame. Ao tomá-la como produto histórico-social, na perspectiva de articulação da Linguística, da História e de outras ciências que tratam das questões relacionadas ao homem, elaboramos, para este trabalho, um aparato teórico para dar conta da descrição, da explicação, e da interpretação dos fenômenos da linguagem.

Os primeiros estudos em Linguística no Brasil, segundo Altman (1998), começam a partir da década de trinta, mas de forma muito dispersa, com traduções de alguns periódicos estrangeiros e alguns poucos textos feitos sob encomenda, e não havia nenhuma intenção de se pensar criticamente essa produção. Só a partir de 1968 é que a produção e a pesquisa no Brasil se concretizaram, o que ocorreu devido ao clima de opinião da época, com fortes conotações políticas e reformistas, que propiciou o surgimento de novas lideranças intelectuais e institucionais. Essas reformas acarretaram o surgimento da disciplina Linguística, a partir das visões das primeiras gerações de

linguistas que atuavam na época, como Mattoso Câmara Jr., Izidoro Blikstein, Aryon D. Rodrigues², entre outros.

Assim, após a institucionalização da Linguística no Brasil, mais precisamente na década de setenta, começa a busca pelo estabelecimento da Historiografia Linguística, por uma conduta historiográfica, isso ocorrendo até a década de oitenta, quando alguns estudiosos desenvolveram vários estudos sobre o assunto. Mas só a partir dos anos noventa é que a Historiografia Linguística toma, no Brasil, realmente, um maior impulso, com os estudos de Altman (1998), Luna (2000), Bastos (2004), Casagrande (2001), Faccina (2002), entre outros.

A Historiografia Linguística é uma disciplina em ascensão, por seu alcance e amplo campo de ação. Não há dúvida de que sua base interdisciplinar, a valorização das condições sócio-históricas de produção linguística, o profundo conhecimento e empenho dos pesquisadores são, hoje, fortes determinantes para a constituição dessa nova linha de pesquisa.

Desse modo, aliando-se condições sócio-históricas e procedimento interdisciplinar, em Historiografia Linguística torna-se possível conciliar perspectivas linguísticas, históricas e socioculturais no processo de compreensão e interpretação dos documentos que serão analisados. Isto faz com que o pesquisador construa, a partir de cada ciência, conceitos e metodologias próprias. Entretanto, nenhuma delas, por si só, deve servir de guia para o historiógrafo em linguística.

Não pensamos que deve haver uma única abordagem em questão de tratamento histórico da língua. O fato de privilegiarmos a Historiografia Linguística neste trabalho não significa tratá-la como a única possibilidade de explicação. A única razão por que a elegemos é por vê-la, hoje, como um paradigma alternativo de abordagem linguística que amplia, em muito, a concepção de método, o que deixa para o pesquisador a escolha de um melhor meio de tratar os dados e documentos coletados ou adquiridos.

² Para saber mais sobre estes linguistas ver ALTMAN, Cristina. *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

Logo, por meio da Historiografia Linguística, devido ao seu método interdisciplinar, podemos identificar, no documento analisado, as pistas que revelam o que aconteceu em determinada época, em determinada sociedade, com determinada língua (no nosso caso, o Português), e, por que não, o que aconteceu ao homem. Dessa maneira, o pesquisador torna-se capaz de compreender o que está presente no documento e, por sua experiência atual, reconhecer, de maneira mais abrangente, os elementos do passado e entender mais profundamente os fatos contemporâneos, no contexto em que vive. Por isso, o historiógrafo da língua deve ter um bom conhecimento das teorias e das metodologias em Linguística, além de um conhecimento profundo da história intelectual e de outras ciências que poderão trazer contribuições ao seu estudo, a fim de atuar de maneira proveitosa e dinâmica em seu campo.

1.3 - A procura de um método

Sem dúvida, a construção de bases para a Historiografia Linguística implica grandes exigências dos linguistas e, nesse sentido, muita pesquisa e leitura de fontes originais ainda precisam ser feitas. E podemos afirmar que a reconstituição do passado representado em documentos e a descrição e explicação das continuidades e descontinuidades observadas na história da língua impõem, além disso, grande preparo intelectual (KÖERNER, 1996, p.47):

amplitude de escopo e profundidade de assimilação, exigindo um conhecimento quase enciclopédico por parte do investigador, dada a natureza multidisciplinar dessa atividade.

Dessa forma, o historiógrafo da língua deve saber que sua especificidade não se prende somente à análise linguística do documento, mas também se estende ao território do contexto intelectual, espaço extralinguístico por meio do qual se pode chegar ao conhecimento do histórico e do social. Além disso, o pesquisador em Historiografia Linguística precisa ter capacidade de síntese e de seleção, bem como uma formação intelectual adequada para interpretar fontes documentais e relacionar os dados com suas possíveis conexões.

Para consolidar uma teoria adequada à investigação nessa área, devemos buscar uma maneira de abordagem da língua, privilegiando sua dimensão histórico-social. Assim, é possível fazer um recorte no processo de mudança que sofre a língua, a fim de apreendê-la no tempo e em seus sucessivos espaços de tempo e mudanças. Nesse sentido, o passado constrói, continuamente, a língua e ela traz para a atualidade marcas que a revelam como produto da história. Desse processo resulta uma continuidade dentro da descontinuidade, o que constitui um elemento importante para o desenvolvimento do conhecimento produzido no âmbito da Linguística. (ALTMAN, 1998, p.27)

Ao invés de somente continuidade e acumulação, haveria, de tempos em tempos, períodos de descontinuidade e ruptura responsáveis pela formação de um novo “paradigma”, incomparável e incomensurável ao que o precedeu.

Assim, não só a continuidade e a descontinuidade trazem benefícios à língua, mas a ruptura também os traz. Assim, fundamental para entender os traços que constituem a ciência da linguagem contemporânea, bem como suas metodologias, é a investigação do conhecimento linguístico. Nesse ponto, os problemas de métodos tornam-se evidentes, pois há uma gama de variáveis e complexidade que dificultam a construção e a reconstrução das etapas por que passou uma disciplina científica.

Essa questão coloca para a Historiografia Linguística certos problemas metodológicos. Como reconstruir diferentes fases por que passou uma disciplina, se o historiógrafo tem de lidar com elementos sociais e históricos tão complexos?

Com efeito, não podemos dizer que o desenvolvimento da linguística tenha sido linear. A Linguística contemporânea passou por diversas fases e ainda não encontrou um modelo adequado e válido que analise a história da língua. Encontramos, em Saussure e Bloomfield, a teoria para aqueles que postulam uma concepção estática de língua. Por essa perspectiva, a língua não muda, ou seja, não é constituída pela historicidade nem é concretizada pela interação humana. A língua, nesse caso, é vista como estrutura hierárquica de níveis, cujas unidades se relacionam e interdependem num todo harmônico de frases. Não se descrevem, aqui, as línguas naturais, mas os seus sistemas. Embora os estudos desses autores sejam importantes, devemos salientar que

toda mudança, independentemente do setor da vida humana a que pertence, acarreta, naturalmente, mudanças na língua.

Após Saussure, a Linguística passou por várias vertentes estruturalistas, todas elas estudando a língua como enunciado frástico, chegando a Chomsky, que marca uma ruptura com o pressuposto anterior. Mostra-se, nesse momento, o referencial gerativista, com um nível de análise linguística que prevê um falante ideal, que interioriza um sistema autônomo de regras. A partir daí, vários estudiosos tentaram romper o paradigma estruturalista. Nessa tentativa, surgiram novas disciplinas, como a Antropolinguística, a Sociolinguística e a Psicolinguística, entre outras que tentaram estudar a língua levando em conta as dimensões temporais, espaciais, referenciais, interacionais etc.

O surgimento de determinada teoria não equivale ao desaparecimento de outra. Além disso, como afirma Faccina (2002), nem sempre um único pesquisador é responsável pelo surgimento de um novo paradigma, e, conseqüentemente, nem sempre é certa sua aceitação por uma comunidade científica. Dessa maneira, existem outras possibilidades de organização do trabalho historiográfico com as quais os historiógrafos podem entrar em concordância.

A parceria que a Historiografia Linguística faz com outras áreas de conhecimento levou alguns pesquisadores a certo avanço em face do desenvolvimento dessa área de conhecimento. Exemplo disso ocorre quando da tentativa de estabelecer pontos de contatos entre a Historiografia Linguística e a História das Ideias. Embora as discussões tenham sido proveitosas, Köerner (1996, p. 57) observa que:

Os insights advindos da História das Ideias pouco acrescentam ao que os historiógrafos da linguística teriam chegado por si mesmos: provém apenas um reconhecimento generalizado de que as teorias linguísticas não se desenvolvem em total isolamento do clima intelectual geral do período ou das atitudes particulares mantidas pela sociedade que promoveu a atividade científica.

Mais que isso, consideramos que a Linguística, como ramo de conhecimento que lida com a língua em todas as suas manifestações, exige mais que uma compreensão superficial da História das Ideias, da História da Filosofia ou mesmo da Linguística.

Embora seja verdade, fica claro que, se pretendermos ter uma compreensão ampla do clima intelectual geral de uma época na qual determinadas teorias são desenvolvidas, a contribuição da História das Ideias torna-se indispensável.

Ressaltamos, ainda, que a Historiografia como disciplina trabalha com a seleção, a ordenação, a interpretação e a reconstrução do conhecimento linguístico e, como tal, tem por base interpretações críticas do processo dessa produção contextualizada, do ponto de vista social, histórico e cultural. Dessa maneira, torna-se imprescindível o estudo historiográfico para os estudiosos ligados à linguagem. Para Köerner (1989), o conhecimento histórico da própria área o transformará praticamente, em verdadeiro cientista, pois isso quer dizer que ele conhece a origem das pressuposições, métodos e teorias de sua área de estudo, bem como suas limitações. E, além disso, afirma Faccina (2002, p. 59):

Isso habilita o estudioso a lidar com problemas não previstos e até com possíveis mudanças no meio do caminho e ao longo do tempo, reconhecendo não somente os avanços reais, mas também suas possíveis variações.

Não há dúvida de que o conhecimento histórico ajuda a distinguir os verdadeiros avanços no campo das variações sobre o mesmo tema e, a partir daí, evitar estudos redundantes.

Já tivemos grandes avanços na área de Linguística devido à aproximação entre Linguística e História, mas muito ainda precisa ser feito antes que resultem em verdadeiros benefícios na área. Na verdade, a História da Linguística precisa estabelecer uma metodologia coerente de pesquisa e uma formatação para apresentação de períodos, ideias e eventos passados para que seja considerada uma teoria ou disciplina realmente científica.

Dessa maneira, é necessário que o pesquisador ou o historiador de linguística entenda o contexto geral da época: o clima intelectual geral do período, o estado de estudo das ciências da linguagem, situação sócio-econômica e política, somando-se a isso os problemas não previstos. Não podemos perder de vista que o trabalho do

historiador está ligado ao contexto de produção e à aceitação de determinada teoria, que vai definir o caminho que ele irá trilhar em sua busca. Assim, estar a par do contexto é a maneira de entender o clima de opinião que o levará a compreender a escolha deste ou daquele paradigma.

A Historiografia Linguística deve se preocupar com as correntes intelectuais do período, que causaram algum tipo de impacto no pensamento linguístico, e, por isso, o historiógrafo deverá não só levar em conta o clima de opinião do período analisado, mas também as mudanças paradigmáticas ocorridas no campo científico. Isso significa que as revoluções científicas mudam as visões de mundo, exigindo da comunidade científica também uma reavaliação de seus métodos.

Köerner (1989) propõe quatro modelos possíveis à metodologia da Historiografia Linguística. Tais modelos são caracterizados como intra e extralinguísticos e, de acordo com o autor, podem auxiliar o historiógrafo a desenvolver uma metodologia própria e a compreender a história da linguística.

O primeiro modelo mostra uma progressão não linear, que vai se fortalecendo com o tempo, o Modelo Progresso por Acumulação. Opondo-se a ele, o segundo modelo, o de Subcorrente, tem a atividade linguística focada em tradições centrais ou periféricas. Nestas as razões ideológicas, sociais, políticas e outras podem decidir que linha de pensamento constitui o principal foco de atenção em um dado período, além de levar em conta fatores externos à língua. Este pensamento não exclui outras abordagens. O terceiro modelo, o Pêndulo-Balanço, surge em oposição aos dois focalizados anteriormente. Esses modelos não foram capazes de explicar as mudanças da periferia para o centro na atividade científica. Assim, as principais características desse novo modelo são o dinamismo e o reconhecimento de alterações contínuas entre as diversas abordagens na História da Linguística ou mesmo na Linguística. O quarto e último modelo proposto por Köerner é o Modelo Progresso Relativo, que pode ser usado para definir o desenvolvimento do tipo Pêndulo, enquanto, ao mesmo tempo, sugere um retorno a uma abordagem que leva em conta os avanços ocorridos na área estudada.

Apesar da importância dos modelos acima para a História da Linguística, eles não levam em conta os fatores extralinguísticos, e, como o próprio autor diz: “[...] disciplinas não operam no vácuo, mas, são dependentes de uma sociedade que apoia as ideias e as mantém” (KÖERNER, 1989, p. 55. Tradução nossa)³. Assim, elementos como a cultura, a história, a sociedade e a economia muitas vezes determinam a interpretação de um fato ou de uma pesquisa.

Altman (1998), também aborda o estudo em separado dos elementos externos e internos de uma dada disciplina científica, em função de sua dinâmica. Desse modo, o termo paradigma passa a se referir a programa de investigação.

A autora considera serem quatro os principais tipos de programas de investigação, que os historiógrafos da linguagem utilizaram ou podem utilizar para desenvolver seus estudos. No primeiro deles, o Programa de Correspondência, o foco de estudo era examinar as correspondências entre a linguagem, o pensamento e a realidade. A linguagem seria o meio de expressão do pensamento. Os principais estudiosos eram Platão (520-460 a.c.), Chomsky (1928), entre outros.

No Programa Descritivista, a língua é considerada um conjunto de dados formais, autônomos, ordenáveis de maneira sistemática. Neste programa distinguem-se duas abordagens: a estruturalista e a formalista. Seus principais estudiosos foram Panini (520-460 a.c.), os neogramáticos (Funcionalistas), Bloomfield (1887-1949) e Martinet (1908-1999) (Estruturalistas), entre outros.

No terceiro programa, o Sócio-cultural, a língua é estudada como um fato social e cultural. O principal objetivo, não é a elaboração de uma gramática, nem o estudo de como o pensamento é expresso pela linguagem, mas, a análise das formas de variação linguística, no âmbito de uma comunidade e do desempenho dos falantes dessa comunidade. As proposições, aqui, seriam de que o sentido é determinado pelo contexto pragmático. Alguns estudiosos da área são Dante (1265-1321), Boas (1858-1942) e Labov (1927), entre outros.

³ Disciplines do not operate in a vacuum but are dependent on a society that supports them and ideas (and times, ideologies) to sustain them.

O último trabalho estudado por Altman (1998) foi o chamado Programa de Projeção, que visa à projeção de um sistema formalizado. Uma linguagem construída pelo linguista-lógico, a Semântica Formal seria um bom exemplo. É um modelo elaborado em lógica formal para descrição da língua. Alguns estudiosos dessa área são: Montague (1930-1971) e Hintikka (1929), entre outros.

Embora a autora ilustre os programas acima como exemplo de tratamento científico da língua, ela enfatiza que uma teoria específica pode não esgotar, as propriedades de um programa. Por exemplo, a teoria de Chomsky (1928). Essa teoria defende o princípio da autonomia no sistema lógico-formal das línguas naturais, característica do programa Descritivista, mas, se enquadra melhor no Programa de Correspondência.

Sem dúvida, os modelos apresentados por Köerner e Altman são marcos importantes em Linguística; no entanto, eles não focalizam, com a devida intensidade, os fatos extralinguísticos, e isso prejudica sobremaneira a adoção de qualquer um deles em Historiografia Linguística, uma vez que não levam em conta os fatores ideológicos, históricos, sociais e econômicos, que devem ser vistos em profundidade, pois são vitais nessa área. Mostrou-se, assim, a necessidade de a Historiografia Linguística aliar-se a outras disciplinas, porque elas podem auxiliar, ora influenciando, ora mostrando caminhos ao historiógrafo.

Muitas discussões têm acontecido sobre a proposição de um método específico de pesquisa em Historiografia Linguística. Algumas perspectivas surgiram em relação ao tratamento histórico da língua, mas ainda é fundamental que tentemos propor modelos realmente concretos de análise da Historiografia Linguística, a fim de consolidar seu suporte teórico-metodológico. Para isso, devemos considerar a natureza do objeto de estudo, sua complexidade e sua natureza interdisciplinar.

Entre as questões discutidas anteriormente, incluem-se os problemas de procedimentos de pesquisas, de periodização, de contextualização, de identificação das concepções linguísticas vigentes e passadas, de implicações histórico-filosóficas na produção do documento, de influências implícitas ou explícitas, de diferentes fatores,

enfim, temas que podem dar margem a novos direcionamentos para uma pesquisa efetiva em Historiografia Linguística.

Como temos exaustivamente enfatizado, a Historiografia Linguística se constitui na interdisciplinaridade. Além disso, estuda o desenvolvimento do saber linguístico no tempo. Neste sentido, a Historiografia Linguística seleciona as diferentes práticas linguísticas, tais como cartas e livros didáticos de determinado período; a gramática e a história do ensino; textos não publicados; fontes complementares de pesquisas, rascunho; documentos oficiais e não oficiais; qualquer documento pessoal produzido por uma comunidade científica, até as comparações entre línguas. Abarca, também, interesse pelas gramáticas gerais, as origens das línguas e sua abordagem enquanto fenômeno tipicamente humano.

E, nesse aspecto, torna-se de fundamental importância o estudo historiográfico, pois, para reconstruir práticas linguísticas, é necessário explorar também a dimensão pessoal (LUNA apud. BASTOS E PALMA, 2004, p. 19),

[...] que se relaciona com o papel dos agentes no processo de desenvolvimento do conhecimento, e identifica o contexto e suas influências sobre o conhecimento linguístico.

A concepção de Historiografia Linguística, assim, deve considerar não só o aspecto científico da Linguística, mas também sua dimensão social, à qual Luna (1998) se refere como importante no estabelecimento dessa disciplina.

Enfim, embora a Historiografia Linguística ainda não tenha encontrado uma metodologia própria, há um conjunto de princípios gerais, tais como o social, o histórico e o teórico, com os quais os pesquisadores da área parecem concordar.

1.4 - Princípios da Historiografia Linguística

Visto que nosso interesse é buscar estabelecer alguns critérios para a nossa pesquisa, passaremos, então, a apresentar alguns princípios fundamentais para qualquer análise em Historiografia Linguística.

Antes de apresentarmos os princípios da Historiografia Linguística, julgamos imprescindível ressaltar as acepções do termo em sua totalidade. Para isso, baseamo-nos em Köerner (1996, p.45). Para o autor, é necessário entendermos a Historiografia Linguística “como modo de escrever a história do estudo da linguagem, baseado em princípios científicos”, e não mais como mero registro da história da pesquisa linguística. Assim, a aplicação dessa nova concepção pode ser a solução para os abusos cometidos pelo historiógrafo com relação à linguagem técnica.

Abaixo, estão comentados os princípios elencados por Koerner:

a) **Princípio de contextualização** - trata-se do clima de opinião da época em que o documento foi produzido, pois as ideias linguísticas nunca se desenvolvem independentemente de outras correntes intelectuais do período. Isso significa que a análise do documento não pode ser feita fora do seu contexto histórico-cultural, nem das concepções linguísticas, nem sócio-econômicas, e nem das políticas em circulação à época de sua produção. Para essa análise, devem ser levadas em conta as condições em que ele foi elaborado e todos os elementos que podem servir de referência para que o leitor relacione todas as informações e atribua sentido ao documento.

b) **Princípio de imanência** – Trata-se do esforço para estabelecer um entendimento amplo do documento, tanto crítico quanto histórico, filosófico ou linguístico, em circulação no momento de produção, tendo em vista que esse documento materializa as concepções histórico-intelectuais da época. É importante salientar que o pesquisador em Historiografia Linguística deve afastar-se, tanto quanto possível, de sua formação linguística específica e da linguística contemporânea, e, não as deixar interferir no processo de investigação do documento selecionado. Na realidade, para compreender o documento, é preciso apreendê-lo em todos os seus aspectos: investigar os

acontecimentos históricos da época, refazer sua trajetória e dar-lhe vida novamente. A teoria sob investigação, assim como a terminologia usada no texto - ambas devem ser definidas internamente e não em referência à teoria linguística moderna.

c) **Princípio de adequação teórica** – refere-se à possibilidade de interpretação e aproximação do documento histórico analisado à luz das teorias e vocabulários modernos. Isso só é feito depois de levar em conta estritamente os dois princípios anteriores.

Assim, apoiando-nos nos três princípios acima e tendo por base os estudos de Köerner (1989, 1996), Swiggers (1990), Faccina (2002) e Altman (1998), entre outros, analisaremos o livro *Emília no País da Gramática*, de Monteiro Lobato, e as gramáticas *Histórica e Expositiva* – Curso Superior, de Eduardo Carlos Pereira, lembrando que, para isso, seguiremos alguns passos investigativos na análise desses livros:

1º passo investigativo: selecionar fontes documentais com olhar crítico, classificando-as como primárias e secundárias, e, depois, colocá-las em ordem cronológica.

2º passo investigativo: reconstruir o clima de opinião da época (1882-1960), no sentido de verificar, nas fontes primárias, suas dimensões: social, cognitiva, linguística e educacional.

3º passo investigativo: interpretar o documento e/ou a obra, tornando-o/a inteligível ao leitor contemporâneo, sem alterar seu sentido original, mas procurando adequá-lo à atualidade.

Isso posto, passemos ao capítulo seguinte, elaborando a trajetória de vida dos autores contemplados nesta pesquisa e procedendo ao levantamento de suas obras.

CAPÍTULO 2

Monteiro Lobato e Eduardo Carlos Pereira: expressões marcantes no cenário brasileiro

“Escrever para crianças. Ah! Meu amigo, é admirável. Eu perdi o tempo escrevendo para gente grande, que é coisa que não vale a pena”.

(Monteiro Lobato)

CAPÍTULO 2

Monteiro Lobato e Eduardo Carlos Pereira: expressões marcantes no cenário brasileiro

Eduardo Carlos Pereira e Monteiro Lobato foram praticamente contemporâneos e, portanto, viveram no mesmo contexto histórico. Pereira era um pouco mais velho que Lobato. Mas ambos se dedicaram às Letras e deram a elas uma orientação pedagógica, embora de maneira diferente, e por isso, os selecionamos para o nosso trabalho.

Os dois autores tiveram formação acadêmica e produções literárias claramente diferenciadas. Enquanto Lobato concluiu o curso de Direito em São Paulo e tornou-se um renomado escritor infantil, Eduardo Carlos Pereira, que também começou o curso de Direito, na mesma cidade que Lobato, abandonou-o em favor da Teologia e do magistério público estadual (São Paulo), tornando-se, graças a sua prática docente e a seus profícuos estudos de Língua Portuguesa, um grande gramático.

Monteiro Lobato e Eduardo Carlos Pereira foram grandes personalidades de suas épocas. Assim, neste capítulo, nosso objetivo é delinear alguns aspectos da vida dos dois autores. Procuramos descrever suas vidas, o período em que viveram e quais linhas de pensamentos norteavam seus estudos. Passemos, nesse momento, à biografia de cada um deles.

2.1 – Monteiro Lobato



www.duplipensar.net

José Renato Monteiro Lobato, filho de José Bento Monteiro Lobato e Olympia Augusta Monteiro Lobato, nasceu no dia 18 de abril de 1882, na cidade de Taubaté, no estado de São Paulo. Logo depois do parto, quando Dona Olympia, pôde viajar, Juca, como passou a ser chamado, e seus pais foram para a fazenda em Ribeirão das Almas, perto de Taubaté. Nesse lugar passou a infância e guardou na memória seus melhores momentos, que, mais tarde, usaria para compor o cenário e os personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo.

Juca tinha duas irmãs mais novas, Judite e Ester, que eram suas companheiras de brincadeiras. Naqueles tempos, os irmãos brincavam com bonecos de sabugo. Vestiam o sabugo com roupinhas de bonecas. Também brincavam com chuchus, colocando palitos no vegetal para transformá-lo em “cavalinhos” ou “porquinhos”.

Seus pais tinham casa na cidade e ali permaneciam boa parte do ano. A casa da família dava para o jardim público, no Largo da Estação. Nesse largo, algumas vezes armavam-se circos. Ele e as irmãs, vestindo suas melhores roupas, acompanhavam o espetáculo com sofreguidão, mergulhados no mundo fantástico que se desenrolava no palco. Mas esses dias eram raros e a monotonia só era quebrada pelas idas à chácara do avô.

José Francisco Monteiro, Visconde de Tremembé, avô de Monteiro Lobato, também possuía casa na cidade, onde havia a sala encantada, o escritório do avô. Este era coberto por enormes estantes repletas de grossos livros. Juca ainda não sabia ler,

mas gostava de folhear a revista *Ilustrada*, de Ângelo Agostini, ou a *Novo Mundo*, de J.C. Rodrigues.

Lobato fez os estudos primários e parte do preparatório para o curso superior no Colégio Americano, de Taubaté, que depois passou a chamar-se Colégio Paulista. Fechando também este, foi para o Colégio São João Evangelista. Foi nesse tempo que o então José Renato Monteiro Lobato tomou a decisão de adotar o mesmo nome do pai. Seu pai possuía uma linda bengala cor de âmbar, com castão de ouro todo granulado. No topo do castão, numa parte lisa do metal, lia-se J.B.M.L., as iniciais do nome do pai. Essas iniciais estragavam seus planos de adquiri-la, quando seu pai morresse. Então, José Renato Monteiro Lobato decidiu-se, desse momento em diante, chamar-se José Bento Monteiro Lobato, como seu pai.

Em dezembro de 1895, aos treze anos de idade, já está em São Paulo preparando-se para os exames. No dia do resultado das provas, teve o primeiro choque de sua vida e o impacto deixou-o estarecido: não passara na prova oral de Português.

Voltou ao Colégio Paulista, em Taubaté, onde seus amigos resolveram fundar um jornalzinho estudantil chamado “O Guarani”, e, é nele que Monteiro Lobato, aos quatorze anos de idade, estreia como escritor. Escreve uma pequena crônica intitulada “Rabiscando”, sob o pseudônimo de Josbem. (CAVALHEIRO: 1955, p.40)

Como sofria de insônia, escrevi a um conhecido médico perguntando qual o melhor narcótico que ele conhecia, ao qual me respondeu: caro Josbem: há trinta anos que sou médico e sempre tenho empregado como narcótico o ópio, a codeína e outros. Mas há poucos meses lendo a Enciclopédia do Riso e da Galhofa, encontrei lá a seguinte anedota: *emenda pior do que o soneto*- um escritor escreveu no primeiro capítulo de seu livro- *outras coisas*; na impressão saiu *oltras coisas*; e o editor pôs na errata *ostras coisas*. Isto é o que se chama emenda pior do que o soneto. Ao acabar de ler essa anedota, um irresistível sono apoderou-se de mim, e quando acordei vi que estava ali um narcótico mais poderoso que quantos conhece a medicina. Tenho empregado com admiráveis resultados em que sofre de insônia, e é de fácil aplicação, porque basta ler duas ou três vezes. Vou mandar felicitar o Sr. Pafuncio Semicúpio Pechincha, autor de tão maravilhosa descoberta. (Assinado: Dr Mebsoj). Nunca empreguei esse narcótico como manda a fórmula desse médico, porque desde esse dia basta lembrar-me das anedotas do tal Pafúncio para que a insônia fuja espavorida. – JOSBEM.

Embora a pequena crônica não revele nada excepcional, já está presente em sua escrita a crítica, o estilo direto, conciso e objetivo. Logo depois dessa crônica, fez outra sobre o recesso da Semana Santa, em que se vêem as mesmas qualidades.

Depois do Colégio Paulista, José Bento Monteiro Lobato se interna no Instituto de Ciências e Letras, em São Paulo, a fim de concluir os estudos preparatórios para o curso de Direito. Nesse instituto, logo se firma como um dos melhores alunos e, nos três anos em que aí permanece, exceto por uma reprovação em Latim, fez todos os exames com êxito. Lobato escreve contos sob o pseudônimo de Gustavo Lannes e outros pseudônimos em *A Pátria* e *O Patriota*, dois jornaizinhos da escola.

Durante a fase do Instituto de Ciências e Letras, morre José Bento, seu pai, no dia 13 de junho de 1898. Logo após o enterro, volta para São Paulo, profundamente abatido e retoma seus estudos. Um ano depois, nova tragédia na vida de Monteiro Lobato. Mandaram-lhe que viesse logo, porque sua mãe estava muito doente, mas já não a encontra com vida. Depois do funeral, volta para São Paulo novamente. Está então, com dezesseis anos e as férias são, então, na fazenda Buquira, de propriedade de seu avô.

Aos dezoito anos de idade, depois dos exames preparatórios, Lobato entra para a Faculdade de Direito, e nela um grupo de colegas decide fundar uma associação acadêmica. A faculdade atravessava uma fase de total apatia. Os estudantes não se interessavam pelos movimentos políticos e sociais que agitavam a nação. A turma de Lobato sente necessidade de reavivar os ideais de outrora, que desembocaram no 13 de maio e no 15 de novembro. Assim, fundaram a *Arcádia Acadêmica* e, pela primeira vez, o escritor sobe à tribuna como orador para falar sobre a Academia de Direito. O tema escolhido é “Outrora e hoje”.

Depois desse discurso, Lobato poucas vezes voltou à tribuna, dizendo não ser feito para isso. Mais precisamente, ele só voltou a falar em público na época do problema do ferro e do petróleo, dois momentos que teve grande participação.

A *Arcádia Acadêmica* não deu certo, mas, nessa época, Lobato escreve alguns artigos e contos para alguns jornais de Taubaté e para um pequeno jornal de Pindamonhangaba, de nome *Minarete*, usando pseudônimos como Yewsky, Guy D'Hã e Hélio Bruma. Os contos *Cavalinhos*, *Noite de São João* e *Café Café* são desse período.

Em 1903, nas férias de junho, inicia sua correspondência com Godofredo Rangel, numa troca de cartas que irá durar quarenta anos, ininterruptamente. Começa a ler Zola (1840-1908), Balzac (1799-1850), Nietzsche (1844-1900), Shakespeare (1564-1616), Tolstoi (1828-1910), Maquiavel (1469-1527) entre outros. Continua lendo intensamente, a procura de uma filosofia que guie sua vida e, em dezembro de 1904, conclui seu curso de Direito. Numa das primeiras cartas dirigidas a Godofredo Rangel escreveu: (CAVALHEIRO, 1955, p.113)

Considero Nietzsche o maior gênio da filosofia moderna. É o homem objetivo. Dum banho de Nietzsche saímos lavados de todas as cracas vindas do mundo exterior e que desnaturam a individualidade. Da obra de Spencer saímos spencerianos; da de Kant saímos kantistas; da de Comte, saímos contistas – da de Nietzsche é potassa cáustica. Tira todas as gafeiras.

Nietzsche⁴ deu a Monteiro Lobato a filosofia que ele procurava. Adotará tal filosofia por sua vida afora e também a incluirá em sua literatura, sem sistematização alguma, livre, insubmisso às fórmulas e autoridades.

De volta a Taubaté, começou a escrever em jornais. Lobato está, nessa ocasião, com vinte e dois anos. Continua lendo muito. Escrevendo muito também, mas sem nada publicado. E, nesse período, conhece Maria da Pureza. O noivado, porém, só se concretizou quando Lobato conseguiu uma colocação estável.

Queria ser nomeado para Ribeirão Preto, mas sai a nomeação para Areias. Em maio de 1907, José Bento Monteiro Lobato chega a Areias, a fim de assumir o cargo de

⁴ Friedrich Wilhelm Nietzsche foi importante filósofo do século XX, considerado por muitos estudiosos, um niilista. Para saber mais sobre Nietzsche ver Nietzsche, Frederich. *Obras Incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

Promotor Público da Comarca. Fica decepcionado, pois a cidade decaíra muito. O município que, em meados do século XIX, dera ao Estado de São Paulo um décimo do total de sua produção agrícola e por ocasião da abolição dos escravos retira de sua lavoura três mil braços, caíra em um estado de total desolação. Terras que produziam, em 1854, 78% do café paulista, nesse momento não produziam nem 4%.

Os motivos de tal decadência foram: epidemia de varíola, em 1873; epidemia de febre amarela, em 1900 e 1904; a abolição dos negros e o êxodo verificado após a abolição. As duas epidemias dizimaram os melhores braços da lavoura. A abolição, por sua vez, trouxe o derrotismo e o pânico aos senhores da terra. Os negros, alvoroçados com a recente liberdade, abandonavam os eitos. Os proprietários não viram outra opção senão partir para o Oeste. Quando Lobato chegou, encontrou a escola e o teatro fechados, as terras de culturas entregues ao mato e a pobreza reinando por toda parte.

No dia 28 de março, de 1908, Lobato, com 26 anos de idade, casa-se com Maria Pureza da Natividade. Em março do ano seguinte, nasce sua primeira filha. Passa três meses em São Paulo, tentando conseguir transferência de Areias. Seu salário como promotor mal dá para viver modestamente, então tenta aumentar seu numerários com traduções de alguns artigos do *Weekley Times*, que envia para o Jornal *O Estado de São Paulo*.

Em maio de 1910, ainda em Areias, nasce seu segundo filho, Edgard. E, ainda nesse ano, morre o seu avô, Visconde de Tremembé, por um aneurisma cerebral. A morte do avô ocasiona profundas mudanças na vida de Monteiro Lobato. Ao fazer o levantamento do espólio, sobrou para ele a fazenda Buquira, encravada na Serra da Mantiqueira.

Nesse ínterim, continua correspondendo-se com Godofredo Rangel, com quem exercita seus dons literários. Mas passa os dias inteiramente ocupado com problemas práticos. As terras da fazenda estavam cansadas, exauridas, como todas as terras das redondezas, pelo cultivo sistemático e pelo processo rudimentar da agricultura da época.

Lobato tenta tirar a fazenda do nada, mas, para isso, precisa de muitos investimentos. São dias, anos, de atividades cansativas e problemas financeiros. Ao fim

de alguns anos, começa a descrever das possibilidades econômicas advindas da terra. Outro assunto o preocupava muito: as constantes queimadas para o plantio e a indolência dos seus empregados. Escreve para a Seção de Reclamações do Jornal *O Estado de São Paulo* protestando contra esse processo que destruía o solo e, além disso, falando sobre sua impotência diante do fato. A direção do jornal achou tão bom e bem feito o texto que lhe deu destaque especial no corpo da folha.

Ao escrever *Velha Praga*, título do artigo enviado ao jornal *O Estado de São Paulo*, não tinha previsto a enorme popularidade que alcançaria tal ato nem acreditava na eficácia do protesto. Mas o assunto o preocupava há muito tempo. As queimadas começavam em agosto e se prolongavam até outubro, quando vinham as chuvas. Para ele, era um autêntico crime contra a terra. Sua fazenda enorme, com terras magníficas, estava de tal forma maltratada por esse processo que, praticamente, não produzia mais nada.

Um mês depois, “Urupês” é publicado nas mesmas colunas. Agora, ao criticar os queimadores de mato denomina-os de “Jeca Tatu”. O articulista cria um símbolo sobre o qual joga sua indignação. Monteiro Lobato não chega a tal personagem de improviso; há todo um lento processo de observação até a cristalização da figura definitiva nas páginas de “Velha Praga” e “Urupês”.

Um ano depois de tomar posse da fazenda Buquira é que passa a observar os homens que o rodeiam. Até então, estava mais preocupado com os problemas administrativos em geral. Que raça de caboclo era aquela? Tristes, desalentados caipiras, eternamente de cócoras, incapazes de ação. Não é nada daquilo que os grandes autores nacionais cantam em verso e prosa. Pelo contrário, o trabalhador de suas terras é um depredador inconsciente, sem iniciativa, seminômade, não adaptado à civilização. De um fatalismo suicida resumido numa simples frase: “não paga a pena”.

Em 1914, estoura a Primeira Grande Guerra, que se prolongaria por quatro longos anos. Lobato vende a fazenda Buquira em 1917, muda-se para São Paulo com a família, agora acrescida de mais uma filha, nascida em 1916.

Nessa época, escreve intensamente para *O Estado de São Paulo* e para a *Revista do Brasil*. Fundada por Júlio de Mesquita, Luís Pereira Barreto e Alfredo Pujol, essa revista tinha como foco publicações relativas às Ciências, Letras, Artes, História e atualidades. Seu propósito era formar uma consciência nacionalista. O Brasil, na época, atravessava um período difícil e lá fora, na Europa, a guerra se prolongava atingindo a todos de uma maneira ou de outra. De Paris vinham as modas, a literatura e outras coisas. Dessa maneira, o objetivo da revista era estimular estudos, criação científica e literária que valorizasse as nossas riquezas sem hostilizar o estrangeiro, mas com os olhos voltados para a nossa realidade.

O escritor colabora intensamente com a revista. E, como era um momento de exaltado nacionalismo, inicia um inquérito sobre o Saci-Pererê. Tal fato despertou muito interesse, e, estimulado pelo êxito, resolve imprimir as dezenas de opiniões sobre o saci, dando, dessa forma, uma contribuição valiosíssima ao folclore brasileiro.

Em 1918, aos trinta e seis anos de idade, é que Monteiro Lobato publica seu primeiro livro, *Urupês*. O entusiasmo despertado pelo livro excedeu todas as expectativas do autor. O livro de Lobato representava, em meio às indecisas tendências literárias a que se filiavam os escritores brasileiros da época, uma inovação. Não pertencia à corrente psicológica liderada por Machado de Assis, nem à social de Graça Aranha, nem à regionalista de Euclides da Cunha. As características essenciais do gênero estavam presentes: tipos, costumes e linguagens locais, mas o autor não se limitou a percorrer os caminhos já trilhados. Ia além do puramente documental e, diante do nosso homem do campo, não teve atitude comovida, de afeto ou de exaltação.

O público consumiu rapidamente a primeira edição de *Urupês* posta a venda. Uma grande polêmica impulsionou tão grande tiragem. Não em torno das histórias que o contista publicara, mas em torno de Jeca Tatu. Em um artigo no final do livro, o autor, sob seu ponto de vista, diga-se de passagem deturpado pela falta de conhecimento, delineou no tal personagem as características do homem rural que ele tanto desprezava.

A polêmica em torno do livro ainda permanecia, meses depois, estimulada pelos debates e pelos artigos que constantemente saíam na imprensa. Monteiro Lobato decide,

então, influenciado pelo livro do cientista Miguel Pereira, rever seus conceitos em torno do Jeca.

O homem rural descrito por Pereira era incapaz de ação, amarelo, fraco, cheio de verminoses e sempre de cócoras. Era preciso curá-lo para que se tornasse produtivo para o Brasil. O diagnóstico fora feito: o problema vital da nossa nação não era de uma simples reforma constitucional, nem de modificações de costumes políticos ou de militarização da juventude. O principal problema do país era o saneamento básico.

Monteiro Lobato decidiu acompanhar alguns cientistas aos locais mais problemáticos e viu a realidade com outros olhos. Passou, dessa maneira, escrever artigos para o jornal *O Estado de São Paulo*, alertando a necessidade de uma reforma sanitária urgente. A campanha de Lobato se prolongou por alguns meses, com ataques a governos e às instituições. E, no findar de 1918, seus artigos foram reunidos em um livro, *O Problema Vital*, por decisão da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga pró-Saneamento. Assim o escritor redimia-se pela caricatura do Jeca, que não era como ele o retratara.

Em 1920, o autor cria a Editora Monteiro Lobato e Cia, que, quatro anos mais tarde, tornou-se a Companhia Gráfica Editora Monteiro Lobato. A editora deu importantíssima contribuição para a renovação de nossas obras didáticas e infantis. Dela nasceu o livro infantil brasileiro, com a publicação de *A Menina do Narizinho Arrebitado*. Também no setor gráfico, não foi pequeno o avanço que lhe devemos, pois ainda não havia obra ilustrada entre nós.

A empresa prosperou enormemente. Em 1921, diante de tal sucesso, Monteiro Lobato decide ampliar a editora. Comprou máquinas importadas, à prestação. Importou papel em grande escala, comprou prédios etc. Mas, de repente, em 1924, estourou uma revolução, chefiada por Isidoro Dias Lopes e, durante um mês, cessaram todas as atividades. Os prejuízos foram grandes para a editora.

A situação se tornou difícil com tais problemas e não houve outra solução senão a declaração de falência. Era o único jeito de garantir os interesses dos acionistas.

Assim, dos escombros da Empresa Editora Monteiro Lobato e Cia surgiu a Companhia Editora Nacional.

Depois disso, o autor decidiu ir morar no Rio de Janeiro. Deixou seu amigo e sócio, Otales Marcondes, tomando conta da empresa e começou a escrever artigos para alguns jornais. Nesses artigos, Monteiro Lobato fazia duras críticas políticas e sociais, mostrando o difícil período que o Brasil atravessava: as cadeias entulhadas; um governo despótico e impopular; analfabetismo e extrema pobreza da população; uma máquina eleitoral corrupta e uma oligarquia que se eternizava no poder.

Quando Washington Luís tomou posse como Presidente da República, o escritor recebe o novo presidente com otimismo e um artigo no jornal elogiando seu plano de governo. Por isso é convidado a ser o adido comercial do Brasil em Nova York. Aceito o convite, no dia 25 de maio de 1927 Lobato e sua família embarcaram para os Estados Unidos.

Lobato se encantou com o progresso norte-americano e os métodos de Henry Ford⁵. O autor passa quatro anos nos Estados Unidos e, nesse período, vê de perto e compara o progresso americano com o subdesenvolvimento brasileiro. Como adido comercial, procura despertar o governo para o aproveitamento e mobilização de nossos imensos recursos ferríferos. Mas o governo não lhe deu ouvidos. Lobato volta para o Brasil, em 1931, e é um homem desempregado, não possui nada, a não ser a renda de seus livros. Enquanto tenta ainda incutir na cabeça dos governantes a ideia de que o país precisava de ferro e petróleo, escreve *Ferro*, reedita *As Reinações de Narizinho* (1932), traduz do inglês, *Alice no País das Maravilhas* (CAROLL, 1865), *Pollyana* (PORTER, 1913) e *Robinson Crusó* (DEFOE, 1719), do italiano, *Pinocchio* (COLLODI, 1883), do francês, os contos de fadas de Perrault (1697), entre outros. Edita *Na Antevéspera* (1933), escreve *As Caçadas de Pedrinho* (1933) e *Emília no País da Gramática* (1934).

⁵ Henry Ford foi um importante engenheiro americano. Nasceu em 30 de julho de 1863, na cidade norte-americana de Springwells. Faleceu em 7 de abril de 1947, na cidade de Dearborn. Produziu seu primeiro automóvel em 1892.

Nessa época, Getúlio Vargas era o presidente do Brasil. Lobato tentou convencê-lo de suas ideias para a indústria siderúrgica. Depois, passou a defender, também junto a ele, a exploração do petróleo, publicando artigos no jornal *O Estado de São Paulo*.

Em 1936, escreve *O Escândalo do Petróleo*. O livro reflete os aspectos de sua luta pelo petróleo, começada em 1931. Entre suas lutas, seu trabalho de escritor e tradutor, chegou ao ano de 1939. Com muitos problemas financeiros e abatido com a morte do filho Guilherme, afunda em uma rotina exaustiva de traduções, chegando a traduzir trezentas páginas em vinte dias. Mas nada o fazia desistir de suas ideias.

Escreveu inúmeras cartas e relatórios ao Presidente Getúlio Vargas. Em uma última tentativa, escreveu-lhe denunciando as manobras da Standard Oil (ESSO)⁶, uma empresa americana exploradora de petróleo, para se apossar de terras petrolíferas brasileiras, e pedindo que o governo tomasse providências. Sua persistência em denunciar tais fatos e criticar a situação levou-o à prisão, no dia 20 de março, de 1941, acusado de desrespeito ao governo.

Foi condenado a seis meses, mas permaneceu noventa dias. Nesse período, lia vorazmente o que lhe caía nas mãos e continuava a traduzir. Recebia inúmeras cartas de apoio de seus admiradores. Mas a preocupação com a causa do petróleo continuava.

Lobato saiu doente da prisão. Não teve ânimo para escrever novas histórias infantis. Veio a Segunda Guerra Mundial, e o escritor perde o segundo filho, Edgar, já doente há algum tempo. Em 1946, com a saúde piorando e ainda muito desgostoso com o governo brasileiro, muda-se para a Argentina, onde publicou seus livros com grande sucesso. No entanto, a saudade do Brasil o fez retornar no ano seguinte.

O autor voltou da Argentina muito doente. Finalmente, no dia 4 de julho de 1948, morreu dormindo em sua cama, de um último espasmo vascular.

⁶ Foi a maior empresa petrolífera norte-americana no Séc. XX.

2.2 – Eduardo Carlos Pereira



www.ipb.org.br

Eduardo Carlos Pereira de Magalhães, filho do farmacêutico capitão Francisco Pereira de Magalhães e da professora Maria Eufrosina de Nazaré, nasceu em Caldas, Minas Gerais, em 8 de novembro de 1855. Entre 1870 e 1873, depois de aprender as primeiras letras com o irmão mais velho, foi estudar no Colégio Ipiranga, em Araraquara. Já adulto, transferiu-se para Campinas e depois para São Paulo.

Eduardo tinha vasto conhecimento, tendo se destacado como escritor, gramático, filólogo, historiador, abolicionista, humanista, democrata, jornalista, teólogo, evangelista e missionário.

Como educador, sugeria métodos pedagógicos modernos, tomando como exemplo a educação norte-americana, e sugeria a democratização do ensino. Em Campinas, deu aula de Latim e Português, ampliando, dessa forma, seus conhecimentos nessas disciplinas. Ainda em Campinas foi influenciado pelo Reverendo George N. Morton, diretor do Colégio Internacional, que o recomendou ao amigo George W. Chamberlain, o pastor da Igreja Presbiteriana de São Paulo, com quem entrou em contato e de quem sofreu grande influência religiosa. Foi recebido nessa igreja em 7 de março de 1875. Logo após, matriculou-se na Academia de Direito e, em março de 1877, passou a lecionar no Colégio Americano (atual Instituto Mackenzie).

Em 1870, novos princípios passam a nortear os intelectuais europeus da época: o evolucionismo de Darwin, e depois, de Mendel. O socialismo e o positivismo tomavam espaço em quase todas as áreas da ciência. Predominava, na ocasião, uma concepção

materialista da realidade, que passava a ser vista como em constante processo de evolução, dentro de rígidas leis naturais.

Essa revolução em quase todas as áreas não poderia deixar de trazer também modificações aos estudos da língua, fazendo-a ser concebida como organismo vivo, em constante mutação. Assim, o homem dessa época não só passou a conceber cientificamente o estudo das línguas, mas também passou a buscar explicação científica para praticamente tudo que o cercava.

Era época da *Segunda Revolução Industrial* - também conhecida como *Revolução Científico-Tecnológica*. Surgiram inúmeras descobertas científicas de grande repercussão, algumas das quais fizeram surgir na medicina novos produtos, usados para combater várias doenças. Também começaram a aparecer as primeiras máquinas de escrever, de somar, o telefone, o microfone, mudando, dessa forma, os hábitos dos principais centros urbanos brasileiros.

Apesar dessas mudanças de ordem social, inclusive com as pessoas frequentando salões, saraus, teatros etc. e de mudanças em outros setores, o ensino continuava extremamente deficiente e praticamente restrito aos meninos.

Nessa época, Eduardo Carlos Pereira já havia iniciado sua atuação na Primeira Igreja Presbiteriana, realizando sua obra pastoral em cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Nelas, o autor atendia no júri, prestava serviços religiosos e médicos.

O rumo de sua vida profissional mudou quando seu mentor e amigo, George Chamberlain, convenceu-o a abandonar o Direito e a se dedicar, exclusivamente, ao ministério pastoral. Eduardo estudou Teologia por quatro anos. Em 17 de julho de 1880 casou-se com sua colega de magistério na Escola Americana, Luiza Lauper, de Genebra. O casal teve dois filhos: Carlos, nascido em 1881, e Leonor, nascida em 1893, que se casou com o Dr. Charles Stewart, um dos presidentes do Mackenzie.

Em 1887, o Programa de Ensino do Curso Secundário do Colégio Pedro II passa por uma grande reforma para atender às concepções que estavam mudando as ciências e os estudos da Língua Portuguesa. Essas mudanças incentivaram a produção de novos

materiais didáticos para atender ao novo programa. Nesse período, surgiram as primeiras gramáticas escritas por brasileiros, como a gramática de João Ribeiro e a de Júlio Ribeiro, ambas seguindo a mesma orientação científica e baseadas nas gramáticas do português europeu. Nesse contexto, cabe ao professor Fausto Barreto a reorganização do programa da língua materna.

No dia 22 de agosto de 1888, Eduardo foi eleito por unanimidade o primeiro pastor nacional da comunidade a que ele primeiro se filiou, a Igreja Presbiteriana de São Paulo. Ali, durante trinta e quatro anos, exerceria o restante de seu ministério.

Em 1889, a República foi instalada, por força de um golpe militar, elevando o Marechal Deodoro da Fonseca a chefe do governo provisório da República. O golpe contou com a participação da imprensa e dos intelectuais, que apoiavam e difundiam as ideias positivistas.

Nessa época, já haviam sido fundados vários veículos de informações, como *O Estado de São Paulo*, *O Correio Paulistano*, e, em relação aos veículos de divulgação de estudos linguísticos, já contávamos, com a *Revista da Língua Portuguesa*. Eduardo Carlos Pereira tornou-se importante colaborador dos três. Além disso, ele também, escrevia artigos doutrinários na *Imprensa Evangélica* e na *Revista das Missões Nacionais*, fundadas e organizadas por presbiterianos.

Na virada do século XIX para o XX, nossa sociedade continuava passando por muitas transformações: a chegada de um grande número de imigrantes, vindos de diferentes países da Europa, o declínio dos preços da borracha e do café, o crescente processo de industrialização causando aceleração da urbanização e, conseqüentemente, um grande aumento do contingente de pessoas nas periferias das capitais, sobretudo na região Sudeste.

A maioria da população brasileira continuava analfabeta, pois o governo federal ainda não considerava a Educação uma prioridade, embora desde a República tivesse se tornado maior a preocupação, com a construção nacional por meio da melhoria do ensino.

Mais tarde, em 1895, Eduardo Carlos Pereira presta concurso público para o ingresso no *Ginásio Oficial do Estado de São Paulo*, onde, aprovado, assume a cadeira de Língua Portuguesa. Pouco tempo depois, Eduardo começa também a escrever suas gramáticas, utilizando exemplos de grandes nomes da literatura portuguesa e brasileira, como Padre Antonio Vieira, Camões, Alexandre Herculano, Antônio Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco, Gonçalves Dias etc.; de filólogos e linguistas mundialmente consagrados, como Frederico Diez, M. Bréal, Andrés Bello, Whitney e de estudiosos da Língua Portuguesa, como João Ribeiro, Cândido de Figueiredo, Ruy Barbosa etc.

A *Gramática expositiva* (Curso Superior), editada em 14 de fevereiro de 1907, foi a primeira obra didática de Pereira. A seguir, adaptando o seu conteúdo ao primeiro ano dos ginásios e de acordo com o programa oficial, edita a *Gramática Expositiva* (Curso Elementar), datada de dezembro do mesmo ano. Somente mais tarde termina a sua *Gramática Histórica* (1915), que é publicada em 1916, objetivando complementar os cursos antecedentes.

Em suas obras didáticas, Eduardo Carlos Pereira preocupou-se com a formação linguística e moral dos educandos. Isto fica claro nos exemplos utilizados para os exercícios práticos e para a fixação da teoria, todos denotando aspectos da moral e da religião e contextualizados na história do país e na vida familiar.

A *Gramática Expositiva – Curso Superior* é uma obra de uso prescritivo, do bem falar, da norma culta, utilizada por alunos do 4º ano do *Curso Ginásial* e, embora seu título sugira tratar-se de uma gramática de usos, o critério que prevalece é o da correção, e o que se descreve são regras voltadas para o bom uso, aquele que deve ser o melhor. O bom uso, no caso, é prescrito pelos autores de prestígio: as autoridades clássicas de reputação incontestada, sobretudo os escritores modernos, como Alexandre Herculano e Antonio Feliciano de Castilho, que vão referendar o uso linguístico desejável e necessário, porque é tido como o melhor.

A *Gramática Expositiva - Curso Elementar* (1907) segue os mesmos preceitos da *Gramática Expositiva - Curso Superior* (1907), mas esta sofre algumas modificações

para adaptar-se ao Programa Oficial de Ensino do 1º ano do Ginásio e dos cursos das escolas complementares e, devido a esse fato, seu didatismo é notório.

Por ser didática, essa obra persegue o caminho da objetividade e da clareza, estudando as relações entre os elementos gramaticais mínimos (a letra e o som), os elementos gramaticais intermediários (palavra e ideia) e os elementos gramaticais superiores (frase/pensamento, gramática/língua). Além disso, ela propõe uma série de exercícios de fixação e compreensão dos elementos da gramática, constituindo, dessa forma, um recurso pedagógico bastante prático.

Para Pereira, a linguagem é um fato social, e, dessa forma, a língua evolui com o tempo; além disso, a gramática tem função diretamente pedagógica. Apoiado nesses conceitos, ele constrói suas três gramáticas: *Gramática Expositiva – Curso Superior* (1907), *Gramática Expositiva – Curso Elementar* (1909) e a *Gramática Histórica* (1916). Elas são muito importantes para nós, pois Monteiro Lobato citou uma delas em seu livro *Emília no País da Gramática* (1934), e é aonde, mais diretamente, iremos nos apoiar, para podermos examinar em que medida as ideias de Lobato divergiam ou convergiam, do clima de opinião e das filosofias do período.

Eduardo Carlos Pereira defendeu a língua portuguesa como forma de expressão da cultura brasileira. Nos anos 80 do século XIX, ao lado de Rangel Pestana, Campos Sales e Prudente de Moraes lutaram pela vinda da República e por princípios mais democráticos do que os da Monarquia. Em 1889, foi convidado a se candidatar a deputado, mas recusou o convite.

Como humanista, abominava a escravidão, tendo lançado, inclusive, o folheto *A Religião Cristã em suas relações com a escravidão*. Como jornalista, preocupou-se com os problemas nacionais e internacionais e colaborou com várias publicações. Em 7 de janeiro de 1823, fundou o jornal *O Estandarte*, da Igreja presbiteriana Independente, em circulação até hoje.

Em relação à questão maçônica, a participação de E. C. Pereira foi de uma ferrenha luta contra a participação dos crentes nessa instituição. No começo, o seu jornal *O Estandarte* publicou várias matérias simpáticas a ela, já que muitos dos seus

presbíteros participavam dela, mas depois da publicação de um artigo do Dr. Nicolau Soares do Couto Esher (1867-1943)⁷, intitulado “A Maçonaria e o Crente”, que suscitou várias polêmicas, ele iniciou sua campanha contra.

Segundo Pereira, a maçonaria não podia estar ligada à Igreja Presbiteriana por três motivos. São eles:

- a) As orações sem Cristo, o que não está de acordo com as escrituras; somente podem ser feitas por sua mediação.
- b) A pessoa do supremo arquiteto, que não é o Deus Trino.
- c) A teoria da regeneração pela moral maçônica, desconhecendo a obra do Espírito Santo.

Logo depois, formulou um protesto mais desenvolvido, em nove tópicos, publicado em *O Estandarte* de 2 de agosto de 1900. Então, a partir daí, começou a publicar artigos contra a inclusão dos crentes na Maçonaria e também a participar de todos os conselhos da Igreja referentes a esse tema.

Em 12 de julho de 1900, em Campinas, houve a 5ª reunião do Conselho da Igreja Presbiteriana (Sínodo), em que o Rev. Eduardo propôs um plano de reorganização do Seminário Presbiteriano e a exclusão dos crentes maçons da respectiva instituição, mas seu plano foi considerado inoportuno. De acordo com o Conselho, os símbolos e os livros da Ordem nada dizem a respeito da maçonaria ou de qualquer outra sociedade secreta e, portanto, é permitido a um membro da igreja ser maçom se a sua própria consciência não o proíbe. Nessa reunião, Eduardo apresentou sua renúncia à cadeira de professor do Seminário Presbiteriano.

Além de gramático, Eduardo Carlos Pereira, foi um dos maiores estudiosos de nossa língua, tendo sido ainda um dos responsáveis pela tradução da versão brasileira da *Bíblia Sagrada*, editada em 1917, considerada uma das melhores traduções em Língua Portuguesa. Foi também escritor evangélico, chegando a publicar inúmeras obras, como *A maçonaria e a igreja cristã*, *O problema religioso*

⁷ Jovem médico de São Paulo, membro da 1ª Igreja Presbiteriana, que residia no Rio de Janeiro.

da América Latina, As origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Balanço Histórico.

Vivíamos a Primeira Grande Guerra e seus efeitos seriam muito importantes, pois praticamente todo mundo sofreu as suas consequências. Os países diretamente envolvidos no conflito mantinham relações de comércio com quase todo o restante do globo. Isso trouxe profundas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. Ocorreu, por exemplo, a redução de exportação do café brasileiro, além de dificuldades de importação, que traziam crises de abastecimento, sobretudo de cereais. Greves operárias eram deflagradas em várias regiões do país. Essa situação abalou as finanças do Brasil, cujas rendas públicas dependiam muito dos impostos, sobretudo sobre a importação do café. O impacto disso na renda nacional foi tamanho que os empréstimos contraídos no exterior não puderam ser pagos antes de 1927.

A guerra termina, mas, em vários lugares, movimentos sócio-políticos começam a ganhar força e aceitação popular. Trabalhadores, camponeses e militares esgotados pela guerra começam a lutar por igualdade social. No Brasil, é criado o Partido Comunista, cujo objetivo era lutar pelo socialismo.

Nessa época, surgem na literatura escritores cujas obras diferenciavam-se dos modelos da época. Eram autores que escreviam baseando-se nos fatos reais do país, usando uma linguagem objetiva, direta e clara e um tom quase jornalístico, tecendo críticas mordazes à realidade brasileira. Eram eles: Lima Barreto, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, entre outros.

Em agosto de 1921, Eduardo Carlos Pereira perde a esposa e, logo depois, ausenta-se do Brasil para ir a um *Congresso* que estudava a questão religiosa, sobretudo, relacionada à América Latina.

Eduardo Carlos Pereira morre a 2 de março de 1923, vítima de grave doença. Deixa uma obra respeitável, tanto na área da Religião quanto na da Gramática, constituindo preciosa fonte de pesquisa para religiosos, estudiosos da gramática e da língua portuguesa.

CAPÍTULO 3

Contextualização sócio-histórica, econômica, filosófica e educacional da primeira metade do século XX

"A vantagem é recíproca, pois os homens, enquanto ensinam, aprendem."

SÊNECA (4 a.c. / 65 d.c.)

CAPÍTULO 3

Contextualização sócio-histórica, econômica, filosófica e educacional da primeira metade do século XX

3.1 - República Velha

Antes de entrarmos no período em que viveu Monteiro Lobato, desde pouco antes da proclamação da nossa República (1882) até 1948, falaremos, em linhas gerais, sobre o período que culminou na chamada 1ª República, também conhecida como a primeira parte da chamada República Velha.

Quando terminou a Guerra do Paraguai, em 1870, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano. Em manifesto publicado em um jornal intitulado *A República*, criticava-se duramente o regime monárquico, o Poder Moderador e a Vitaliciedade do Senado. O manifesto defendia a destituição do imperador, a implantação da República e o Federalismo (autonomia administrativa das províncias).

Entre 1870 e 1872, a campanha republicana alastrou-se pelo país. Surgiram mais de vinte jornais republicanos, que criticaram duramente a monarquia. Seus redatores e leitores eram, em geral, médicos, negociantes, advogados, funcionários públicos e engenheiros. A maioria pertencia à classe média urbana. As grandes cidades brasileiras estavam em pleno crescimento e começavam a modernizar-se, ampliando, com isso, seus mercados de trabalho.

Na monarquia, havia pouca probabilidade de participação política para a classe média urbana. O voto era censitário, o que excluía grande parte da população de participar das eleições. Já os republicanos defendiam o voto universal, o respeito à vontade do cidadão e a liberdade do indivíduo. Por isso, a campanha republicana teve tantos adeptos entre os grupos médios urbanos - para eles, a República representava o progresso e o futuro do país.

Os fazendeiros do oeste paulista também aderiram à campanha republicana. Eles opunham-se ao poder centralizado do Império e desejavam o federalismo. Em 1873, reunidos na cidade paulista de Itu, fundaram o Partido Republicano Paulista, que se dedicou a divulgar os ideais do partido em jornais, revistas e conferências.

Os republicanos souberam aproveitar os constantes incidentes políticos para colocar em descrédito a monarquia. Foi quando o imperador mandou prender dois bispos por terem desobedecido às ordens imperiais. Pouco depois, D. Pedro II os anistiou. Os republicanos aproveitaram o episódio para denunciar que a monarquia não admitia liberdade de religião nem de ensino. Também a acusavam de intransigência, por não aceitar a separação entre a Igreja e o Estado, o casamento civil e o registro civil de morte. (FAUSTO, 2006, p. 229)

O bispo de Olinda, D. Vital, em obediência à determinação do papa, decidiu proibir o ingresso de maçons nas irmandades religiosas. Apesar de numericamente pequena, a maçonaria tinha influência nos círculos dirigentes. O visconde do Rio Branco, por exemplo, que presidia o conselho de ministros era maçom.

De acordo com Boris Fausto, a campanha republicana ganhou numerosos simpatizantes entre membros do exército. Muitos militares voltaram da guerra do Paraguai adeptos das ideias republicanas. O clima político no Brasil após 1870 contribuiu para fortalecê-las. A maioria deles pertencia à classe média, para quem a carreira militar era um meio de estudar e trabalhar. A Escola Militar gozava de alto conceito e destacava-se pela ótima qualidade de ensino. Os cursos exigiam muito dos alunos, que só eram promovidos por mérito. Na Escola Militar, orgulhavam-se da educação técnica que recebiam e se sentiam superiores aos bacharéis em direito, cuja maioria, filhos dos grandes fazendeiros, obtinha seus diplomas sem grandes méritos pessoais.

No entanto, eram os bacharéis que ocupavam os cargos públicos mais importantes e tinham condições de subir na carreira política. Essa situação criou ressentimentos e insatisfação, entre os militares e os indispôs contra os civis, ligados ao poder monárquico. Cresceu, desse modo, entre os militares, a crença de que somente a

república acabaria com os privilégios da monarquia e eles é que eram, portanto, os verdadeiros patriotas.

O descontentamento dos militares com a situação provocou uma série de atos de indisciplina, cujo conjunto ficou conhecido como a “*Questão Militar*”. “O Ministro da Guerra assinou, então, uma ordem em que proibia militares de discutir, por meio da imprensa, questões políticas ou da corporação.” (Ibidem) O governo puniu os indisciplinares, com demissão, prisão ou transferência. E essas punições provocaram reação de protestos e solidariedade, unindo ainda mais os militares contra a monarquia.

A Lei Áurea foi assinada em maio de 1888, abolindo a escravidão, sem nenhuma indenização aos proprietários de escravos. Os fazendeiros, donos de escravos, muitos deles deputados e senadores, sentiram-se traídos pelo governo imperial. Alguns aderiram ao Partido Republicano e outros, simplesmente, deixaram de apoiar D. Pedro II.

O Imperador estava isolado politicamente. Era combatido pelos militares, pelos fazendeiros, pela Igreja e pela classe média. Na manhã de 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca declarou destituído o ministério e prendeu o Primeiro Ministro. Era o fim da monarquia. Começava um novo período na história brasileira.

3.2 – Primeira República

A Primeira República é o período que se estende desde a proclamação até a posse de Prudente de Moraes, em 1894. “A passagem do império para a república foi quase um passeio” (Ibidem, p. 245). Mas havia no país uma grande incerteza. O fato de o Brasil ter-se tornado república não levava automaticamente a um consenso político no país. Ou seja, as forças políticas ainda não tinham chegado a um acordo sobre a natureza do novo regime. Éramos uma república. Mas, que tipo de república seria essa? Com democracia ou com ditadura? Os militares teriam muito poder ou deveriam prevalecer os políticos civis? O poder central seria forte, ou cada estado teria bastante autonomia? Quem teria

maior destaque: o exército ou a marinha? Como deveria ser a nova constituição? E daí por diante.

Os positivistas esperavam que fosse uma ditadura científica. Alguns preferiam a ditadura militar. Os fazendeiros paulistas adotavam o liberalismo político, inspirado no regime dos Estados Unidos e no darwinismo social, uma espécie de cada um por si, no vale-tudo do mercado. Já os republicanos imaginavam que o novo regime faria com o Brasil o que a Revolução Francesa tinha feito com a França: estabelecer a liberdade e a igualdade, além de garantir os direitos do cidadão.

As questões nacionais foram decididas, autoritariamente. As opiniões que venceram foram aquelas que tiveram mais força para impor sua vontade. As tropas foram mobilizadas, jornais fechados, políticos ameaçados, pessoas assassinadas. E, no final das contas, depois que as coisas se acalmaram, viu-se que o poder estaria nas mãos dos grandes cafeicultores.

Deodoro da Fonseca tornou-se chefe do governo provisório. O começo do seu governo tinha a aparência democrática. A Igreja foi separada do Estado. Foram convocadas eleições para a Assembleia Constituinte. Os membros eleitos tinham a tarefa de elaborar a Nova Constituição. Assim, em 1891, ela estava pronta. (Ibidem, p. 249)

Uma comissão de cinco pessoas foi encarregada de redigir um projeto de Constituição, submetido depois à profunda revisão por parte de Rui Barbosa - Ministro da Fazenda do governo provisório. A seguir, encaminhou-se o projeto à apreciação da Assembleia Constituinte, que, após muitas discussões e algumas emendas promulgou o texto, a 24 fevereiro de 1891. [...] A primeira Constituição da República inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República federativa liberal.

A nova Constituição estabelecia que o Presidente da República fosse eleito pelo voto direto do povo. Exceto o primeiro, que seria escolhido pelo Congresso Nacional. E, o escolhido foi o próprio Deodoro da Fonseca. Isso, devido às ameaças de Deodoro de colocar os soldados na rua.

O governo de Deodoro foi marcado pela crise. O ministro Rui Barbosa elaborou um plano econômico para estimular o crescimento da economia e da indústria. Mas o plano fracassou. O ministro aumentou a emissão de papel-moeda e esse dinheiro seria emprestado aos empresários que quisessem abrir fábricas. O problema foi que a economia do país não cresceu e não absorveu a grande quantidade de notas de dinheiro em circulação. Houve, então, o que, em economia, chamamos de inflação.

A imprensa criticou e Deodoro mandou fechar jornais e mandou prender opositores. Nesse momento, o Congresso votou uma lei limitando os poderes do Presidente da República. Deodoro fechou o Congresso e ameaçou bombardear o Rio de Janeiro. O país tornou-se um caos, e ele renunciou.

O segundo presidente desse período foi o marechal de exército, Floriano Peixoto. Antes vice-presidente de Deodoro, Floriano Peixoto agora tomava o seu lugar. Mesmo com a saída de Deodoro, a tensão política não diminuiu. Muitos grupos rejeitavam Floriano, desde alguns generais, oficiais da marinha até governadores. Mas Floriano contava com o apoio de pessoas influentes e poderosas - os deputados e senadores do Partido Republicano Paulista, que eram os grandes fazendeiros, sobretudo, os paulistas. Esses fazendeiros queriam que Floriano acabasse com a crise, dando, assim, estabilidade econômica e política para o país, pois o clima instável não era bom para o bolso deles.

Mas, segundo Leôncio Basbaum (1976), Floriano agiu como um ditador. Mandava prender quem o criticasse, fosse jornalista, general ou governador:

Era a força pura e simples. Enquanto o Congresso reunido discute sobre a legalidade da prisão dos parlamentares, em virtude do estado de sítio, Floriano comenta: “Vão discutindo que eu vou mandando prender”. [...] Esse era o homem que se achava à testa da Presidência da República, num período verdadeiramente excepcional: derrocada financeira; um exército dividido entre monarquistas, deodoristas e florianistas; uma Marinha hostil. [...] O estado em permanente agitação, agravadas com deposições sumárias.

Floriano, então, compreendeu que um governo não podia se sustentar somente pela força das Armas. Seu sucessor foi escolhido à sua revelia, em plena revolta de 25 de

setembro de 1894. Os Partidos Republicano Federal, Republicano Estadual e o Republicano Paulista escolheram Prudente de Moraes como representante nato, já que este traduzia os interesses da aristocracia cafeeira. Era o fim da 1ª República.

3.3 - Segunda República

Estamos na Segunda República. Começa assim um novo período na História do Brasil: o reinado do café, durante o qual, por 36 anos, o poder estaria nas mãos da aristocracia rural e dos grandes senhores de terra.

De fins do século XIX até a metade do século XX abre-se realmente um período novo na História do Brasil e do mundo. O fim do século XIX havia sido, para a América e a Europa, um período relativamente pacífico e de tranquilidade social. Paris, a “Cidade Luz”, havia-se tornado o centro do mundo e atraía todas as atenções para as artes e as ciências e para seu estilo alegre de viver: era a *Belle époque*. A burguesia se firmava no poder. Mas, esse clima de paz era apenas aparente.

Ao terminar o século XIX, quase todos os países viviam sob a supremacia europeia. A superioridade industrial, o poderio econômico e a expansão imperialista deram à Europa o controle mundial. Tudo que ali se passava repercutia no restante do mundo. Era o centro das decisões. Internamente, os países europeus gozavam de tranquilidade social em decorrência dos benefícios materiais propiciados pelo avanço tecnológico.

Embora houvesse tranquilidade interna nesses países, havia entre eles muitos pontos de conflito. Um grande país ameaçava o poderio inglês, a Alemanha. Ela era importante potência industrial. Superava os ingleses, na produção de ferro e aço, fabricava navios, máquinas e armamentos, seus automóveis eram de ótima qualidade e sua indústria química não tinha rivais.

A Inglaterra, desse modo, sentia-se ameaçada pelos alemães. Além disso, o imperador alemão não escondia suas pretensões expansionistas na Europa. Ele defendia a união de todos os povos de língua alemã e proclamava suas ideias em favor da guerra.

Nesse momento, o Império Otomano estava em decadência e enfrentava numerosos movimentos nacionalistas na região dos Bálcãs. Outros países aproveitaram dessas guerras para tomarem territórios. A Áustria–Hungria anexou a Bósnia–Herzegovina, ao seu império. Também o império sérvio planejava formar a “Grande Sérvia” e ocupar territórios austríacos e turcos. A Rússia desejava os estreitos de Bósforo e Dardanelos, que lhe favoreceriam a saída para o Mediterrâneo.

O Império Russo proclamou-se protetor dos eslavos, como os tchecos, croatas, búlgaros, macedônios e iugoslavos, apoiando seus movimentos separatistas. Essa política protetora provocou tensões com a Áustria–Hungria, cujo império multinacional reunia austríacos, alemães, húngaros, romenos, italianos e eslavos. (Ibidem)

O capitalismo, como se agisse movido por uma força interna crescia e incontrolável pela vontade dos homens, por um influxo interno de si mesmo, expandia. Da concentração de capitais havia evoluído para formação de trustes e cartéis e derramava-se pelo mundo, esmagando e dominando os países menos desenvolvidos. Depois de saturar os respectivos mercados internos, os apetites das nações mais ricas transbordavam das próprias fronteiras, tornando necessária a divisão do mundo em zonas de influência, entre essas nações capitalistas mais fortes, para o domínio completo dos mercados e das fontes de matérias-primas.

No Brasil, alguns fatos do período influenciaram nosso desenvolvimento histórico, político e econômico, como os empréstimos que o nosso governo pedia aos bancos estrangeiros a juros altíssimos e o aparecimento dos primeiros sinais de uma crise de estrutura, devido ao contraste entre o desenvolvimento capitalista de nossa economia nacional e as condições arcaicas de nosso setor agrário: o semifeudalismo e o semiescravidão.

Países europeus, como Inglaterra, Alemanha e França, na segunda metade do século XIX, eram considerados grandes potências industriais. Todos eles exerceram

atitudes imperialistas, pois estavam interessados em tornar-se grandes potências econômicas, levando suas áreas de influência para outros continentes.

Na verdade, o que esses países realmente queriam eram locais onde pudessem encontrar fontes de energia e matéria-prima. Os países escolhidos foram colonizados e seus povos, desrespeitados. Um exemplo desse desrespeito foi o ponto culminante da dominação neocolonialista, quando países europeus dividiram entre si os territórios africano e asiático, sem levarem em conta as diferenças éticas e culturais desses povos.

Em razão de possuírem os mesmos interesses, os colonizadores lutavam entre si para se sobressaírem comercialmente. Além disso, seus mercados internos já estavam saturados. Precisavam, assim, de outros mercados para absorver seu excedente de produção.

No Brasil, várias empresas estavam investindo em diversos setores da economia. Companhias inglesas, americanas, alemãs e francesas controlavam as exportações. Eram proprietárias de ferrovias, da energia, bondes e frigoríficos.

Desse modo, até a *Primeira Guerra Mundial* o país que mais tinha capital investido no país era a Inglaterra. Nos anos vinte, os investimentos das empresas norte-americanas tornaram-se os maiores. A partir daí, a influência dos Estados Unidos na nossa economia superou a de outros países.

3. 4 - Primeira Guerra Mundial

De 1870 a 1914, a Europa vivia em estado de vigília permanente. Vários problemas ameaçavam a paz. A França queria recuperar a Alsácia-Lorena da Alemanha; a rivalidade entre Áustria e Rússia agravava-se por causa dos constantes atritos entre os países balcânicos; crescia a competição entre Inglaterra e Alemanha por melhores mercados; a política de conquista de mercados acirrava os ânimos, já estremecidos, de outros países. (ARRUDA: 1976, p.254)

Como a hegemonia europeia dependesse da força militar de cada país, o resultado de todas essas rivalidades foi uma corrida armamentista: os contingentes militares foram aumentados e os armamentos aperfeiçoados. Com isso, o orçamento das nações tornou-se deficitário, criando crises econômicas que aumentaram ainda mais o risco de guerra.

As hostilidades entre os países europeus levaram à formação de blocos antagônicos. De um lado, a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália, que formaram a Tríplice Aliança. De outro, a Inglaterra, França e Rússia, que formaram a Tríplice Entente. A Europa se preparava para a guerra. (Ibidem)

Algumas tentativas de preservar a paz foram feitas: duas conferências realizadas em Haia (Holanda), em 1898 e 1907, tentaram limitar o armamento e acabar com os conflitos armados pelo arbitramento. Seu único resultado positivo foi a criação de uma Corte Permanente de arbitramento, cuja intervenção seria solicitada pelas nações em conflito sempre que elas o desejassem.

O conflito começou quando Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, em visita diplomática a Sarajevo, na Bósnia, foi assassinado, junto com sua esposa, por um sérvio. Acusando a Sérvia de favorecer o atentado, a Áustria-Hungria declarou guerra um mês depois. Os pactos entre os países de cada bloco foram acionados. Em uma semana, seis países estavam em guerra: Áustria-Hungria e Alemanha contra Sérvia, Rússia, França e Inglaterra. Começava a Primeira Guerra Mundial.

Animados por um nacionalismo exacerbado, milhões de jovens seguiram para os combates. Desrespeitando a neutralidade belga, tropas alemãs invadiram o país e chegaram ao norte da França. Ali ficaram, abrigados por trincheiras. Poucos quilômetros à frente, os soldados franceses estavam também entinchados. Por três anos e meio, os combates do lado ocidental se estabilizaram em um combate de posições em que se procurava vencer o inimigo lenta e progressivamente.

A maioria dos combates ocorreu na Europa, mas, com a entrada de outros países na guerra, a luta estendeu-se a outros continentes. Do lado dos aliados, entraram Japão,

Itália, Romênia, Grécia, Portugal e Estados Unidos. Do lado das potências centrais, o Império Otomano e a Bulgária. Houve combates na Arábia, Pérsia e África.

Em 1917, desestabilizada por uma revolução interna, a Rússia saiu da guerra. No mesmo ano, os submarinos alemães começaram a atacar navios mercantes que transportavam suprimentos para os aliados. Esse fato levou os Estados Unidos a declararem guerra à Alemanha.

Em 1918, diante de muitas derrotas e revoltas da própria população, esgotada pela guerra, a Alemanha renunciou. Foi proclamada a República alemã, e o novo governo declarou o cessar fogo. Terminava a Grande Guerra.

3.5 - As mudanças provocadas pela Primeira Guerra

Praticamente todo o mundo sofreu as consequências da Primeira Guerra. Os países diretamente envolvidos no conflito mantinham relações de comércio com quase todos os países do globo, o que trouxe profundas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais.

Durante o conflito, os governos dos países combatentes passaram a dirigir a economia para garantir o fornecimento de armas, munição e suprimentos aos soldados, além do abastecimento à população civil. Dessa forma, cresceram as importações de carvão, ferro, nitrato do Chile e alimentos, entre outros itens. Além do Chile, o Brasil, a Argentina e a Austrália entraram no comércio mundial, como fornecedores de alimentos e matérias-primas. Quando termina a guerra, esses países já tinham adquirido uma boa posição no mercado internacional.

Também devido à guerra, a Europa deixou de exportar produtos e foram supridos por outros países, como Estados Unidos e Japão, configurando-se, assim, uma nova economia mundial.

O balanço da guerra foi trágico. Além dos milhões de perdas humanas, por toda parte havia cidades destruídas, regiões agrícolas devastadas e enormes dívidas de guerra. O Tratado de Versalhes, de 1919, que firmou a paz, considerou a Alemanha culpada pela guerra e lhe impôs pesados ônus, como a perda de colônias na África e parte de seu território; desmilitarização e pagamento de uma alta indenização aos aliados.

A guerra acabou com os grandes impérios da Alemanha, da Áustria, da Turquia e da Rússia, esta última, abalada por uma revolução interna. Nessa ocasião formaram-se novos países na Europa e Oriente Médio. Os países europeus perderam a supremacia mundial para os Estados Unidos, que saíram da guerra como a maior potência capitalista.

O Brasil entrou efetivamente na guerra só em 1917, quando o conflito estava praticamente no fim. Enviamos uma missão médica à Europa, uma divisão naval para patrulhar as costas africanas e oficiais do exército para as forças que lutavam nessa guerra. Essa participação se deu devido ao estreito relacionamento que o Brasil mantinha com os aliados, sobretudo com a Inglaterra.

A base da nossa economia, na época, era a agricultura. Os produtos mais importantes eram o café, o cacau, o açúcar, o algodão e a borracha, que era a matéria-prima essencial para a guerra. Nesse momento, a borracha torna-se o nosso principal produto de exportação, e isto foi prejudicial para o Brasil, pois passamos a receber menos dinheiro.

De acordo com J.J. Arruda, essa situação abalou as finanças do país, cujas rendas públicas dependiam muito dos impostos sobre a importação do café. O impacto disso na renda nacional foi tamanho que os empréstimos contraídos no exterior não puderam ser pagos até 1927. Mas a borracha continuou sendo um importante produto de exportação devido ao grande avanço da indústria automobilística.

3.6 - Revolução Russa

Em 1917, quando a Primeira Guerra ainda não tinha chegado ao fim, o Partido Bolchevista tomou o poder na Rússia, implantando, assim, pela primeira vez na história, um regime socialista. Esse acontecimento mudou profundamente o curso da História a partir de então.

O antigo regime, na Rússia, estava em crise, o poder político era exercido pelo imperador (czar) e a organização da sociedade era baseada na produção agrária. A grande maioria da população vivia nos campos. Esse regime era apoiado pelos nobres proprietários de terra, a burguesia industrial e mercantil, concentradas nas cidades, e os soldados da guarda especial.

De acordo com Arruda (1974), no começo do século XX, a Rússia ainda era um dos países mais atrasados do mundo. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos a economia já era industrial e já contava com grande avanço tecnológico, na Rússia 80% da população viviam no campo. Quase 90% de seus habitantes eram analfabetos.

Havia muita desigualdade social. A nobreza russa era dona de quase todas as terras. Os camponeses trabalhavam muito, mas não tinham roupas e viviam famintos. Os nobres moravam em palácios luxuosos, suas esposas trajavam vestidos importados de Paris e ostentavam joias caríssimas. As festas da nobreza e da burguesia eram famosas pela fartura e pelo desperdício. O povo, no entanto, não participava dessa fartura. Morava em cabanas, almoçava pão, repolho e sopa de cabeça de peixe. Em um país onde a temperatura, no inverno, pode chegar a 20 graus abaixo de zero, eles quase não tinham como se proteger.

As duas principais cidades russas, Moscou e São Petersburgo, tinham um razoável desenvolvimento industrial. Mas parte dessa indústria era de capital estrangeiro, o que mostra que a burguesia não era tão forte assim. Na Europa ocidental do começo do século XX, as lutas sindicais dos operários e dos partidos políticos de esquerda já tinham conseguido algumas melhorias trabalhistas. Mas na Rússia, os trabalhadores não tinham amparo da lei. Trabalhavam em jornadas diárias de 12 horas, sem férias anuais,

e sem aposentadoria. A polícia reprimia violentamente as greves. O governo sempre protegia os patrões.

Como já mencionado, a Rússia era governada por czares (imperadores). O czar era quase um soberano absolutista. Não havia Parlamento, nem Constituição. Era proibida a existência de qualquer partido político. A imprensa era completamente censurada. Quem ousasse criticar o governo corria sério risco de ser preso e levado a cumprir sua pena na gelada Sibéria.

O Império Russo era o maior do mundo. Calcula-se que tinha quase três vezes o tamanho do Brasil. Seus habitantes eram, na grande maioria, russos. Mas existiam muitos outros povos europeus e asiáticos, como os ucranianos, georgianos, moldavos, uzbeques, lituanos e estonianos, que viviam sob o domínio russo, não tinham nem mesmo o direito de falar sua própria língua.

A primeira possibilidade de se fazer uma revolução se deu por volta de 1905. No ano anterior, a Rússia tinha declarado guerra ao Japão. Essa guerra aumentou ainda mais as dificuldades do povo russo. Apesar dessas dificuldades, grande parte das pessoas mais humildes acreditavam que o Czar Nicolau II era um homem bom e preocupado com os pobres. Para eles, o czar não sabia de seus problemas, de suas vidas. Por isso, resolveram fazer uma passeata pacífica para informá-lo.

A passeata era liderada por um padre e com milhares de velhos. Mães com crianças cantavam hinos e desejavam sorte ao czar. Mas esse czar nem quis saber o motivo de tal passeata. O povo não podia realizar aquele tipo de manifestação sem autorização. Os soldados da guarda do imperador postaram-se à frente do portão do palácio e abriram fogo contra a multidão. Naquele domingo sangrento de janeiro de 1905, as tropas massacraram mais de mil pessoas.

Os russos não se conformaram com o fato. Uma onda de indignação varreu o país. Operários fizeram greves. Na marinha de guerra, os marujos expulsaram seus comandantes e assumiram o controle dos navios, colocando-os a serviço da revolução. Todo o país exigia direitos democráticos, liberdade para a imprensa e para os partidos

políticos, além de eleições para o parlamento. Queriam uma Constituição democrática para a Rússia. Assim, no começo, o czar prometeu que haveria eleições para o Congresso e concedeu algumas liberdades. Mas, na verdade, o imperador estava preparando um contra-ataque. Quando os soldados voltaram da guerra com o Oriente e, portanto, ainda não tinham tido contato com as ideias revolucionárias, o czar mandou atacar, de surpresa, os revolucionários.

O povo russo já vivia mal. Depois da guerra, sua situação piorou muito. Nas grandes cidades, as pessoas ficavam horas na fila para comprar a ração diária do pão. Os velhos camponeses trabalhavam em dobro para compensar a ausência do filho que estava no exército. Mas a nobreza e os burgueses continuavam tranquilos em seus palácios. Alguns empresários mantinham grandes depósitos de alimentos fechados, para vender a comida aos poucos por um preço altíssimo. Lucravam à custa da fome. A população, então, passou a odiar o capitalismo.

No dia 8 de março de 1917, as operárias de Petrogrado, antes chamada de Petersburgo, fizeram uma passeata comemorando o Dia Internacional da Mulher. Essa seria a primeira de muitas outras. Milhões de pessoas uniram-se até transformar-se em uma gigantesca manifestação do povo contra o governo aos gritos de Paz! Pão! Terra! Mais uma vez, o czar convocou os soldados contra o povo. Mas, dessa vez, eles não obedeceram às ordens de atirar. (ARRUDA, p.68)

A revolução, de início limitada à cidade de Petrogrado, difundiu-se rapidamente: o imperador abdicou; A Duma (deputados) e os Sovietes (trabalhadores), que tinham sido organizados para dirigir as grandes cidades, formavam um Governo provisório – a monarquia estava vencida.

Em março de 1917, então, a Revolução democrático-burguesa aconteceu. Não havia mais czarismo. A Rússia passa a ser um país democrático. Todos os partidos políticos tinham autorização para funcionar. Havia acabado a censura à imprensa. Os presos políticos foram libertados. Os exilados tinham permissão para retornar ao país.

O governo era provisório. Era chefiado por Aleksander Kerenski e composto pela união de vários partidos políticos. Os principais pertenciam à burguesia liberal, que queriam a economia capitalista industrial para o país. Não havia, ainda, uma Assembleia Constituinte.

O czar tinha caído, mas o racionamento continuava, enquanto a burguesia fartava-se nos banquetes e festas. Os nobres e latifundiários continuavam com suas propriedades rurais intactas. A paz não veio porque a Rússia ainda se mantinha na guerra. Por isso, os bolcheviques não deram trégua ao governo burguês. Em todos os locais espalhavam seus panfletos, agitando, organizando e estimulando a revolta generalizada.

A ideia de Lênin era que os trabalhadores deveriam derrubar o governo provisório. Em seu lugar, haveria outro tipo de Estado, baseado na democracia dos soviets (assembleia de trabalhadores). Esses soviets é que iniciariam o socialismo. A proposta bolchevique foi levada a todo o país. A adesão foi muito grande. O soviete de Petrogrado elegeu um comitê revolucionário, cujo presidente era Leon Trotski. Seguindo as ordens de Lênin, o soviete de Petrogrado distribuiu armas para os operários e contou, também, com a colaboração de muitos soldados. Na madrugada fria de 6 para 7 de outubro de 1917 as tropas vermelhas, organizadas pelos bolcheviques, começaram a tomar as cidades. Quase não houve resistência. O palácio do governo foi cercado e os ministros presos. Kerenski fugiu para os Estados Unidos disfarçado de mulher.

Assim, pelo Decreto da Terra, o governo bolchevique extinguiu os latifúndios. Todas as terras da nobreza foram entregues às famílias camponesas. Foram criados comitês operários para normalizar o abastecimento nas grandes cidades, e os bolcheviques cumpriram a promessa de sair da 1ª Guerra. Assinaram um acordo de paz com a Alemanha (Tratado de Brest-Litovsk).

No início de 1921, a revolução consolidou o estado russo, mas ainda tinha muitos problemas para resolver:

A má vontade da antiga classe dominante em colaborar com o regime; a incompreensão dos camponeses que receberam terras, mas precisam dividir seus produtos com o Estado; O desânimo dos trabalhadores que vinham enfrentando anos difíceis e revoltas no exército. (Ibidem, p. 291)

Percebendo os problemas, Lênin implantou a NEP- Nova Política Econômica. Assim, os investimentos foram dirigidos para os setores fundamentais, como produção de energia e matéria-prima. E, a partir de 1928, iniciou-se a aplicação de planos quinquenais de desenvolvimento, introduzindo o planejamento a longo prazo na administração pública.

A Revolução Socialista na Rússia (1917) influenciou pessoas no mundo todo, inclusive no Brasil, mesmo com todas as dificuldades de intercâmbio com outros países, dificuldades estas de ordem econômica, social, cultural e política. A Revolução Russa teve, também, ressonância mundial. As ideias de Marx e Engels a princípio eram confundidas com outras ideias, sobretudo com o socialismo utópico, que estava muito em voga na Europa da época. Mas também é verdade que em 1895 já existia, em Santos, um *Centro Socialista*, em cuja biblioteca havia obras dos dois autores. Também em 1906 havia, em São Paulo, um *Círculo Karl Marx*, que editava o periódico *La Parola dei Socialisti*. Para a massa do proletariado, entretanto, eram nomes estranhos, e mesmo Lênin, que já era conhecido pelos europeus, não era associado às doutrinas marxistas aqui no país.

A princípio a Revolução Russa pareceu aos operários brasileiros e a seus líderes um movimento espontâneo da classe operária, uma revolução libertária e talvez anarquista. Entretanto, para os marxistas mais esclarecidos do nosso movimento operário, essas doutrinas já seriam as bases para a fundação do *Partido Comunista Brasileiro*.

O PCB procurava seguir a doutrina marxista-leninista. O objetivo dos comunistas era organizar os operários e camponeses para que fizessem uma revolução que destruísse o capitalismo e construísse uma sociedade socialista, parecida com a que havia na União Soviética. Mas eles sabiam que o Brasil ainda não estava preparado. Teriam de esperar alguns anos, pois, aqui, o capitalismo ainda engatinhava - e

capitalismo fraco significava poucas indústrias e proletariado pequeno. Para os marxistas-leninistas, a revolução socialista só seria possível quando o proletariado tivesse força para destruir a velha sociedade burguesa do café, pois, até então, o governo só investia nesse setor.

De acordo com Basbaum, o nascimento do PCB no Brasil não foi obra do acaso. Ao contrário, ele resultou do crescimento do capitalismo, da formação das grandes empresas industriais, das difíceis condições de vida do proletariado e das camadas mais pobres da população, das experiências obtidas nas lutas por reivindicações e políticas próprias para melhorar as condições de vida e também da necessidade de encontrar uma filosofia que oferecesse ao proletariado orientação política e perspectiva de futuro.

3.7 - Crise de 1929/1930

Quando terminou a Primeira Guerra Mundial, em 1918, os Estados Unidos eram o país mais rico do planeta. Para se ter uma ideia da situação econômica desse país, basta dizer que, de cada cem carros fabricados, oitenta e cinco eram americanos. As fábricas americanas produziam mais que o quádruplo de automóveis do mundo, de todas as marcas. Eles também eram os maiores produtores mundiais de aço, comida enlatada, máquinas, rádios, petróleo, carvão, tecidos, milho, chapéus, discos, panelas, fogões, brinquedos e quase todo o tipo de produtos que se pode imaginar.

Nos dez anos seguintes, a economia americana continuou a crescer. Foi uma época de euforia para os empresários, pois os lucros também não paravam de crescer. Era o *american way of life*. O modo de vida típico de um cidadão americano, nos anos vinte: uma casa confortável, crianças na escola, automóvel, rádio, toca-discos, geladeira, aspirador de pó etc. Grande quantidade de bens de consumo, o que, na época, estava ao alcance apenas dos americanos. Comprar, naquela época, tornou-se uma espécie de mania dos americanos. A indústria não parava de inventar bens de consumo.

O capitalismo transforma tudo em mercadoria, em negócio, em fontes de lucros. Assim, a diversão tornou-se uma indústria também. E a grande indústria da diversão de

massa foi o cinema. Em Hollywood, nos anos vinte, atores e atrizes já eram ídolos e levavam milhares de pessoas às filas do cinema.

Comprar, ir ao cinema, dançar *charleston* nas boates, jogar em cassinos e dirigir automóveis tornou-se uma festa sem fim. Esse estado de euforia dificultava a visão crítica dos fatos e dos perigos que esse crescimento desordenado poderia causar. A crise de 1929 foi causada sobretudo pela insistência norte-americana em manter o mesmo ritmo de produção verificado durante a guerra.

Após o término da Primeira Guerra, os países europeus que importavam dos Estados Unidos recomeçaram a produção de bens que tinham interrompido durante a guerra. Com isso, caíram as exportações do país e o mercado interno norte-americano não conseguia absorver o que produzia. A solução seria reduzir a produção de determinados bens. Mas a política de governo, essencialmente liberal, não podia intervir na produção, pois isso também poderia causar uma séria crise econômica e social. Ninguém pressentia o real perigo da situação.

Para contornar a situação, os capitais excedentes no mercado americano foram emprestados a países necessitados de reservas financeiras, para que eles pudessem comprar dos Estados Unidos. Esses países adquiriram maquinários e equiparam suas indústrias. Outra parte dos capitais excedentes norte-americanos foi investida nos Estados Unidos, sob a forma de crédito de consumo para estimular o mercado interno. O excedente da produção agrícola foi armazenado e seus produtores arcaram com os custos da armazenagem. Muitos produtores foram obrigados a hipotecar suas propriedades para fazer face a esses custos. Mas, se estes produtos todos fossem lançados no mercado, a queda de preço poderia levar seus produtores à falência.

Os grandes estoques acumulados, de cereais, começaram a afetar os preços desses produtos no mercado. Eles foram baixando e levando os produtores à falência, por não poderem pagar suas dívidas. As produções industriais excederam consideravelmente o consumo e, então, as indústrias tiveram de diminuir o ritmo de produção. Isso provocou grandes massas de desempregados, que, sem dinheiro para comprar, diminuiu ainda mais a produção, provocando um círculo vicioso.

Na quinta-feira, dia 24 de outubro de 1929, começou a pior crise econômica da história do capitalismo. A bomba estourou na Bolsa de Nova York. De repente, o valor das ações começou a despencar. Os investidores correram para vender ações, mas ninguém queria comprar, só vender. E os valores continuaram a despencar. Um abismo que, simplesmente, levou à falência muitas empresas. O *crack* da Bolsa de Nova York era apenas o começo. Na época, a economia mundial já estava bastante interligada. A crise americana fez com que os EUA importassem menos de outros países. Esses países, por sua vez, tinham uma quantidade de mercadorias que antes exportavam para os EUA e agora estavam “encalhadas”. Entraram em crise também. Uma evidência da crise mundial foi o fato de, apenas algumas horas depois do *crack* da Bolsa de Nova York, estourarem, também, as de Berlim, Londres e Tóquio.

Mas a crise em 1930, estava pior ainda. E foi piorando a cada ano que passava. Em 1934, os Estados Unidos produziam menos da metade da produção de 1929. Essa terrível crise atravessou a década inteira e o período ficou conhecido como a *Grande Depressão*.

A economia estava um caos. O governo americano, com sua política de liberalismo econômico, mantinha os braços cruzados, diante da crise. E, com isso, a economia foi-se afundando cada vez mais. Até que, em 1932, o povo, descontente com a situação do país, elegeu Franklin Delano Roosevelt para presidente dos EUA. Roosevelt propôs o abandono do velho liberalismo econômico. O novo presidente seguia a teoria de John Maynard Keynes. A receita de Keynes era relativamente simples: para salvar o capitalismo da crise era preciso que o estado interviesse fortemente na economia. E assim fez Roosevelt. Seu plano econômico chamava-se *New Deal* e acabou sendo imitado por quase todos os países do mundo. Era o fim do liberalismo econômico. Começava uma nova fase do capitalismo, chamado capitalismo monopolista de Estado.

Em primeiro lugar, Keynes tentou planejar a economia, ou seja, em vez de deixar o mercado naquele caos, o Estado passou a intervir, corrigindo os erros e disciplinando os empresários. Criou, também, leis sociais, que protegiam os trabalhadores e os desempregados.

No final, a economia só se fortaleceu e conseguiu recuperar-se, efetivamente, no período de 1939-1945. Foi a Segunda Guerra que resolveu, de vez, o problema econômico dos Estados Unidos e de muitos outros países.

Nessa época, a economia brasileira baseava-se na agricultura, sobretudo na do café. Para termos a exata noção da importância desse produto na nossa economia, basta dizer que, ele representava 70% dela. Era praticamente a única fonte de divisas, a base de nossas exportações.

Em torno do café girou nossa economia até 1930, quando começaram a aparecer os primeiros sintomas de uma crise de superprodução. Para contornar a crise, os produtores reúnem-se no Convênio de Taubaté. Inicia-se, com a ajuda do Governo Federal, a política de valorização do café pela retenção dos estoques. Com esse objetivo, os produtores conseguem empréstimos altíssimos na Inglaterra, cujo emprego seria regulado por uma comissão do estado de São Paulo. Assim, a crise é superada. No entanto, os produtores continuaram investindo em café, numa espécie de círculo vicioso.

Depois de outras crises do café e posteriores intervenções do governo, chega-se à maior crise de todas: a de 1929/1930. Não se tratava apenas de uma crise do café, mas de uma crise geral, de toda a economia brasileira, embora essa crise fosse reflexo da situação mundial. Era também uma crise resultante do próprio desenvolvimento de nossa economia, cujas contradições foram agravadas e aguçadas pela crise geral do capitalismo. O impacto dessa crise na nossa infra-estrutura foi tão grande que abalou e atingiu as forças sociais dominantes, tendo como resultado a queda do poder econômico e político dos fazendeiros de café e sua substituição pelos capitalistas industriais e pelos empresários financistas. A nossa economia teve, então, um pequeno desenvolvimento industrial.

3.8 - A Revolução de 1930

Por volta de 1929/1930, de acordo com Leôncio Basbaum, a situação do Brasil era insustentável. A crise do café e dos demais produtos de exportação não apresentava qualquer perspectiva de solução imediata. A crise profunda que atingia a estrutura econômica do país tomou a dimensão de uma crise internacional, abrangendo todo o sistema capitalista mundial. A consequência disso não se refletia somente nas classes pobres. Elas atingiram, também, as classes dominantes, dividindo-as em grupos opostos e desintegrando o Partido Republicano Paulista, que há 36 anos dominava o país.

Na República Velha, o presidente costumava ser eleito, por meio de um acordo entre as oligarquias mineira e paulista: a famosa “Política do Café-com-Leite”. Pois bem, esse pacto foi, então, rompido. O presidente da República, Washington Luís, do Partido Republicano Paulista, o PRP, a força política que organizava a oligarquia de São Paulo, não quis apoiar um candidato mineiro para sua sucessão. Ele indicou o nome de Júlio Prestes. Em resposta, os mineiros do PRM se juntaram à oligarquia gaúcha, a terceira mais forte do país, e formaram a Aliança Liberal para lançar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Ele era filho de general e fazendeiro do Rio Grande do Sul. E havia sido também ministro de Washington Luís, portanto um homem ligado às oligarquias.

Parte dos fazendeiros paulistas e dos profissionais de classe média, defensores de ideias liberais, rompeu com o PRP e apoiou a candidatura de Vargas. Criaram, assim, o Partido Democrático. A desagregação do PRP não foi súbita, como podemos imaginar. Ela ocorreu por causa do empobrecimento progressivo dos fazendeiros de café, em benefício dos financiadores, dos comissários exportadores e banqueiros que, a essa altura, já dominavam a economia brasileira. Com juros altos e sem nenhum risco, emprestavam com garantia hipotecária, só compravam na baixa e só queriam vender na alta.

Enquanto isso, o próprio Instituto Brasileiro do Café está em crise: não tem mais dinheiro para continuar com a política de valorização e de retenção do café. Nesse momento, nem o presidente Washington Luís quer mais investir em café.

A candidatura de Getúlio Vargas era apoiada pela Aliança Liberal, uma união da política das oligarquias mineira, gaúcha e paraibana. O candidato à vice-presidência, João Pessoa, era da Paraíba, aliado do Partido Democrático.

A campanha eleitoral foi disputadíssima, o que era raro no Brasil. Getúlio e seus correligionários da Aliança Liberal buscaram apoio junto à população fazendo discursos de ataque às oligarquias e propondo o voto secreto e a criação de leis trabalhistas. Mas, no final, com a falsificação dos resultados da eleição, quem ganhou foi Júlio Prestes. A oligarquia paulista, assim, continuava no poder.

A decepção com a vitória do candidato da oligarquia paulista fez o Brasil tornar-se um barril de pólvora. Nas grandes capitais, crescia o sentimento de oposição. Veio, então, a tragédia. João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio, foi assassinado por problemas pessoais. Porém, muitos acreditavam que o crime ocorrera por motivos políticos nacionais.

Os líderes da Aliança Liberal aproveitaram os acontecimentos para detonar a revolta contra o presidente Washington Luís. Apoiados pelo exército, os rebeldes, liderados por Getúlio Vargas partiram do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro. A Revolução de Trinta triunfou e Getúlio Vargas tornou-se o chefe do país. Logo que tomou posse, Vargas garantiu que não tinha ambição nenhuma pelo poder e que só queria colaborar com o Brasil. Sua pequena colaboração duraria quinze anos.

De qualquer modo, ocorreram algumas mudanças significativas na sociedade brasileira a partir de 1930. A autoridade do Estado foi ampliada, o governo passou a intervir mais fortemente na economia, a cafeicultura foi diminuindo sua importância, enquanto a indústria continuava a crescer, a vida urbana foi se tornando cada vez mais destacada em detrimento da vida no campo. Outra mudança que vale a pena destacar foi a preocupação do Estado em criar leis sociais e buscar o apoio do proletariado.

Quando Getúlio Vargas chegou à presidência, a Constituição de 1891 foi rasgada. A partir de então, o que tinha valor eram as ordens dele. O Congresso Nacional foi fechado. Os governadores foram destituídos. E, no lugar desses governadores, Vargas nomeava interventores. Alguns tenentes que apoiaram Getúlio ganharam os cargos. Como não havia Congresso, as leis eram feitas pelo próprio Vargas.

Por conta disso, começou a agitação antigetulista na capital. As velhas oligarquias cafeeiras de São Paulo, ligadas ao PRP, aproveitaram sua insatisfação para apoiar o movimento. Queriam recuperar o antigo poder. A tensão política aumentou. Uma passeata contra o interventor, nomeado por Vargas, terminou com vários estudantes paulistas mortos pela polícia. Nesse momento, o estado de São Paulo declara guerra ao governo de Getúlio. Assim, eclodiu a Revolução Constitucionalista de 1932. Aconteceu uma guerra, com deslocamento de tropas, canhões, bombardeios aéreos e centena de mortes. Mas, como o poderio do Governo Federal era maior, São Paulo ficou isolado e, então, os paulistas renderam-se.

Getúlio Vargas fez concessões aos cafeicultores paulistas. Concedeu empréstimos bancários e, além disso, admitiu a eleição de uma Assembleia Constituinte. A Constituição de 1934 era razoavelmente democrática. Estabelecia o equilíbrio entre os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), eleições diretas e secretas para presidente e o voto feminino. Foram criados tribunais eleitorais, a fim de se evitar fraudes. Os estados continuavam com sua autonomia. Foram criadas, também, leis trabalhistas.

No Brasil, na década de trinta, também havia um partido fascista. A *Ação Integralista*, cujo chefe era Plínio Salgado. Os integralistas queriam uma ditadura nacionalista, que eliminasse os comunistas. Em resposta aos integralistas e ao getulismo, formou-se uma frente popular. Era a *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), uma espécie de partido, que unia comunistas social-democratas e tenentes com ideias esquerdistas. A ANL não defendia o socialismo, mas propunha várias mudanças radicais para a época. Vargas percebeu que a ANL poderia incomodar, por isso proibiu seu funcionamento. As sedes espalhadas pelo Brasil foram lacradas. Quem tentasse

organizá-las clandestinamente iria para a cadeia. Os integrantes da ANL ficaram indignados e começaram a conspirar contra o governo. Em 1935, a rebelião estourou, mas limitou-se a uns poucos quartéis do Recife, Natal e Rio de Janeiro. Getúlio venceu com facilidade. A revolta era da ANL, mas Getúlio achou melhor colocar a culpa no PCB, por isso chamou a rebelião de Intentona Comunista. Depois disso, o Partido Comunista praticamente deixou de existir.

Apoiado pelas Forças Armadas, Getúlio fechou o Congresso. Havia uma nova Constituição. Uma ditadura era imposta. A constituição que passou a valer foi a de 1937. Copiada da Constituição polonesa, fascista, bastante autoritária: o Poder Executivo ficou superpoderoso e os estados perderam toda a autonomia. De 1937 a 1945, durante a ditadura do Estado Novo, não havia partidos políticos nem Congresso Nacional. Não havia eleições e a imprensa estava totalmente censurada. As greves foram proibidas e o sindicatos, controlados pelo Estado. Os integralistas, que apoiaram Getúlio, também não tiveram seu apoio: foram mandados para a cadeia. O único que o governo permitiu ser exilado foi Plínio Salgado.

Vargas, em relação à crise de 1929, seguiu o mesmo caminho keynesiano dos Estados Unidos em relação à nossa economia. A partir daí, o Estado passou a intervir fortemente na economia, tendo o Estado passado a ser um dos motores da economia brasileira até o final dos anos cinquenta. No Brasil, o principal setor da economia era a agroexportação. Precisávamos de indústrias, mas a burguesia ainda era fraca para investir nesse setor. Só o Estado poderia investir maciçamente para desenvolver o capitalismo industrial no Brasil. A partir daí, foram criadas as empresas estatais, nos setores de base e de infraestrutura. Por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco etc.

3.9 - A Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mudou a face do mundo. Essa guerra foi a mais violenta de que já tivemos notícia até hoje no mundo. Nenhuma matou tantas pessoas nem causou tanta destruição. Além dos mortos nas batalhas, milhões de judeus,

ciganos, russos, homossexuais e comunistas foram mortos nos campos de concentração nazistas.

A causa da Segunda Guerra foi bastante parecida com a da Primeira: o conflito entre os países imperialistas. A Alemanha e a Itália, contra a França e a Inglaterra. Na Ásia, o imperialismo japonês confrontou-se com o norte-americano. A Segunda Guerra também teve uma característica política especial: ela começou quando os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) atacaram outros países. Esses países tinham governos fascistas, que desejavam dominar povos considerados inferiores e construir grandes impérios. A Segunda Guerra, em suma, pode ser vista como um conflito político entre países fascistas e antifascistas. Outro aspecto importante da Segunda Guerra foi a participação da União Soviética. Ela lutou com os aliados e sua participação foi decisiva contra as forças alemãs. A Alemanha nazista começou a perder a guerra quando invadiu a Rússia.

A partir de 1930, a Europa entra em nova fase de tensão, acabando com o sentimento otimista das nações europeias, que, desde 1925, haviam começado a se recuperar. A crise econômica, iniciada em 1929, exacerbou os nacionalismos. A situação internacional ficou tensa com o expansionismo de alguns países. No extremo oriente, o Japão invade a Manchúria, região da China, em setembro de 1931. Nessa mesma época, surgiu, na Alemanha, o Nazismo, liderado por Hitler, que pretendia expandir o território alemão, desrespeitando o tratado feito por alguns países (Tratado de Versalhes), que proibia a fabricação de armas e a conquista de novos territórios. Na Itália, crescia o Partido Fascista, liderado por Benito Mussolini.

Tanto a Itália quanto a Alemanha passavam por uma grave crise econômica no início da década de 1930, com milhões de cidadãos sem emprego. Uma das soluções adotadas pelos governos fascistas daqueles países foi a industrialização, principalmente, a criação de fábricas de armamentos e equipamentos bélicos (aviões de guerra, navios, tanques etc.).

O Japão também mostrava fortes desejos de expandir seus domínios para territórios vizinhos e ilhas da região. Esses três países, com objetivos expansionistas, uniram-se e formaram o Eixo. Uniu-os um acordo, com fortes características militares e

planos de conquistas, elaborados em comum acordo. O marco inicial ocorreu no ano de 1939, quando o exército alemão invadiu a Polônia. De imediato, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha.

Esse importante e triste conflito terminou somente no ano de 1945, com a rendição da Alemanha e Itália. O Japão, último país a assinar o tratado de rendição, ainda sofreu um forte ataque dos Estados Unidos, que despejou bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki - uma ação desnecessária, que provocou a morte de milhares de cidadãos japoneses inocentes, deixando um rastro de destruição naquelas cidades.

Quando acabou a Segunda Guerra, em 1945, muita coisa havia mudado no planeta. Para começar, milhões de pessoas tinham morrido no conflito. Outros milhões ficaram mutilados, sem casa, sem família, sem nada.

Logo depois da rendição, os Aliados instauraram o Tribunal de Nuremberg, a fim de julgar os fascistas pelos crimes de guerra. Os generais nazistas, que ordenaram o massacre de judeus ou de civis, foram condenados à morte ou à prisão perpétua. Também foi fundada a ONU - Organização das Nações Unidas. A ideia fundamental da ONU é muito interessante. Ela forma uma assembleia de representantes de todos os países do mundo. Quando surge algum conflito internacional, o Conselho de Segurança da ONU, responsável pela preservação da paz, procura resolver o problema por meio do diálogo e da cooperação, embora as superpotências econômicas e militares, como EUA, Inglaterra, França, e China, predominem sobre os países mais fracos. Nem sempre a ONU conseguiu evitar as guerras.

A Segunda Guerra foi um ótimo negócio para os Estados Unidos. Foi uma maneira de superar a crise de 1929. As grandes encomendas do governo aos fabricantes de armas tinham reavivado a indústria do aço, motores, equipamentos elétricos, petróleo e a indústria química. Nesse momento, os E.U.A eram, disparadamente, o país mais rico do mundo. Mas o país passou a ter, então, um rival, a União Soviética, a segunda potência militar do planeta. Os E.U.A eram o capitalismo, enquanto a União Soviética foi o primeiro país socialista da história. Essa diferença entre os dois sistemas é que provocou a grande rivalidade, entre os dois países. Essa rivalidade foi chamada de Guerra Fria.

No começo dos anos quarenta, o comércio do Brasil com a Alemanha nazista estava ficando tão importante quanto o comércio com os Estados Unidos. Além disso, havia a simpatia de Getúlio Vargas pelos nazistas. Os americanos ficaram preocupados. Não queriam o Brasil aliado ao Eixo. Então ofereceram ajuda para construir a usina de aço em Volta Redonda. Vargas entendeu que não podia desafiar os americanos e rompeu com a Alemanha. Foi assim que ela bombardeou nossos navios que levavam suprimentos para a guerra.

Diante disso, o povo foi para a rua pressionar o governo para entrar na guerra. Os E.U.A também pressionaram; então, o Brasil entrou na guerra, ao lado dos Aliados e contra o Eixo. Nossa participação foi modesta, pois não tínhamos armamentos poderosos, mas, mesmo assim, enviamos um contingente de pracinhas da FAB para a batalha.

Quando acabou a Segunda Guerra, o Brasil se via numa situação contraditória. Lutaram contra os fascistas, na Europa, mas aqui no país ainda existia uma ferrenha ditadura chefiada por Getúlio Vargas. Não era possível esta situação. Uma parte da população exigia direitos democráticos. Até mesmo políticos tradicionais, de Minas, queriam mudanças. Getúlio não quis enfrentar as pressões políticas e concordou em abrir, politicamente, o regime. Concedeu anistia aos presos políticos e deu certa liberdade à imprensa. Ao mesmo tempo, prometeu duas eleições muito importantes: uma para a Assembleia Constituinte e outra para a presidência da República. Mas não foi bem-sucedido. Em 1945, os militares afastaram Getúlio. Foi um afastamento amistoso, pois não o prenderam. Implantaram um governo provisório, chefiado pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Logo depois, tivemos o primeiro presidente da República eleito pelo voto direto e secreto, Eurico Gaspar Dutra, um simpatizante do nazismo, que apoiara a ditadura do Estado Novo, de Vargas.

3.10 - Panorama da Educação no Brasil no século XX

3.10.1 Do Brasil-Colônia à Primeira República

Por não termos tratado ainda sobre educação no Brasil, achamos por bem fazê-lo, por se tratar de elemento importante para nossa análise e por estar intrinsecamente ligada aos fatos, sejam eles educacionais, sociais, políticos, econômicos ou culturais.

Assim, vejamos como evoluiu nosso sistema educacional, desde a Colônia até a República atual. Faremos em breve relato, pois não é nossa intenção, neste trabalho, nos alongarmos em relação ao tema, pois estaríamos entrando em outra linha de pesquisa, que é a Educação no Brasil. O que nos interessa aqui é entender como estava a educação, antes, durante e depois da época em que Monteiro Lobato e Eduardo Carlos Pereira produziram suas obras, para que possamos, mais tarde, usar essas informações em nossa análise.

A economia colonial brasileira, com base na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, teve profundas implicações de ordem política e social. Ela favoreceu o aparecimento de um sistema de produção típico da época, um tipo de vida social e do sistema representado pela família patriarcal.

E foi essa família que importou, por meio dos jesuítas, formas de pensamento e ideias dominantes na cultura medieval europeia. Além disso, por sua origem europeia, diferenciava-se da população nativa, dos negros e mestiços. A classe dominante era detentora do poder político, econômico e também dos bens culturais importados. Assim, segundo Romanelli, (1991, p. 33)

Não é pois de se estranhar que na colônia tenham vingado hábitos aristocráticos de vida. No propósito de imitar o estilo da Metrópole, era natural que a camada dominante procurasse copiar hábitos da camada nobre portuguesa. E, assim, a sociedade latifundiária e escravocrata acabou por ser também uma sociedade aristocrática. E para isso contribuiu significativamente a obra educativa da Companhia de Jesus.

Dessa forma, o ensino dos jesuítas era completamente alheio à realidade da vida da colônia. Destinava-se a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar as pessoas para o trabalho. Não podia, por isso, contribuir para que houvesse modificações estruturais na vida econômica e social brasileira. Por ser uma sociedade incipiente, nova, em que as atividades de produção não exigiam preparo, esse tipo de instrução ficou à margem, sem utilidade prática visível (Ibidem, p. 35).

Assim, os padres acabaram ministrando educação elementar aos índios e brancos em geral (exceto às mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuava seus estudos eclesiásticos e ingressavam na classe sacerdotal e a outra parte que não seguia a carreira sacerdotal, encaminhava-se para a Europa, a fim de completar seus estudos.

Esse sistema sobreviveu até a expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo Marquês de Pombal. Inúmeras foram as dificuldades para o sistema educacional. Com a expulsão, desmantelou-se uma estrutura administrativa de ensino. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para o outro e a graduação foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Pessoas leigas, sem um mínimo de preparo, assumiram as aulas régias. (PILETTI, 2002, p. 36)

Cada aula régia constituía uma unidade de ensino, com professor único, instalada para determinada disciplina. Era autônoma e isolada, pois não articulava com outras nem pertenciam à qualquer escola. Não havia currículo, nem duração prefixada de qualquer matéria. O aluno matriculava-se em tantas aulas quantas desejasse.

Embora fragmentário e rebaixado de nível, o ensino orientou-se pelos mesmos objetivos religiosos e literários e se realizou pelos mesmos métodos pedagógicos, autoridade e disciplina estreita.

Enfim, o ensino brasileiro, no início do século XIX, estava reduzido a quase nada. Isso, devido ao desmantelamento do sistema jesuítico, sem que nenhuma política educacional fosse organizada em seu lugar.

Com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, e com a Independência, em 1822, a principal preocupação do Governo foi garantir a formação das elites dirigentes. Assim, segundo Piletti (Ibidem, p.41),

Ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior.

Quanto ao ensino primário, o governo tomou poucas iniciativas, principalmente durante o Império. Deixado a cargo das províncias, era pouco difundido, pois, os recursos provinciais eram escassos; os escravos eram proibidos de frequentar a escola; o curso primário não era pré-requisito para ingressar em outros cursos, como o secundário, por exemplo.

Além do descaso em relação ao curso primário, o governo também quase nada fez em relação ao ensino técnico-profissional. Havia, no período, alguns cursos técnicos, como o Curso Comercial de Pernambuco e a Escola de Agricultura do Pará e do Maranhão, mas seus professores eram mal remunerados e, além disso, não tinham capacitação. O ensino secundário também não recebeu incentivo do governo. Herdou do período Colonial um sistema de aulas avulsas e dispersas, que tinham como função primordial a preparação para o curso superior.

O Ato Adicional, de 1834 (Lei nº 16, de 12 de agosto), conferiu às províncias o direito de legislar sobre a instrução pública. A partir daí, a atuação do poder central limitou-se ao ensino superior, relegando aos estados e municípios a atuação sobre o ensino primário e secundário. O que ocorreu com essa medida foi que o ensino, sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada, enquanto que o primário foi relegado ao abandono, acentuando, dessa forma, o caráter elitista da educação.

Com a Proclamação da República, colocou-se em questão o modelo educacional brasileiro herdado do Império, que privilegiava a educação da elite (no nível secundário

e no curso superior). Essa situação provocou numerosas transformações, pois, ainda segundo Piletti (p. 54),

os ideais republicanos alimentaram intensamente projetos de um Brasil novo: uma federação democrática que favorecesse a convivência social de todos os brasileiros, promovesse o progresso econômico e a independência cultural.

Não foi isso que, na realidade, ocorreu. Tivemos que enfrentar várias crises, em todos os setores do país. Centralização do poder promovida pelo “Coronelismo” e, conseqüentemente, pela “Política do Café-com-Leite”. Eleições fraudadas para manter sempre o mesmo grupo no poder. A exploração dos trabalhadores. A dependência econômica e cultural em relação aos modelos europeus.

Muitas reformas vieram, nesse período, mas, todas elas restritas aos estados, tais como, a Reforma Lourenço Filho, no Ceará (1923); a Reforma Anísio Teixeira, na Bahia (1925); a Reforma Francisco de Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais (1927), entre outras. Nenhuma delas, até então, tinha fins democráticos. Ao contrário, todas continuavam privilegiando as elites. Embora algumas possuíssem nuança de democracia, o certo é que todas tinham o objetivo de manter a escola como instrumento de dominação. Segundo Zotti (2004, p. 80),

É interessante observar que, pela primeira vez, a disciplina de Moral e Cívica faz parte da matriz curricular; é como um meio de controle ideológico em virtude da crise política que se iniciava e que resultaria na Revolução de 1930.

A despeito das reformas, o ensino continuou elitista, mas, felizmente, a década de vinte foi um período de bastante efervescência, de muitas manifestações culturais (Semana de 22) e políticas. Vivíamos uma época de grande turbulência, que resultou na Revolução de Trinta, com Getúlio Vargas no poder.

3.10.2 Da Revolução de trinta aos dias atuais – na Educação

O governo de Vargas, inicialmente mais brando, foi regido por doutrinas totalitárias, com forte controle estatal, sobretudo sobre a educação. Esse período ficou conhecido na História como República Populista⁸.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo ministro era Francisco Campos. Em 1931, aconteceu a IV Conferência Nacional da Educação, organizada, segundo Ghiraldelli (1994, p. 41), para a discussão sobre o tema “As Grandes Diretrizes da Educação Popular”. Essa conferência, organizada a pedido do governo para determinar os rumos da educação no país, resultou em grande polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública. Dessa forma, não houve condições de se traçar esses rumos. Segundo Romanelli (1991, p. 144),

Foi então que os líderes desse movimento (Movimento Renovador) resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos através, de um documento endereçado “ao Povo e ao Governo”. Surge, pois, o Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932.

Esse período é o que mais fortemente nos interessa. Ele está relacionado ao auge da produção literária de Monteiro Lobato e também ao momento das várias e amplas reformas que sofreu o nosso sistema educacional. Segundo Nagle (1974, p. 248), todas essas reformas:

(...) visavam à renovação pedagógica consubstanciada na designação de “Escola Nova” que representava posição avançada, no liberalismo educacional.

Além disso, a escola deveria ser leiga para todos e formar o cidadão com base no aprendizado, pela experiência e não pelo dogmatismo. Assim, ainda de acordo com Nagle (1974):

⁸ Fenômeno típico da América Latina, que surgiu com a emergência das classes populares urbanas nascidas com a crescente industrialização do país e que se achavam insatisfeitas com a condição de vida e trabalho.

O novo papel do educador será o de simples agente fornecedor de meios para que a criança se desenvolva por si. Nada de constrangê-la ou de tentar enquadrá-la, a partir de situações antecipadamente programadas, do ponto de vista do adulto. O que importa é que a criança se desenvolva por meio da experiência. É preciso, portanto, que ela experimente. A inclusão do trabalho livre, da atividade lúdica, dos trabalhos manuais, enfim, a adoção do princípio da educação pela ação e não mais pelo imobilismo são algumas das consequências da nova concepção. (...) o que importa não é aprender coisas, mas a observar, a pesquisar, a pensar, enfim, a aprender.

Podemos perceber que a ideologia da Escola Nova é centrada no aluno e o professor é visto apenas como guia da nova aprendizagem. Esses ideais tiveram maior repercussão graças a Anísio Teixeira⁹, que era “Inspetor de Instrução Geral Pública” na Bahia.

Anísio Teixeira já tivera contato com essas ideias quando era estudante do Departamento de Educação da Universidade de Colúmbia (EUA). Foi nessa época que conheceu Monteiro Lobato. Surgiu, então, uma grande amizade, impulsionada pelos mesmos pensamentos em relação à Educação.

Monteiro Lobato entusiasmou-se pelos preceitos da nova doutrina educacional, e talvez possamos dizer que foi a partir daí que ele resolveu escrever livros infantis tão polêmicos e críticos. Eram ainda livros que faziam pensar, não entregando nada pronto, livros que faziam a criança construir conceitos a partir da experiência, como ocorre em *Emília no País da Gramática* (1935).

Vemos, no entanto, que foi aparente toda essa evolução e revolução no sistema educacional brasileiro, pois o ensino continuava sendo para a elite, que iria, um dia, estar no poder, ou seja, a educação tinha como fim a dominação. Todas as reformas implantadas no período atingiram, mais especificamente, o ensino secundário e superior, embora não possamos negar que houve um grande avanço em relação às anteriores no que diz respeito à gratuidade, obrigatoriedade e à laicidade do ensino no primário.

⁹ Para saber mais sobre Anísio Teixeira, pesquisar o site sobre biografias: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav/história/htm/bio/anisioteixeira.htm>. acesso em 27/11/08

Com o Golpe do Estado Novo, começa, realmente, um período de grande repressão em todos os setores de nossa vida pública. A educação deixa de ser direito de todos, embora o artigo 129, da Constituição de 1937, garanta o ensino à infância e à juventude, em instituições públicas, quando faltarem recursos em instituições particulares.

Nesse período, foi promulgada a chamada Lei Orgânica do Ensino Secundário, mediante o Decreto-lei nº 4244, de 9 de abril de 1942. A lei estabelecia, em seu artigo 1º, algumas finalidades do ensino secundário (ROMANELLI: 1991, p. 157):

- a) Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes;
- b) Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística;
- c) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados, de formação especial

Como vimos na Lei Orgânica, o foco do ensino, principalmente do ensino secundário, era formar o sentimento patriótico. Importa aqui mencionar que o governo procurou, na época, criar, através dessa lei, um mecanismo de dominação fundamentado numa ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo. É interessante observarmos, mais à frente, a presença do mesmo mecanismo no livro paradidático e nas gramáticas.

Com a queda de Getúlio Vargas, em 1945, começa um período democrático, de quase vinte anos. Percebe-se, nesse período, uma volta ao espírito renovador da “Nova Escola”. Tivemos a primeira “Lei de Diretrizes e Bases” da nossa história, promulgada em 1961, após 13 anos de discussões. Os fins da Educação estabelecidos por essa lei foram mantidos pela reforma de 1971 e continuam em vigor na atualidade. Alguns deles, segundo Piletti (2002, p. 101), constam no Artigo 1º - A educação nacional, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) Compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado e da família;
- b) O respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) Desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação;
- d) A condenação, por tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Além de ser uma lei altamente democrática, também já não se fala em educação secundária como preparação para o curso superior, mas como formação, em prosseguimento à escola primária. Porém, segundo Romanelli (1991), “uma lei por si só, não traz mudanças profundas na educação” e, dessa vez, não foi diferente. Nossa economia pré-capitalista e a mentalidade de nossos homens públicos da época, representantes do antigo regime que ainda estavam no poder, não levaram para a prática educacional essas mudanças.

A partir de 1964, a educação, da mesma forma que os outros setores da vida brasileira, sofreu com a ditadura que se instalou no país. Novamente, várias reformas foram feitas, em todos os níveis de ensino, sem a participação dos maiores interessados, os alunos, professores e a sociedade em geral. Tais reformas resultaram na ingerência dos norte-americanos nos assuntos educacionais brasileiros (Acordo MEC-USAID)¹⁰.

Muitos protestos ocorreram na época. Muitas escolas foram invadidas pela polícia. Muitos professores e alunos foram presos e exilados, e todas as escolas passaram a ser observadas pelos agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI). A situação piorou ainda mais com o país submetido ao Ato Institucional nº 5 (AI5), de 13 de dezembro de 1968, que dava plenos poderes ao Presidente da República.

Quanto aos objetivos da educação, foi mantida a mesma Lei, nº 402461 até 1971, quando foi modificada pela Lei nº5692/71, tornando profissionalizante todo o ensino de 2º grau. Nessa lei,

¹⁰ Para saber mais sobre o Acordo MEC-USAID, ler ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania. (ROMANELLI, 2002, p. 121)

O que aconteceu, naturalmente, foi que a lei não foi posta em prática pelas condições já citadas. Com a ditadura e o atraso em que vivia o Brasil, os alunos não conseguiam terminar os estudos, desenvolver suas potencialidades ou se autorrealizar e tampouco se preparar para o trabalho, que era difícil e mal pago. A participação política consciente, também, não era permitida.

Não houve mudanças radicais com a posse do primeiro presidente civil, em 1985. No entanto, houve evidentes conquistas políticas a partir de então. Eleições para Presidente da República, Governadores e prefeitos das capitais. No plano da Educação, com a instalação da Assembleia Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987, quatorze entidades formaram o Fórum da Educação, na Constituinte, defendendo quatro princípios básicos:

- a) Ensino público, gratuito e laico, para todos;
- b) Destinação de 13% das verbas do Governo Federal para a educação;
- c) Verbas públicas exclusivas para escolas públicas;
- d) Democratização das escolas públicas.

Um fator muito importante foi alcançado: a democratização da escola. Mas não basta ter escola para todos. Temos de dar condições para que a educação promova, realmente, o desenvolvimento de suas potencialidades, para a autorrealização e o exercício consciente da cidadania.

Este capítulo procurou delinear alguns fatos relevantes da História e da Educação, que fizeram parte dos momentos de Monteiro Lobato. Podemos dizer que seu período de vida acompanhou um fluxo intenso de acontecimentos em todos os patamares, como o político, o econômico, o social e o cultural. Esse período estende-se desde os fins do século XIX até a metade do século XX. Houve um dinamismo muito grande na economia internacional, estimulando mudanças que afetaram todos os níveis de nossa

vida da época. Nunca, em nenhum período da história, tantas pessoas foram envolvidas, de modo tão completo e tão rápido, num processo de transformação de hábitos, de hierarquias e de percepções. Isto não apenas no Brasil, mas no mundo todo, numa interação jamais vista.

Aconteceram transformações drásticas, no modo de vida das pessoas. Essas transformações tiveram início na segunda *Revolução Industrial*, por volta de 1870, também conhecida como *Revolução Técnico-científica*. Ela representou um salto imenso, em termos de qualidade de vida. Dela resultou a aplicação de modernas técnicas, nos meios produtivos (no Brasil, isto demorou um pouco), o aparecimento de novos potenciais energéticos, dando origem a novos campos de exploração industrial, em descobertas jamais imaginadas, como, o raio-X, os aviões, o cinema, os eletrodomésticos, remédios e quase toda a parafernália, vista hoje, no meio em que vivemos, atualmente.

Esse desenvolvimento acabou mudando o nosso sistema político, de Monarquia para República. Em decorrência, levou à ascensão homens novos, em paralelo com vultosa imigração estrangeira, alterando os quadros hierárquicos e de valores da sociedade, na medida em que se consolidavam as práticas de trabalho assalariado e instalava-se um mercado interno dinâmico. Esse conjunto de transformações gerou amplo processo de desestabilização da sociedade e da cultura, cujos sintomas mais nítidos foram as modernizações verificadas nas grandes cidades e as revoltas por elas geradas.

No que diz respeito à Educação, ao longo do século XX pudemos perceber que o governo e as leis foram elementos sempre presentes e prestaram valiosa contribuição para que a educação fosse um meio de dominação político-cultural. Nossos legisladores esmeram-se em elaborar leis, tanto mais perfeitas quanto mais distantes da realidade.

CAPÍTULO 4

Análise das Fontes Primárias e Secundárias à Luz da Historiografia Linguística Imanência e Adequação

"Golpe a golpe, passo a passo,
Caminhante, não há caminho,
o caminho é feito ao andar:
Andando, se faz o caminho
e se você olhar para trás
tudo que verás são as marcas
de passos que algum dia
seus pés tornarão a percorrer:
Caminhante, não há caminho,
o caminho é feito ao andar".

(Antonio Machado)

CAPÍTULO 4 – Análise das Fontes Primárias e Secundárias à Luz da Historiografia Linguística – Imanência e Adequação

Neste capítulo, sob a perspectiva da *Imanência*, abordaremos a *Gramática Histórica* e a *Gramática Expositiva* – Curso Superior, ambas de Eduardo Carlos Pereira, e o Livro *Emília no País da Gramática* (1935), de Monteiro Lobato; sob a perspectiva da *Adequação*, abordaremos o livro *Emília no País da Gramática* (2008), de Lobato, e a *Moderna Gramática Portuguesa* (2007), de Evanildo Bechara.

No que se refere à Imanência, as duas gramáticas e o livro de Lobato, fontes primárias, constituem o *corpus* de nossa análise linguística. Partiremos do princípio de que fontes primárias são aquelas editadas no período recortado, servem de base para a pesquisa, mas sem serem, necessariamente, primeiras edições. Tentaremos analisar os aspectos linguísticos, críticos e historiográficos que permeavam o clima de opinião da época e que se encontram materializados nos três documentos em questão.

Para conhecermos o percurso feito pelos documentos selecionados e ordenados cronologicamente e para desvendarmos as mudanças e permanências ocorridas desde o começo até a metade do século XX, esta análise se baseará nos documentos abaixo elencados.

- a) *Gramática Histórica* – Eduardo Carlos Pereira – 8ª edição – 1935 (1ª edição, em 1915);
- b) *Emília no País da Gramática* – Monteiro Lobato – 2ª edição – 1935 (1ª edição, em 1934);
- c) *Gramática Expositiva* – Eduardo Carlos Pereira – 62ª edição – 1944 (1ª edição, em 1907).

Esclarecemos que, para chegarmos a este ponto da análise, este trabalho percorreu os passos investigativos para a seleção e ordenação do *corpus*. Além disso, foi reconstruído o contexto em que as obras foram elaboradas. Nessa parte, buscamos

relacionar tais obras para estabelecer semelhanças e diferenças a partir do foco educacional e linguístico da época.

Assim, após o estabelecimento dos Princípios, elaboramos os critérios de avaliação por meio de *categorias*, para interpretação e reconstrução dos documentos selecionados. Teceremos considerações para desvendarmos de que forma as questões linguísticas, políticas, ideológicas e culturais, no tocante ao ensino, contribuiram para a elaboração das Gramáticas de Eduardo Carlos Pereira (1935 e 1944) e do livro de Monteiro Lobato (1935). São elas:

- a) Categoria 1 - A estrutura das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935, 2008) tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional, de dominação, do período;**
- b) Categoria 2 – Análise das *Gramáticas* e do livro, tendo como ponto de partida o estabelecimento de uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, pelo ensino de língua materna.**

A partir da elaboração das categorias fixadas para a análise, passamos a reconstruir e analisar as gramáticas e o livro.

I - FASE – Princípio da Imanência

4.1 –*Gramática Histórica* - Eduardo Carlos Pereira – 8ª edição – 1935 (anexo A, p. 180)

A *Gramática Histórica*, editada pela primeira vez em 1915, destina-se aos alunos do 4º ano ginasial, ou seja, da nossa atual 8ª série do Ensino Fundamental. Está escrita em linguagem muito erudita e complexa para os nossos jovens, mas isso era exigência da época.

O exemplar que temos para análise data de 1935 e constitui a oitava edição. Editado pela Companhia Editora Nacional, de Monteiro Lobato, abrange toda a primeira metade do século XX, apresentando-se com o novíssimo instrumento de apoio pedagógico oficial recomendado pelo governo de então.

Publicada, ininterruptamente desde a sua primeira edição, em 1915, até 1957, trata-se de uma obra que reflete o embasamento teórico da Linguística Comparada do séc. XIX. Um dos méritos dessa gramática é a introdução de um capítulo sobre semântica, por ser essa disciplina o estudo das leis que presidem à mudança de sentido da palavra, através da sua evolução no tempo e no espaço. Outro aspecto positivo é a introdução da sintaxe, estudo até então desprezado no ensino de Português.

A obra de Eduardo Carlos Pereira divide-se nas seguintes partes: Introdução, gramática histórica, fonologia, fonética, morfologia e etimologia. É nessa última parte que o autor introduz um capítulo intitulado “Semântica”. Com relação às categorias gramaticais, o autor as classifica nos capítulos destinados à morfologia (função e flexão) e à sintaxe (história das palavras). A parte dedicada à Semântica compreende dezessete páginas. Nessa parte, estudam-se os tropos e outros processos semânticos (polissemia, encadeamento, contágio etc.), arcaísmos e neologismos. Além de introduzir um estudo novo, como o da semântica, o autor aborda as categorias gramaticais (substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição), conceituando-as a partir do critério semântico, direcionado quase que totalmente para o enfoque histórico.

A obra sofreu algumas alterações em virtude das várias mudanças que o Programa de Ensino de Português¹¹ teve durante as décadas em que ela foi editada. Como instrumento pedagógico, além de cumprir seu papel no ensino de Português, inseriu-se, juntamente com outros autores, em uma nova maneira de tratar a nossa língua pelos estudiosos, além de mudar o foco de estudo para o Português Brasileiro, pois, até então, estudávamos o Português de Portugal em nossas escolas. E, como complemento da *Gramática Expositiva* adotada nas três primeiras séries do Curso Ginásial, trata, profundamente, os fatos passados, deixando praticamente de lado os atuais.

Antes de entrarmos nas duas categorias elencadas para a análise do nosso trabalho, examinaremos alguns elementos fundamentais para a compreensão do nosso estudo da *Gramática Histórica* (1935), da *Gramática Expositiva* (1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), como a capa, a introdução e a divisão interna. De cada uma dessas partes, selecionamos, ordenamos, interpretamos e analisamos os objetivos e os motivos que levaram à sua publicação, levando em conta, para isso, o clima de opinião do período de sua elaboração. Focalizaremos, a partir de agora, o nosso objeto de estudo.

4.1.1 – Capa (Anexo A, p. 180)

A capa da *Gramática Histórica* (1935), de Eduardo Carlos Pereira (**anexo A, p. 180**) apresenta-se com a simplicidade presente em outras capas de outras obras da época, sem desenhos, gravuras ou rebuscamento: papel cartonado, com letras negras e grandes, em fundo sépia, na primeira capa (capa de rosto), contendo o nome “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, na parte de cima, e o nome da editora “Companhia Editora Nacional”, na parte de baixo. O nome da gramática vem centralizado, com o do autor, logo acima. Na capa de trás (**anexo B, p. 181**) também predominam as letras negras, em fundo sépia, agora menores. Contém, ainda, a listagem das obras pedagógicas, publicadas pela mesma editora.

¹¹ Para saber mais sobre as reformas no ensino brasileiro no começo do séc. XX ver: FACCINA, Rosemeire Leão da Silva. *Políticas Linguísticas: normatização do ensino de Língua Portuguesa no século.XX*. Tese de Doutorado. PUC-SP, São Paulo, 2002.

A capa que ora apresentamos está de acordo com o perfil das obras de cunho pedagógico do início e metade do século XX. A sobriedade, a simplicidade e a objetividade de sua apresentação nos remetem aos princípios verdadeiramente científicos apregoados pelo autor e que foram utilizados no seu interior. Além disso, a falta de recursos tecnológicos contribuiu para que essa edição não primasse pela qualidade do material, e vale lembrar que é a partir de Monteiro Lobato, dono da Companhia Editora Nacional, que a elaboração e apresentação dos livros em geral foram se modificando e se modernizando, apresentando outros tipos de papéis e gravuras.

4.1.2 - Introdução

Eduardo Carlos Pereira apresenta, na introdução de sua *Gramática Histórica* (1935), quatro capítulos: Capítulo I. Linguagem, Capítulo II. Glotologia, Capítulo III. Filosofia e Capítulo IV. Gramática. Esses capítulos foram divididos em trinta e sete parágrafos.

No capítulo I, o autor define Linguagem, de acordo com Whitney¹², como sendo o conjunto de sinais que o homem utiliza intencionalmente para comunicar suas ideias. E pode ser classificada em Glótica (falada), Gráfica (escrita) e Mímica (gestos).

Depois de classificar a linguagem nessas três representações, o autor diferencia “língua” de “linguagem”. Assim, de acordo com ele, o termo “linguagem” pode ser empregado no sentido abstrato, como sendo a faculdade da expressão racional, ou em sentido concreto, como um sistema de sinais conscientes de que o homem se utiliza para

¹² Whitney foi um ilólogo britânico. Sua grande obra sobre o sânscrito o colocou entre os maiores gramáticos de seu tempo. Lecionou na Universidade de Yale (1869), em Harvard (1869), e, em 1870, recebeu o *Berlin Academy of Sciences*, primeiro prêmio Bopp da mais importante contribuição para a Filologia Sânscrita dos últimos três anos. Seus trabalhos mais conhecidos são: *A Gramática do Sânscrito*, *O Estudo da Língua e da Linguagem*, *A Vida e o Crescimento da Língua*, *Max Muller e os Fundamentos da Linguagem*.

Em: www.jewishencyclopedia.com. Acesso em 17/10/08

expressar suas ideias. E “língua”, ele define, de acordo com Darmesteter¹³, como sendo um sistema natural de palavras de que se servem os humanos para comunicarem seus pensamentos entre si. Dessa forma, a “língua” pode ser viva, morta ou extinta.

No capítulo II, Eduardo Carlos Pereira define Glotologia, baseando-se em Max Muller¹⁴, como sendo a ciência que tem por objeto a origem, o desenvolvimento e a classificação da “Linguagem”, tanto no plano concreto, quanto no abstrato.

Quanto à origem, o autor a divide em dois períodos: o histórico e o pré-histórico. O período histórico é o da documentação das línguas, em que o glotólogo pode estudar o desenvolvimento delas nos documentos escritos, nos arquivos do passado. Esse período estende-se até os documentos mais antigos das ruínas da Babilônia e Egito. Já o período pré-histórico é definido pelo autor como sendo aquele que recua até o ponto onde cessam os documentos escritos e até a origem do homem, até um ponto indeterminado do tempo passado.

Quanto ao desenvolvimento da linguagem, Eduardo Carlos Pereira afirma que ela também tem três períodos: o embrionário, o sintético e o analítico. O período embrionário seria aquele em que a expressão dos sentimentos se dava por meio de monossílabos, os quais evoluiriam até à expressão das ideias, constituindo raízes. O período sintético seria aquele em que as raízes se aglutinariam para a construção de um sistema morfológico, mais ou menos complexo, tais como o Sânscrito ou o Latim. O período analítico, o terceiro e último, seria aquele em que as expressões sintéticas do período anterior se juntam a ele.

Quanto às línguas, elas são classificadas, segundo o autor, com base na Glotologia, em grupos ou famílias, e depois em geográfica, etnológica, morfológica e genealógica.

¹³A. Darmesteter foi um filólogo francês, nascido em Château-Salins em 05 de janeiro de 1846 e morto em Paris em 16 de novembro de 1888. Para ele, a língua era essencialmente viva e não abrangia apenas o estudo da Fonética e da Morfologia. Suas principais publicações são: *Traité sur lês Mots, Le Seizième Siècle, The Life of Words*. Em: www.jewishencyclopedia.com. Acesso em 14/12/08

¹⁴ Friedrich Maximilian Muller (1823-1900) foi filólogo, hindólogo, mitólogo e orientalista alemão. Suas obras foram: *A History of Ancient Sanskrit Literature So Far As It Illustrates the Primitive; Lectures on the Science of Language; Introduction to the Science of Religion; India, What can it Teach Us? Entre outras*. "http://es.wikipedia.org/wiki/Max_M%C3%BCller. Último acesso em 15/06/09

Dois problemas, no entanto, ainda permanecem na Glotologia/Linguística. A origem da língua humana é o primeiro problema. Enquanto alguns linguistas afirmam que as línguas se originaram de uma única língua-mãe, outros afirmam que elas se originaram de outras línguas-mães. O segundo problema diz respeito à natureza da glotologia. Enquanto alguns cientistas afirmam ser ela uma ciência natural, outros afirmam que ela é uma ciência histórica, o que nos leva a crer que a Glotologia pode fazer parte desses dois domínios.

No capítulo III, Eduardo Carlos Pereira define a Filologia como a ciência que tem como objeto o estudo crítico da literatura de um povo ou de uma época, estudo que pode ser tanto linguístico quanto literário. A finalidade dessa ciência, de acordo com o autor, é a análise e síntese dos documentos literários que ela estuda em todos os seus aspectos, recorrendo a outras ciências, como a História, a Arqueologia, a Etnologia, a Mitologia etc.

No capítulo IV, o autor define a Gramática como um ramo importante da Glotologia e um subsídio indispensável à Filologia. Também para ele a Gramática é a ciência que estuda a palavra em seus múltiplos aspectos: sua origem, formação, metamorfose, sentido e relações. Ela pode ser dividida em: Gramática Geral: é a que trata das questões pertinentes a todas as línguas; Gramática Particular: é a que tem por objeto de estudo as questões de uma língua em particular em uma dada época ou no seu percurso histórico. E, finalmente, a Gramática Expositiva, que é a que se limita a expor ou a descrever, para fins práticos, os fatos da língua na época atual.

Depois de uma visão geral sobre o modo como Eduardo Carlos Pereira elaborou a introdução de sua gramática, dividimos, analisamos e elencamos dados e observamos a intenção do autor de dar uma prévia instigante ao estudante, mestre ou leitor de sua obra, levando-os a tomar gosto pelo que veria ao longo do seu estudo. Um estudo recente, no Brasil da época - Língua e sociedade, sintaxe e semântica. E, a maneira muito peculiar que o autor encontrou para fazer isso foi a de dar pinceladas nos assuntos, citando nomes de cientistas, chamando o estudioso às novas correntes filosóficas que predominavam no ensino de língua de outros países no início do século XX.

Por que chamar a atenção dos interessados nos estudos gramaticais para as novas correntes filosóficas que começaram a se disseminar no país? A ideia do estudo da língua vinculada ao fator social já circulava no Brasil, no começo do século XX, a partir da influência dos estudos em sociologia, antropologia etc., de autores como, Whitney¹⁵, Lubke¹⁶ e Max Muller¹⁷, entre outros. Dessa maneira, gramáticos como Eduardo Carlos Pereira tomaram conhecimento desses estudos e compreenderam a necessidade de reformar nossos materiais didáticos, até então tão estreitamente ligados aos estudos de Portugal. Ao chamar a atenção do estudioso da língua para as inovações presentes em sua obra, o autor queria deixar claro que estava em consonância com o mundo de sua época, passando, dessa maneira, a ideia de que sua obra deveria ser lida, estudada e discutida, além de ser utilizada nas escolas.

4.1.3 - Divisão interna da *Gramática Histórica*

Depois de analisar a capa e a introdução da *Gramática Histórica* (1935), passamos a analisar a sua divisão interna. Essa gramática está dividida em capítulos, e estes, em parágrafos, facilmente encontrados pela consulta aos dois índices que nela constam. Concluimos que tal divisão tinha uma função didática, pois haveria maior facilidade tanto de encontrar os tópicos em estudo, quanto de manusear o material.

A gramática também tem um índice no final. Ele é dividido em assuntos, contendo a numeração crescente das páginas. Os itens têm uma função tanto didática quanto científica, pois transmitem uma concepção clara e objetiva do objeto, à semelhança do que se vê em outras obras didáticas do período, as quais, parece-nos interessante observar, vinham sempre com o índice no final.

¹⁵ Ver p. 99

¹⁶ Linguista Suíço-Alemão cujos estudos comparativos das línguas romance e do latim falado popular revolucionaram a linguística romance. Após ensinar na Universidade de Jena (1887-1890), lecionou na Universidade de Bona (1915). Publicou a *Gramática Italiana Histórico-crítica* (1891) e a *Der de Grammatik Romanischen Sprachen*, 4 vol. (1890-1902). Em: www.orbilat.com/Encyclopaedia/m/Meyer-Lubke_Wilhelm.html. Acesso em 17/10/08

¹⁷ Ver p. 100

4.2 - Gramática Expositiva – Curso Superior – 62ª edição, 1944 (anexo C, p. 182)

A *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, apresenta-se em duas versões: a primeira, denominada *Gramática Expositiva – Curso Elementar*, era destinada aos alunos do primeiro ciclo do curso secundário; a segunda, denominada *Gramática Expositiva – Curso Superior*, destinada aos estudantes do segundo ciclo do curso secundário.

A *Gramática Expositiva - Curso Superior* teve 114 edições: a primeira, em 1907, e a última, em 1958, ficando, portanto, mais de cinquenta anos fazendo parte dos materiais didáticos de nossas escolas, com maior aceitação no mercado.

O exemplar que temos para análise data de 1944 e constitui a 62ª edição. Editada pela Companhia Editora Nacional, de Monteiro Lobato, abrange toda a primeira metade do século XX, apresentando-se como um novíssimo instrumento de apoio pedagógico oficial, recomendado pelo governo.

A obra sofreu algumas alterações, em virtude das várias mudanças que o Programa de Ensino de Português¹⁸ sofreu durante as décadas em que ela foi editada. Como material didático, esteve à mercê de leis e reformas e de lucro monetário. Além disso, serviu aos propósitos linguísticos no ensino de Português. Assim, seu autor a define como uma gramática que estuda os fatos atuais da língua, diferentemente da gramática histórica, que estuda os fatos passados.

¹⁸ Para saber mais sobre as reformas no ensino brasileiro no começo do século XX, ver: FACCINA, Rosemeire Leão da Silva. *Políticas Linguísticas: normatização do ensino de Língua Portuguesa no século XX*. Tese de Doutorado. PUC/SP, São Paulo, 2002.

4.2.1 – Capa (anexo C, p. 182)

A capa da *Gramática Expositiva – Curso Superior (1944)*, assim como a da *Gramática Histórica (1935)*, apresenta-se também com a simplicidade presente em capas de outras obras da época. Sem desenhos, gravuras ou rebuscamento. Papel cartonado, com letras negras e grandes, em fundo sépia na primeira capa (capa de rosto), contendo o nome, “Biblioteca Pedagógica Brasileira” na parte superior, e o da editora (Companhia Editora Nacional), na parte inferior. O Nome da Gramática vem centralizado, com o nome do autor logo acima.

Nessa gramática, o nome de Laudelino Freire, um importante filólogo e crítico literário, aparece como o responsável pela adaptação da obra às normas gramaticais vigentes na época. Na capa de trás, também predominam as letras negras, em fundo sépia, mas, agora, aparece o anúncio de dois importantes dicionários: *Pequeno Dicionário Inglês-Português*, de Nuno S. Vasconcellos e *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. Atentamos para o fato de, nessa época, o livro ser veículo de propaganda, ainda que precário.

A capa que ora apresentamos, assim como a gramática já analisada, está de acordo com o perfil das obras de cunho pedagógico do início e metade do século XX. A sobriedade, a simplicidade e a objetividade de sua apresentação nos remetem aos princípios verdadeiramente científicos apregoados pelo autor e que foram utilizados para sua elaboração. Também a falta de recursos tecnológicos contribuiu para que essa edição não primasse pela qualidade do material.

4.2.2 – Introdução

Na *Gramática Expositiva – Curso Superior (1944)*, a introdução é menor que a da *Gramática Histórica (1935)*. Na *Gramática Expositiva*, a introdução vem, na verdade, como noções preliminares. Nelas, o autor define linguagem, palavra, vocábulo, língua, vocabulário, frase e proposição. Notamos que ele define primeiramente a linguagem e, depois, num crescendo, vai definindo as unidades menores dessa mesma linguagem, até chegar à proposição de sentido completo.

Para Pereira, a linguagem é a expressão do pensamento, enquanto palavra é a combinação oral de sons, na oralidade, e de letras, na versão escrita. Em seguida, ele define vocábulo, como sendo a palavra, em relação à forma material, e língua, como um sistema natural de palavras.

Depois de definir vocábulo, define léxico como uma lista de vocábulos dispostos em ordem alfabética. Finalmente, ele define e diferencia frase de proposição: aquela, como uma combinação de palavras, e esta, como uma frase de sentido completo.

Assim, logo após selecionarmos, ordenarmos e elencarmos os dados na introdução da gramática em questão, notamos algumas diferenças marcantes com relação à *Gramática Histórica (1935)*. Primeiramente, a introdução é bem menor e não há a preocupação em explicar, detalhadamente, cada unidade, como foi feito na introdução anterior. O autor não deixa explícitas suas bases teóricas, não há menção a livros, cientistas ou a nenhuma teoria da época.

Dessa forma, só pela introdução da obra não é possível desvendarmos o aparato teórico que perpassava seu contexto de produção, mas, quando a analisamos mais detalhadamente, percebemos, pelo encadeamento de assuntos, certa afinidade com os linguistas do Estruturalismo, bastante estudados no período, como Saussure¹⁹ e outros, que viam a língua como sistema autônomo de regras que se relacionam em todas as partes ou níveis. Esse sistema apresenta-se subjacente aos fatos linguísticos concretos e constitui o principal objeto de estudo do linguista.

4.2.3 – Divisão Interna

A divisão interna da *Gramática Expositiva – Curso Superior (1944)* é semelhante à divisão interna da *Gramática Histórica (1935)*. Ambas são divididas em capítulos e parágrafos, facilmente encontrados por meio de consulta aos dois índices que nela constam.

¹⁹ SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*, 15 ed. São Paulo: Cultrix, 1989

Assim como na *Gramática Histórica (1935)*, concluímos que tal divisão tinha função didática, pois facilitava encontrar os tópicos em estudo e manusear o material. A gramática também tem um índice no final, dividido em índice por ordem alfabética, por assuntos, e índice geral, contendo a numeração crescente das páginas. Todos esses itens tinham função tanto didática, quanto científica, pois passavam uma concepção clara e objetiva do objeto de estudo, bem de acordo com os preceitos científicos da época.

Além desses elementos, a gramática traz, no início, uma relação de grandes nomes clássicos nos quais Pereira se baseou. Essa relação tem o seguinte título: “Autoridades clássicas que amplamente autorizam as teorias dessa gramática”. Os nomes são:

A.H.....Alexandre Herculano.
 A.C.....Antonio Feliciano de Castilho.
 L.C.....José Maria Latino Coelho.
 G.....João Batista da Silva L. d’Almeida Garret.
 G.D.....A. Gonçalves Dias.
 O.M.....M. Odorico Mendes.
 F.Lisboa. João Francisco Lisboa.
 R.S.....Luís Augusto Rabelo da Silva.
 C.C.B.....Camilo Castelo Branco.
 F.E.....Filinto Elíseo, Francisco Manuel do Nascimento.
 A.P.....Padre Antônio Pereira.
 A.V.....Padre Antônio Vieira.
 A. de F.....Arte de Furtar, atribuída a A.V.
 M.B.....Padre Manuel Bernades.
 L.S..... Fr. Luís de Souza.
 J.Freire.....Jacinto Freire de Andrade.
 F.M..... D. Francisco Manuel de Melo.
 S. de Menezes.....Sá de Menezes.
 F.R.L.....Francisco Rodrigues Lobo.
 C.....Luís de Camões.
 G.V.Gil Vicente.

Logo abaixo dos nomes, vêm as explicações. Aqui, o autor esclarece alguns tópicos. Revela que o professor encontrará, na gramática, para o segundo ano, de acordo com o programa oficial dos ginásios, uma explicação mais ampla da Fonologia e da Morfologia, além da introdução à Etimologia.

No parágrafo seguinte, há também menção à Sintaxe e aos vícios de linguagem, deixando, claro que esses dois assuntos serão mais explorados devido às exigências do programa oficial. Também o autor esclarece aos professores que eles, no segundo e terceiro anos do curso ginásial, deverão retomar os conteúdos dos anos anteriores.

Depois de analisarmos alguns itens importantes para a compreensão do nosso trabalho, passamos a proceder à análise, ainda sob a perspectiva da *imanência*, através das duas categorias referidas.

4.3 – Análise dos prólogos

O começo do século XX representou grande virada na política brasileira. Tínhamos acabado de sair de uma Monarquia totalitarista, decadente e ultrapassada, para entrarmos em novo regime de governo, a República, aparentemente democrática. Concomitantemente, o mundo estava em conflito - especialmente a Europa, que era o centro irradiador de cultura da época, vivia momentos de conflitos sociais, econômicos, culturais e ideológicos. Esse estado latente de conflito gerou mudanças que influenciaram também a sociedade e a política brasileira.

A ideia de ciência como força transformadora espalhou-se pelo mundo e chegou ao Brasil. Eram novas concepções trazidas pela Psicologia, Biologia, Antropologia, Sociologia etc. Era necessário mudar. O país tinha de ter Ordem e Progresso para ter um regime forte de governo, centralizado nos ideais do Positivismo. Passamos, assim, a enxergar todos os problemas brasileiros pelos olhos do cientificismo determinista. A educação brasileira não permaneceu alheia a todas essas mudanças. O sistema educacional, perpetuado do antigo Império, não estava mais de acordo com o clima de

ebulição reinante. Eram necessárias reformas, e elas vieram, visando a melhoria e transformação.

Podemos destacar dois tipos de transformação: uma delas ocorreu na literatura. Fomos apresentados a um nacionalismo sem limites, em todas as esferas literárias. A literatura do poder visava ao engrandecimento da pátria, sem fazer críticas ou comentários. Surgiu a necessidade de mostrar ao mundo um povo com heróis próprios, com falares próprios, e não mais copiados de outros povos, valorizando o Brasil, fazendo-o emergir, como nação única, com única língua.

O segundo tipo de reforma diz respeito às leis. Elas pensavam o país como um todo, uniforme, com as mesmas necessidades educacionais para todos, com o mesmo material didático, como foi o caso da *Gramática*, de Eduardo Carlos Pereira. Pregavam o ensino escolar primário para todas as crianças em idade escolar, embora de fato isso não acontecesse.

Salientamos ainda nos prólogos o critério científico utilizado para a elaboração das *Gramáticas Histórica (1935)* e *Expositiva (1944)*. Podemos perceber a intenção do autor em deixar explícitas as suas bases teóricas, quando ele se refere, em seu trabalho, a autores de nomes reconhecidos mundialmente por suas pesquisas em linguagem: Whitney²⁰ (1827-1894), Meyer-Lubke²¹ (1861- 1936), Darmesteter²² (1846-1888). Todos esses cientistas tinham concepções semelhantes. Estudavam a língua ou a linguagem como uma evolução histórica e como um meio de interação social. Era comum, na época, os autores brasileiros apoiarem-se em autoridades europeias, citando autores renomados para darem cunho científico às suas obras.

²⁰ Ver p. 99

²¹ Ver p. 102

²² Ver p. 100

4.3.1 - Prólogo da 8ª edição – *Gramática Histórica (1935)* (anexos D, E, F, p. 183-185)

Categoria 1 - A estrutura das *Gramáticas (1935, 1944)* de Eduardo Carlos Pereira e do livro *Emília no País da Gramática (1935)*, tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional, de dominação, do período.

Ao longo da leitura da obra em questão, verificamos a imposição dessa doutrina político-ideológica, que estabelece uma política linguística de dominação feita por meio da imposição de uma linguagem única, baseada no padrão privilegiado e de uma lei que estabelece essa linguagem. Os fatos de essa obra ser autorizada pelo Ministério da Instrução (autoridade educacional da época) e de estar de acordo com os programas oficiais do ginásio confirmam nossa afirmativa. Assim, a imposição de uma norma padrão passa a ser um modelo de coerção, bem de acordo com o período histórico estudado, já que a *Gramática Histórica (1935)* estava implantada como disciplina do Curso Ginásial, conforme se lê abaixo:

Do critério e do methodo, que presidiram a nossa modesta tentativa, é justo também que algo digamos.

Em primeiro lugar, serviu de base o antigo programma de gramatica histórica do Gymnasio Nacional, que suplemetámos e desenvolvemos.

Arrastado pelo desejo de apresentar trabalho mais completo, tivemos de desatender ao escasso horário, que a lei outorga ao 4º anno para o estudo dessa matéria.

Todavia, procurámos fazer deste nosso curso o complemento dos cursos antecedentes, de sorte que a *gramática histórica* fosse a cúpula do curso gimnásial de portuguez. (Trecho de acordo com o original) (p.3)

“A lei (Decreto 16782, de 13 de janeiro de 1925) que sistematizava o ensino de língua portuguesa, no Brasil da época, determinava uma gramática histórica para o 4º ano ginásial” e fundamenta nossa afirmação. (FACCINA: 2002, p. 96)

§2. O ensino de língua portuguesa abrangerá no quarto ano a gramática histórica e, no quinto noções de literatura. (Art. 47, Dec. cit)

Ainda no primeiro parágrafo, o autor se vale de alguns argumentos que nos mostram a importância, para a época, do bem falar e do bem escrever, já que as palavras eram vistas como “belezas da arte”. Nossos grifos, na citação abaixo, ilustram o que acabamos de dizer.

Incarnação do pensamento, ella (língua), qual o homem, não realiza isolada sua missão, mas sim em uma como sociedade nos agrupamentos da phrase, onde as palavras se prendem pelos laços de íntimas relações na união de um objectivo comum. **É de facto, no exercício dessas como funções sociais, que a palavra cumpre seu nobre destino nas belezas da arte**, nos ensinamentos da sciencia, nas especulações da philosophia e nos arroubos da religião. (p.3)

As palavras também tinham o nobre destino nos ensinamentos de ciência, nos ensinamentos religiosos e nas especulações da Filosofia. Além disso, as palavras se prendiam por laços íntimos, na união de um objetivo comum, que é a missão de juntar o homem em agrupamentos ou sociedades.

Como salientado, para esse momento de República Velha, em que a nova ordem exige mais apego aos ideais nacionalistas, as palavras têm maior expressão porque passam a representar ascensão social.

No § 2, “É ella o vínculo mais poderoso da sociedade, o mais forte instrumento da vida e do progresso da família humana”, o autor continua nos mostrando a importância e o valor moral que a língua exerce na sociedade. Pelas palavras dele, percebemos, no uso das expressões “vínculo moral mais poderoso”; “o mais forte instrumento da vida”, a necessidade dessa *Gramática Histórica (1935)*, nesse momento de nacionalização e até de gramatização.

Na parte IV, no § 2:

Não nos foi, por certo, concedido, nesta arriscada empresa, seguir rota batida ao ponto collimado. Escasseiam, no gênero em nossa língua, estudos systematicos, e entre estes nenhum que satisfaça o programma de 4º ano de nossos gymnasios sobre gramantica histórica.(p.4)

O fato de o autor, por falta de material didático apropriado e por inclusão da disciplina *Gramática Histórica* nas 4^{as} séries do ginásial, debruçar-se para elaborar esse compêndio, já é prova de que as escolas exigiam esse tipo de conhecimento de fatos passados para melhorar o futuro.

Categoria 2 – Análise das *Gramáticas (1935, 1944)* de Eduardo Carlos Pereira e do livro *Emília no País da Gramática (1935)*, tendo como ponto de partida, o estabelecimento de uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

Quanto à manutenção da cultura brasileira assentada no ensino de língua materna, verificamos, nesse prólogo, trechos que nos remetem à política ideológica dominante no período: o nacionalismo exacerbado e a língua como meio de unificação nacional, além de grande apego às teorias europeias.

Incorporada a língua pátria, a sua cultura se impõe como elemento mais enérgico de coesão nacional, a expressão mais viva e genuína da índole da raça, da unidade do povo, do seu grau de civilização e da nobreza de seus ideais. (Ibidem)

Embora a língua seja o elemento mais forte de unificação nacional e vínculo moral mais poderoso da sociedade:

é, portanto, a todos os respeitos, profundamente lastimável o desamor e incuria que ora reinam no ensino da língua nacional, até mesmo nos programas oficiais. Felizmente, porém, à voz patriótica, de um nobre espírito, exímio burilador do idioma materno, sente-se já o estremecimento de um Brasil novo, onde **a língua de nossos avós, expressão e elo de homogeneidade de nossa pátria**, será tractada com maior carinho e previsão social. (Ibidem)

O autor ressalta a falta de amor, o desleixo e o desrespeito em relação ao ensino de língua materna por todos e também pelo governo em seus programas oficiais. Mas, com essa nova gramática, ele pretende trazer à tona o estudo em que a língua portuguesa será tratada de modo diferente, ou seja, a língua será tratada sob a perspectiva histórica, deixando de lado o estudo expositivo, pois ela:

como os indivíduos, como a humanidade, tem a sua história, é à luz desta que se revela a sua verdadeira índole. Esses precedentes históricos indispensáveis à sua boa compreensão, no-los dá a Gramática Histórica, que é a sua biographia. (p.3)

Salientamos, ainda dentro dessa categoria, que os ideais de preservação da cultura brasileira baseavam-se em uma cultura estrangeira, pois o autor, ao referir-se à língua de nossos avós como “expressão e elo de homogeneidade de nossa pátria”, está referindo-se a uma cultura estrangeira, herança que, trazida pelos nossos antepassados, veio a formar a Língua Portuguesa.

Além disso, também podemos afirmar que, na época, a nossa cultura baseava-se em uma cultura estrangeira, porque o cientificismo que predominava nas obras do início do século XX na Europa e nos Estados Unidos também estava presente na divisão, produção e organização da *Gramática* de Eduardo Carlos Pereira, como observamos no trecho do prólogo a seguir, pelas citações dos conceituados cientistas estrangeiros da linguagem.

Nesta emergência, forçoso era internar-se pela selva escura de nossos escritores clássicos; pesquisar textos da língua arcaica média e moderna; colher exemplos e ordená-los; induzir leis e sistematizá-las; acompanhar, em summa, a evolução da língua, procurando nella a explicação dos fatos actuaes da grammatica expositiva. Muito colhemos, na basta floresta, porém, muito há ainda que respigar. Neste afan laborioso socorremo-nos de amplos subsídios de eruditos cultores de nosso idioma, como **João Ribeiro, Lameira de Andrade, Pacheco Junior**, entre outros[...]. A orientação, porém, de nosso trabalho, a solução dos problemas geraes, que se prenderam ao movimento histórico das línguas românicas, as linhas amplas de nosso compêndio, buscámo-las nos mestres da philologia moderna taes como- **Diez, Meyer Lubke, Bourciez, Darmesteter, Bréal. Etc.** (p.4)

E observamos que, além dos renomados cientistas estrangeiros, o autor também busca embasamento teórico para a sua obra em cientistas brasileiros. Desse modo, o período que se inicia nas duas últimas décadas do século XIX e abrange, praticamente, toda a primeira metade do século XX, período em que se inserem as obras de Pereira e dos autores por ele citados, aponta para um saber metalinguístico, de base positivista, e de herança europeia.

Em 1881, Júlio Ribeiro publica a *Grammatica Portuguesa*²³, de cunho positivista, fortalecendo, dessa forma, no Brasil, uma concepção da linguagem como um conjunto de regras científicas que devem ser seguidas como *normas prescritivas* invariáveis. Essa tendência científica estende-se até por volta da década de 1930 e vai fundamentar os usos da língua portuguesa no Brasil.

Os vários nomes, da tradição gramatical brasileira, citados por Pereira, em seu prólogo, formam um grupo de seguidores, de Júlio Ribeiro que serviram de base teórica para toda a futura gramaticografia brasileira, numa época dividida entre um modelo gramatical fundamentado numa tradição clássica, de natureza filosófica, e uma nova perspectiva linguística, de cunho científico.

O prólogo congrega, portanto, inestimáveis gramáticos brasileiros, como João Ribeiro (*Gramática Portuguesa*, 1887)²⁴ Pacheco Silva e Lameira Andrade (*Gramática da Língua Portuguesa*, 1887)²⁵ e outros que, do ponto de vista teórico, se inspiraram nos pressupostos teóricos positivistas, mas, do ponto de vista prático, apoiaram-se nas leis educacionais brasileiras e nas mudanças promovidas por elas, no ensino da época.

²³ FÁVERO, Leonor Lopes. “A Produção Gramatical Brasileira no Século XIX – Da Gramática Filosófica à Gramática Científica”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *O Discurso do Descobrimento: 500 e mais anos de discurso*. São Paulo, Edusp, 2000, p. 181-191.

²⁴ Ver nota p. 112

²⁵ Ver nota p. 112

4.3.2 - Prólogo da 1ª edição - *Gramática Expositiva – Curso Superior* (1944) - (anexos G, H, I, J, p. 186 -189)

Categoria 1 - A estrutura das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944), e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, que estabelece uma política linguística e educacional, de dominação.

Essa gramática foi autorizada pelo Ministério da Instrução, estando plenamente de acordo com os programas oficiais da época, e, como tal, estabelece uma política-ideológica de dominação, através de uma política linguística. Por se tratar de material pedagógico, imposto aos mestres e alunos, que define regras do bem escrever através da norma padrão, este mesmo material pode ser considerado como objeto de coerção do ensino do bem escrever e do bem falar, bem de acordo com a contextualização política do período. Confirmamos nossa afirmativa no trecho abaixo:

Demais, **a lei da organização do ensino ginásial discrimina sabiamente** o ensino expositivo do ensino histórico da cadeira de português. Os três primeiros anos são consagrados ao estudo da gramática expositiva; no 4º ano se faz o estudo da gramática histórica, como complemento perfeito ao estudo da língua vernácula. (Ibidem)

E ainda reafirmando sua condição de ferramenta de apoio ao governo e as leis da época

Acompanhando, pois, a lei da organização do ensino secundário, apenas desenvolvemos neste curso, com certa amplitude, a matéria reclamada pelo programa oficial dos três primeiros anos, não perdendo de vista o seu complemento nos estudos históricos do 4º ano. (Ibidem)

O autor ressalta, nos dois trechos acima, sua intenção de seguir rigidamente o programa oficial e elogia a lei de organização do ensino ginásial, dividida em duas fases: nos três primeiros anos, ensino de gramática expositiva e, no último ano, o ensino de gramática histórica, pois de acordo com ele:

A gramática histórica entressachada na gramática expositiva traz como natural resultado, a interrupção na exposição didática, o desânimo e a confusão no espírito dos alunos, que não têm ainda o indispensável conhecimento prévio do latim, para poderem compreender as leis glóticas rudimentares da evolução histórica do português. (Ibidem)

Assim, uma disciplina complementa a outra e não se corre o risco de uma “anulação recíproca de matérias”. Além de estar de acordo com os programas oficiais, o autor utiliza-se de outros meios para impor a norma culta padrão, como observamos nos trechos a seguir:

Amparamos nossas teorias gramaticais na autoridade de mestres de reconhecida competência, tais como- F. Diez, A. Darmesteter (...), (Ibidem)

E, assim,

Ao lado desses mestres tivemos de colocar, com igual escrúpulo, os exemplos clássicos, que firmavam doutrina. Como se vê na lista, que publicamos (p.15), escolhemos autoridades clássicas de reputação incontestada, e de preferência de escritores modernos. Dada a evolução da língua, não se pode provar, em boa lógica, a vernaculidade atual de uma expressão qualquer com a autoridade de um clássico antigo. E por esta razão por que, em nossa abundante citação, demos preferência a Alexandre Herculano e a Antonio Feliciano de Castilho.

Cumpre-nos aqui confessar, agradecido, que, na pesquisa de exemplos clássicos (...) queremos falar do Dr. Rui Barbosa e do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. Graças a esse manancial e ao esforço próprio, pudemos abonar amplamente a doutrina exposta com citação de numerosos textos de escritores abalizados. (Ibidem)

Ainda:

Levado por uma sugestão do programa oficial de português, que determina “a apreciação de trechos em que provérbios, máximas e sentenças morais”, enriquecemos o nosso humilde trabalho e ditos sentenciosos para fixar as regras. (Ibidem)

Percebemos o autor preocupado com a imposição da norma culta escrita em detrimento de qualquer outra modalidade. Ao afirmar que amparou suas teorias em autores e mestres reconhecidos e autoridades clássicas de grande reputação, citando seus nomes, ele dá a sua obra um caráter científico, incontestável. Assim, os alunos, por meio da leitura da norma padrão, passam a assimilar essa modalidade.

Numa época conturbada, início do século XX, em que a República luta para se manter no poder, o autor colabora com os ideais do momento, publicando uma obra que estimula e mantém uma língua que é sinônimo de poder e soberania, o português culto padrão.

Categoria 2 – Análise das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1934) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo como ponto de partida, uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

Quanto à manutenção da cultura brasileira assentada no ensino de língua materna, verificamos, nesse prólogo, trechos que nos remetem à política ideológica dominante no período: ensinar os bons costumes e valores pautados numa ideologia europeia, mais especificamente a alemã, que influenciava grandemente a educação brasileira. O trecho abaixo ilustra a questão:

Além disso, levado por uma sugestão do programa oficial de português, que determina a “apreciação de trechos em que entrem provérbios, máximas e **sentenças morais**”, enriquecemos o nosso humilde trabalho com dezenas de provérbios, máximas ditos sentenciosos, que demos para aclarar e fixar as regras. Com tais exemplificações colimamos três fins: a) a fixação fácil da regra pelo frisante e agradável exemplo;) o **enriquecimento do espírito da mocidade com o legado venerável da boa e velha linguagem contida nos prolóquios populares**; c) **a influência salutar dos princípios morais**, que eles contém. Destarte satisfazemos o excelente princípio da pedagogia alemã: aguçar o intelecto e formar o caráter. (p.3)

A educação fornece padrões de comportamento ao homem, pois ele se constrói na sociedade em que está inserido. Por isso, a escola da época não tinha preocupação em formar leitores críticos. Quem lê muito se emancipa das prescrições da escola, da família e do Estado. A literatura dá possibilidades ao indivíduo de superar suas experiências e lhe dá autonomia de pensamento, o que não era interessante para os detentores do poder. Assim, para manter o domínio social, os programas oficiais indicavam, para o ensino de língua e para nossa literatura/leitura, livros com conteúdo moralizante. Tais livros eram monológicos, não havia a realidade brasileira expressa nas

histórias, apenas a preocupação moralista e alienante, que ditava normas e regras de bom comportamento, como nos contos de Perrault²⁶, dos Irmãos Grimm²⁷ etc.

Dessa forma, por meio da escola, para se manter o domínio político-ideológico, havia uma doutrina moralista, para manter e preservar a cultura brasileira através do ensino de língua materna. Os nossos livros e gramáticas eram permeados de provérbios, máximas e sentenças morais, além de serem escritos, ou por nossos escritores, formados pelo pensamento europeu, ou pela própria intelectualidade estrangeira.

Ainda dentro dessa categoria, selecionamos outro trecho que enfatiza nossa afirmação sobre a imposição de valores e princípios por meio de uma filosofia estrangeira na escola brasileira, através do ensino:

Em terceiro lugar, amparamos nossas teorias gramaticais na autoridade de mestres de reconhecida competência, tais como – F. Diez, A. Darmesteter, C. Ayer, Mason, Bain, Brachet, Andrés Bello, F Zambaldi, para não mencionar o grande número de gramáticos nacionais e portugueses, antigos e modernos, que tínhamos diante de nós. (p.10)

Percebemos, o estreito apego de Pereira aos valores científicos/ filosóficos da época, quanto à organização e produção de sua *Gramática*.

Seguindo estes princípios, que nos parecem verdadeiramente científicos, procuramos sistematizar os fatos numerosos da língua em grupos ou classes subordinadas a leis, concatenando esses grupos em suas relações naturais, de modo que formássemos da gramática um corpo harmônico e simétrico de doutrinas. Foi esse nosso escopo, principalmente na Taxonomia, Etimologia e Sintaxe. (p.10)

Baseando-se nos autores estrangeiros e nos métodos “verdadeiramente científicos” em voga na Europa, o autor procurou estudar os fatos da língua portuguesa pelo método expositivo, divididos em grupos ou classes subordinadas a leis. Isso tudo sem se desvincular das normas e filosofias educacionais brasileiras de seu tempo, que

²⁶ Charles Perrault nasceu em Paris em 12 de janeiro de 1628 e morreu nessa mesma cidade em 16 de maio de 1703. Foi um escritor e poeta francês que estabeleceu as bases para o conto de fadas. Algumas de suas principais histórias são: “Chapeuzinho Vermelho”, “A Bela Adormecida”, “O Gato de Botas”, entre outras.

²⁷ Os irmãos Grimm, Jacob e Wilhelm, nascidos em 4 de janeiro de 1785 e 24 de fevereiro de 1786, respectivamente, foram dois alemães que se dedicaram ao registro de fábulas infantis. Alguns de seus contos mais famosos: “Branca de Neve”, “Cinderela”, “Rapunzel”, entre outros.

tinham em vista uma doutrina político-ideológica estabelecendo uma política linguística e educacional de dominação.

4.3.3 – Prólogo da 2ª edição – *Gramática Expositiva – Curso Superior* (1944) - (anexo K, p. 190)

A segunda edição da *Gramática Expositiva – Curso Superior* foi publicada em 1909. Nesse prólogo, Eduardo Carlos Pereira foi mais conciso, diminuindo-o bastante. Das três páginas e meia da primeira edição restou apenas uma. Porém esclarecemos que a ideologia é a mesma, pois o momento histórico também é o mesmo. Passamos agora à análise, por meio das categorias.

Categoria 1 - A estrutura das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira e do livro *Emília no País da Gramática*, tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional, de dominação, do período.

Percebemos, no prólogo da 2ª edição, a manutenção da mesma política de dominação, por meio do ensino de Língua Portuguesa alicerçado na valorização da norma culta. O objetivo dessa política era manter a República, ou o poder, nas mãos de uma minoria, pois o ensino secundário não era aberto a todos os jovens brasileiros. Somente alguns poucos indivíduos tinham acesso a esse tipo de ensino, e esse mesmo ensino mantinha o padrão culto da linguagem. Consequentemente, poucos tinham o domínio dessa linguagem. Assim, por meio da aprendizagem desse padrão linguístico, os estudantes estariam preparados para inserir-se na sociedade e exercer o poder.

O autor introduz, nessa segunda edição, um *Estudo Histórico*, acrescenta um estudo sobre *Sintaxe* e *Estilística*, além de um *índice alfabético* para facilitar a consulta dos mestres, alunos e estudiosos da língua. Isto tudo, para valorizar a sua obra, ampliar a matéria e tentar fazer valer a norma culta, pois, dessa maneira, ele mostra estar atento, aos mais recentes estudos da linguagem fora do Brasil. A *Estilística*, matéria, emergente

na Europa da época, não se ocupa de fatos gramaticais, mas da análise linguística do texto literário, procurando marcas específicas, que distinguem um texto de outro. Portanto ela não é, originalmente, matéria enfocada pelos gramáticos:

Nesta 2ª edição julgamos não ter desmerecido do favor público que acolheu a 1ª. Ampliamos a matéria e a sua exemplificação clássica, retocando aqui e ali a doutrina e a sua disposição metódica. Além disso, alargamos o nosso trabalho com um Esboço Histórico e geográfico da língua, um breve estudo sobre a Sintaxe e a Estilística, e com um índice alfabético. (p.13)

Pereira parece estar consciente da defasagem de nossa legislação gramatical, e isso o leva a ampliar a documentação clássica e de modernos escritores no sentido de tentar suprir essas falhas. No entanto, não se afasta da política educacional de seu tempo, mas continua, tentando

[...] satisfazer plenamente o programa oficial do 2º e 3º anos do curso ginasial, bem como atender igualmente ao desenvolvido programa de português da Escola Normal desta capital. (p.13)

Como percebemos ao longo da análise do prólogo, ainda permanece a obediência ao programa oficial. Assim, para estar nos bancos escolares, a gramática deve estar a serviço de uma política linguística, no caso, de dominação. Dominação, aqui, deve-se ao fato de a escola ser para poucos e vista como meio de ascensão para os políticos da época. Não nos esqueçamos de que o ensino secundário oficial, elitista por natureza, tinha como meta preparar apenas os jovens que, futuramente, viessem a ocupar algum cargo de mando na nação.

Categoria 2 – Análise das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo como ponto de partida, o estabelecimento de uma política de manutenção e preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

Quanto à manutenção da cultura brasileira, assentada no ensino de língua materna, verificamos, nesse prólogo, que o autor considera o bem falar e escrever como

elementos de sua manutenção. Além disso, ele se refere ao patriotismo como diretamente ligado ao bem falar. O trecho abaixo ilustra a questão:

Os discursos, em geral dos homens públicos e as polêmicas de nossos literatos revelam quão descuidado vai entre nós o estudo de nossa língua. Entretanto, não só para as classes dirigentes, mas para todas as classes sociais, é patriótico e de alta conveniência um conhecimento mais perfeito da língua materna. Esperamos que para isso não seja inútil nosso trabalho. (p.13)

O estudo da língua portuguesa, em 1909, estava negligenciado pelas classes dirigentes, e, como consequência disso, os homens públicos e toda a sociedade estavam descuidando do bom português falado. Pereira atenta para o fato e recorre ao patriotismo e à necessidade de estudar a última edição de sua Gramática como motivos justos para reverter tal situação, pois “é patriótico e de alta conveniência um conhecimento mais perfeito da língua materna.” (p.13)

Como já dissemos, nessa segunda edição, o autor introduz elementos novos, como o estudo sobre a Estilística e a Sintaxe, além de acrescentar, um estudo histórico. O fato de aparecerem esses estudos na obra mostra a influência de teorias europeias, ainda predominantes no país, como observamos no trecho a seguir, em que o Brasil culto é fruto de uma Europa culta, já que herdamos a cultura de nossos avós. O esboço histórico e geográfico aponta para um português além das fronteiras do Brasil. Diz o autor na *Gramática*: “Além disso, alargamos o nosso trabalho com um Esboço Histórico e Geográfico da língua, um breve estudo sobre a Sintaxe e a Estilística, e um índice alfabético.” (p.13)

Salientamos que, nesse ano (1909), a *Gramática Histórica*, ainda não tinha sido publicada, embora ele achasse importante que, pelo menos, em “Esboço Histórico”, esse item aparecesse. Como observamos no trecho anterior; nele, o autor já prevê a importância de se estudarem as raízes da língua portuguesa falada e escrita no Brasil.

4.3.4 – Prólogo da 8ª edição – *Gramática Expositiva – Curso Superior* (1944) - (anexo L, p. 191)

Este prólogo foi escrito na fase final da Primeira Grande Guerra, em abril de 1918. A *Gramática Histórica* já havia sido publicada. Como vimos no capítulo Clima de Opinião – primeira metade do século XX, o clima político, ideológico, econômico e social do período estava muito turbulento. Greves e lutas por melhores condições de vida e de trabalho agitavam o Brasil, levando o governo a tomar medidas, em todos os setores, em especial no educacional, numa tentativa de ratificar a importância do nacionalismo.

Novamente, sob uma óptica diferente, a Língua Portuguesa foi instrumento de dominação por parte das classes poderosas. Num momento de pós-guerra, de reconhecimento (ainda que incipiente) e valorização de seu poder político enquanto povo e, por extensão, de questionamentos e lutas, de forte presença de imigrantes entre nós, sobretudo alemães, italianos e mais tarde, japoneses, formando verdadeiros guetos de língua e cultura estrangeira, num momento assim era urgente e necessária a imposição de uma língua única, como símbolo de unidade nacional, para prevenir que a nação se dividisse em comunidades de línguas diferentes e se tornasse muito mais difícil qualquer tipo de dominação político-ideológica.

Uma óptica diferente por quê? Porque, em relação aos prólogos anteriores, o patriotismo era um ufanista. O País estava começando a ter seus próprios heróis, sua linguagem própria, desvinculada de Portugal. A língua, embora instrumento de dominação, era também um modo de unificação linguística. Já nesse prólogo, o patriotismo era de repressão. O momento era de uma anarquia geral, e o melhor modo de dominação das massas é através da linguagem, coercitiva no seu mais alto grau.

Categoria 1 - A estrutura das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo em vista uma doutrina político-ideológica que estabelecesse uma política linguística e educacional, de dominação, do período.

Ainda nesse prólogo, a política de dominação existe, embora de maneira diferente. A norma culta também é imposta na referida gramática. Seu uso não é mais obrigatório, mas, mesmo assim, ela continua sendo usada em todas as escolas, de norte a sul do país. Como salienta o próprio autor, inúmeros leitores e professores a ele se dirigiram em cartas, solicitando maiores explicações e tecendo algumas críticas que o autor acata ou rebate.

Sai expurgada e bastante melhorada esta edição. Deu, nos novos estímulos a larga aceitação deste nosso curso por ilustres professores tanto do Sul como do norte do Brasil. Forneceram novos subsídios estudos posteriores e a crítica sugestiva de ilustrados colegas. Deste modo fomos habilitado a sistematizar melhor algumas definições, ampliar exemplificações e notas, e aumentar parágrafos. (p.14)

Não percebemos mais a citação de programas oficiais de língua portuguesa ou de leis referentes a ela, por isso Pereira, com a intenção de manter, nas escolas, sua Gramática, menciona, no prólogo de sua 8ª edição, que ela sai melhorada, porque, de acordo com ele, foram levadas em conta as sugestões de ilustrados colegas no sentido de ampliá-la teoricamente e com exemplos, de modo a satisfazer a elite culta do país. Agora que não contava mais com o apoio das leis, a obra deveria ter algo chamativo, novo e concreto para firmar-se no cenário nacional. Mesmo sem a obrigatoriedade da lei, a única opção linguística deveria ser a da norma culta, pois o idioma é **vínculo sagrado e forte**, além de ser **expressão do nosso caráter**. Daí a necessidade de se manter a norma culta.

Categoria 2 – Análise das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo como ponto de partida, o estabelecimento de uma política de manutenção e preservação da cultura brasileira, mediante o ensino da língua materna.

Para Pereira, era necessário manter a cultura brasileira, herança dos nossos avós, por meio da norma culta. Assim seríamos uma nação independente, forte e com sua própria cultura; assim, unindo valores europeus e brasileiros, teríamos uma só língua, uma só nação. É o que podemos ler na citação a seguir:

O amor ao estudo da língua vernácula, rica herança de nossos avós, o apêlo animador de uma parte respeitável do professorado nacional, o desejo ardente de que o idioma pátrio seja não só o vínculo sagrado e forte de nossa nacionalidade, mas a nobre expressão de nosso caráter, leva-nos a aproveitar o escasso tempo nesses labores didáticos, na esperança de assim trazer modesta contribuição à futura grandeza de nosso país. (p.14)

É interessante observarmos que a manutenção e preservação da língua materna por meio de valores europeus ainda continuam perpassando os ideais do autor. Nos momentos anteriores, com base nos vários cientistas europeus que o orientaram, esse propósito foi uma tônica constante. Agora, nesse prólogo, o propósito continuou, mas o foco mudou para as nossas heranças europeias. Assim, de acordo com ele, para preservarmos a cultura brasileira, devemos levar em conta a nossa própria cultura e a cultura de nossos avós, nascidos em vários países da Europa e que vieram para cá trazendo com eles seus valores, seus ideais, e suas linguagens.

Dessa forma, ao unir a nossa cultura, a cultura de nossos avós, ao **desejo ardente que o idioma pátrio fosse o vínculo sagrado e forte de nossa nacionalidade**, e a **nobre expressão de nosso caráter**, remete-nos à ideia de que o povo brasileiro precisava da aquisição da cultura brasileira por meio da língua portuguesa em sua norma culta. A *Gramática Expositiva*, 8ª edição, seria o instrumento dessa aquisição.

Assim, verificamos que, nos diferentes momentos em que a *Gramática Expositiva – Curso Superior* foi editada, ela manteve basicamente os mesmos propósitos de dominação, manutenção e preservação da Língua Portuguesa, embora, o

último prólogo se desviasse, um pouco dos dois prólogos anteriores em relação aos propósitos de dominação. Nos dois primeiros prólogos, o propósito era levar um sentimento de patriotismo ufanista ao povo brasileiro. O país estava começando a se desvincular de Portugal, a produzir e a ter a sua própria cultura. A língua era instrumento de unificação lingüística; já nesse prólogo o propósito era de repressão. O momento, depois da Primeira Guerra Mundial, era de crise, de uma anarquia geral e o melhor modo de dominação das massas é através da linguagem e da coerção.

4.4 – *Emília no País da Gramática* (1935)- (anexo M, p. 192) - 2ª edição

A primeira edição do livro *Emília no País da Gramática* data de 1934, e sua 40ª edição é de 2008. Ao longo desse tempo, o livro sofreu várias alterações, desde a capa e as ilustrações, até os ilustradores. As primeiras edições não primam pelas cores e ilustrações; era praxe, na época, os livros serem sóbrios, não terem aspecto de livro infantil.

O livro foi adotado no ano de 1934 nas escolas de ensino público de São Paulo e Rio de Janeiro (**ver anexo Q, p. 196**), mas, em 1939, sofreu restrições, ao passar pelo Departamento de Educação do Estado de São Paulo (**ver anexo R, p. 197**). A razão disso foi a sua linguagem, um pouco desvinculada da norma padrão, utilizada até então.

O exemplar que temos para análise data de 1935 e constitui a 2ª edição. Editada pela Companhia Editora Nacional, de Monteiro Lobato, abrange todo o século XX e começo do XXI, apresentando-se com uma linguagem nova, lúdica e como um novíssimo instrumento de apoio pedagógico oficial, recomendado pelo governo.

O livro de Monteiro Lobato divide-se nas seguintes partes: capa, folha de rosto, contracapa, índice e títulos. Depois de analisarmos tais partes, passamos à análise da obra, sob a óptica das categorias já fixadas. São elas:

- a) **Categoria 1 - A estrutura das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional, de dominação, do período.**
- b) **Categoria 2 – Análise das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo como ponto de partida, uma política de manutenção e preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.**

4.4.1 - Capa (anexo N, p. 193)

A capa do livro *Emília no País da Gramática* (1935) é bastante diferente das capas das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944). Ela é totalmente voltada ao público infantil. As cores, os desenhos e a estrutura são um convite à imaginação. Isso, porque essa obra não tem cunho gramatical.

Em cima, bem no alto da capa, vem escrito: Série: 1 – Literatura Infantil, e, logo abaixo, Biblioteca Pedagógica Brasileira. O título, vem centralizado em grandes letras, pretas e vermelhas, por sinal, bastante chamativo. No pé da página, o nome da editora: Companhia Editora Nacional.

Além disso, é uma capa colorida, chamativa, predominando as cores vermelha, amarela e preta. As crianças, a Emília e o visconde, montados no rinoceronte Quindim. Algumas letras vermelhas flutuando, em volta deles. Os pronomes Eu e Tu, ao lado deles também. Tudo isso, completa um quadro lúdico e infantil, bem de acordo com os seus leitores. Vejamos que o lúdico já está atrelado ao estudo das boas letras.

Os aspectos acima descritos configuram um material pedagógico, bem diferente das tendências da época. Possui cores e ilustrações, de acordo com o público para o qual foi destinado. O que vale lembrar, novamente, que, foi Monteiro Lobato que inseriu essas inovações, no cenário editorial brasileiro, especificamente, nos livros infantis, praticamente, inaugurados por ele.

4.4.2 – Folha de rosto e contracapa (anexos P e O, p. 195 e 194)

A folha de rosto tem a relação dos livros infantis publicados pela editora, o que nos parece algo bastante interessante pelo fato de o leitor tomar conhecimento das obras do gênero e interessar-se em tê-las.

A contracapa tem, no topo da página, o nome Biblioteca Pedagógica Brasileira – Literatura Infantil – Vol.XIV. Mais abaixo consta o nome do autor: Monteiro Lobato. E, centralizado, vem o nome do livro; o nome do ilustrador: Belmonte; o número da edição (2ª.) e o número de livros editados- 30 milheiros. Há, ainda, ilustrações de Pedrinho, Narizinho e Emília. No rodapé, vem escrito o nome Companhia Editora Nacional e o ano de edição – 1935.

4.4.3 – Divisão Interna

Para finalizar esta parte da análise, examinamos agora o último item, que é a divisão interna do livro *Emília no País da Gramática* (1935). Esse livro tem uma divisão bastante simples. Ele não está dividido em parágrafos e assuntos, como as gramáticas da época.

O livro de Lobato está dividido somente por assuntos. Esses assuntos, na verdade, são tópicos da Gramática Normativa, mais especificamente, tópicos da gramática de Eduardo Carlos Pereira. Neste ponto, convém chamarmos a atenção para o fato de que a *Gramática Histórica* do referido gramático, que é mencionada por Lobato em seu livro (*Emília no País da Gramática* – 1935, p. 42), não é sua base teórica, nem inspiração para construção de sua obra. O autor, a nosso ver, se vale das divisões presentes na *Gramática Expositiva*, também do mesmo gramático.

A *Gramática Expositiva* (1944), de Pereira divide-se em: Lexeologia (fonética, prosódia e ortografia), Morfologia (taxeonomia e etimologia) e Sintaxe (Classes de Palavras, Vícios da Linguagem, Figuras de Sintaxe, etc.), tópicos que são exaustivamente estudados pelo autor.

E Monteiro Lobato, como observamos em seu livro, suprime a nomenclatura, mas segue as mesmas bases de construção da Gramática. Por exemplo, Dona Sintaxe, em *Emília no País da Gramática* (1935), apresenta os mesmos vícios de linguagem presentes na *Gramática Expositiva – Curso Superior* (1944). Além disso, ele também estuda as Figuras de Sintaxe, a Etimologia, as Classes de palavras etc., assim como faz Eduardo Carlos Pereira. Dessa forma, embora a análise de tópicos gramaticais não seja o ponto principal deste trabalho, para provarmos que Lobato segue, em seu livro, a estrutura da referida obra do gramático, apresentamos alguns exemplos de uma mesma divisão e alguns exemplos dos mesmos vícios de linguagem.

E.C.P.	LOBATO
Lexeologia (fonética, prosódia, ortografia)	Fonética (Sons orais)
Morfologia - Substantivo	Em pleno mar de Substantivos
- Adjetivo	Entre os Adjetivos
- Pronome	Na Casa dos Pronomes
- Verbo	No acampamento dos Verbos
	A Tribu dos Advérbios
- Advérbio	As Preposições
- Preposição	Entre as Conjunções
- Conjunção	A Casa da Gritaria (interjeições)
- Interjeição	A Senhora Etimologia
- Etimologia	
Sintaxe	Nos domínios da Sintaxe
Figuras de sintaxe	Figuras de Sintaxe
Vícios de linguagem	Vícios de Linguagem
Período gramatical	Orações ao ar livre (Período gramatical)
Pontuação	Exame e Pontuação
	Passeio Ortográfico

Para diferenciar da ordem dada pela gramática de Eduardo Carlos Pereira, Lobato muda, em seu livro, a sequência de apresentação do assunto “Ortografia”, para dar destaque a um tema do momento: a reforma ortográfica, de 1911, que, após muitas discussões e debates, finalmente, entraria em vigor em 1938. Assim, o assunto “Ortografia” se desloca de perto da Morfologia para o capítulo sobre Pontuação, no final do livro. Essa era uma forma de o autor criticar a grafia etimológica (Ex:pharmacia), já que ele preferia a grafia fonética, simplificada (Ex: farmácia), sem as vogais e as consoantes desnecessárias para o entendimento da palavra.

Assim, depois de apresentarmos as divisões das obras *Emília no País da Gramática* (1935) e *da Gramática Expositiva – Curso Superior* (1944), passamos agora a apresentar, para comparação, alguns vícios de linguagem presentes nas duas obras.

Barbarismo: São erros na pronúncia e na maneira de escrever certos vocábulos que os deturpam e os desvirtuam.

1) Exemplos de Lobato: poribir-proibir, sastifeito-satisfeito, púdico-pudíco, percurar-procurar e percisa-precisa. (p.133)

2) Exemplos de Pereira: púdico-pudíco, percurar-procurar, percisa-precisa, poribir-proibir, sastifeito-satisfeito e mais alguns exemplos como, haverá-houvera, perguntar-perguntar, entre outros. (p.274)

Solecismo: É um erro de concordância ou de regência, na oração.

1) Exemplos de Lobato: Haviam muitas moças na festa. (troca do verbo havia pelo verbo haviam); Fui na cidade (troca da preposição à pela preposição na); Vi ele na rua. (troca do pronome o pelo pronome ele); Não vá sem eu. (troca do pronome mim pelo pronome eu). (p.133)

2) Exemplos de Pereira: Haviam muitas senhoras na sala(havia/haviam); Vi ele na rua. (o/ele); Fui na cidade. (à/na); Não vá sem eu. (mim/eu); Fazem vinte dias que cheguei. (faz/fazem), etc. (p.277)

Anfibologia ou ambiguidade: São frases de duplo sentido.

1) Exemplo de Lobato: Ele matou-a em sua casa. - Em casa de quem, dele ou dela? (p.133)

2) Exemplo de Pereira: Ele prendeu o ladrão em sua casa.- Fica duvidoso se na casa dele ou do ladrão. (p.278)

Hiato: São frases de sons incômodos aos ouvidos.

1) Exemplo de Lobato: Vou à aula. (p.135)

2) Exemplos de Pereira: Vou à aula. (p.278)

Colisão: È a concorrência desagradável de consonâncias idênticas ou semelhantes.

1) Exemplo de Lobato: Zumbindo as asas azues. (p.135)

2) Exemplo de Pereira: Zunindo as asas azuis. (p.278)

Provincianismo: São as diferenças locais no modo de falar, existentes em diversas regiões do país.

1) Exemplos de Lobato: naviu, ménino, mecê e nhô. (p.137)

2) Exemplos de Pereira: Em São Paulo: ménino, naviu e em Minas Gerais: mininu, mecê, nhô, seo (sr.) (p.280)

Como vimos, os exemplos de vícios de linguagem são, praticamente, os mesmos, confirmando, dessa forma, o que dissemos anteriormente. Lobato se baseou na *Gramática Expositiva*, de Pereira, seguindo seus passos e seus exemplos. Por isso, podemos afirmar que, embora as obras analisadas sejam de estilos diferentes e destinadas a público diferente também, – uma literária, e outra gramatical – ambas constituem, cada uma a seu modo, um manual normativo da língua portuguesa, que dita regras do bem falar e do escrever. Isso posto, passamos agora a analisar o livro *Emília no País da Gramática* (1935) sob a óptica das categorias fixadas.

Selecionamos o item *Vícios de Linguagem*, porque, na gramática de Pereira, justificam-se todas as regras, já que ela pretende atingir não só alunos da escola secundária, como também estudiosos da Língua Portuguesa – norma culta. Em relação ao *Emília no País da Gramática* (1934), que nasceu para ser um livro infantil, portanto lúdico e com uma linguagem mais amena, não se justifica a abordagem de tantas regras colocadas à luz da *Gramática Expositiva - Curso Superior* (1907).

Nos dois livros, o que se abstrai é o momento de dominação (a metade do séc.XX) por intermédio de uma Gramática Expositiva e de uma obra infantil, não havendo o devido “respeito” ao universo lúdico da criança, ou seja, até na hora da brincadeira as normas do bem falar e do bem escrever, faziam-se presentes.

4.4.4 – *Emília no País da Gramática*- 2ª edição -1935

Categoria 1-A estrutura das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional, de dominação, do período.

Categoria 2 - Análise das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo como ponto de partida, uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

Vale lembrar, neste momento, um aspecto interessante no livro *Emília no País da Gramática* (1935). Estamos nos referindo à ausência de um prólogo, uma advertência ou uma introdução que esclareça, pelas palavras do autor, o significado de sua obra, tanto no âmbito linguístico, quanto no literário ou até mesmo no âmbito social. E por isso examinaremos, para dar conta das duas categorias propostas, seu conteúdo literário, diferentemente das duas análises anteriores – *Gramática Histórica* (1935) e *Gramática Expositiva – Curso Superior* (1944), em que optamos por analisar os seus respectivos prólogos.

Assim, abordamos, a partir de agora, tais categorias levando em conta o próprio texto materializado no livro *Emília no País da Gramática* (1935), que é por onde Monteiro Lobato deixa entrever suas ideias a respeito das teorias linguísticas e educacionais em voga no período estudado.

Categoria 1 - A estrutura das *Gramáticas* de Eduardo Carlos Pereira (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional, de dominação, do período.

Configurando o que, na educação contemporânea, se considera um paradidático, o livro *Emília no País da Gramática* foi adotado no ano de 1934 em instituições de

ensino público brasileiro, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. O fato de essa obra ser autorizada pelo Departamento do Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Educação e de estar de acordo com os programas oficiais de ensino da época confirma nossa afirmativa de que, por meio dela, houve a imposição de uma doutrina político-ideológica que estabelecesse uma política linguística de dominação, feita por meio da imposição de uma linguagem única, baseada no padrão privilegiado, e de uma lei que estabelecesse essa linguagem, conforme se lê abaixo, no trecho extraído, do parecer da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, na sua versão original: **(Ver anexo Q, p.196)**

Tenho a honra de transmitir-lhe o voto de louvor, aprovado a 2 do corrente, pelo livro recentemente publicado - *Emília no País da Gramática* - livro que vem prestar à educação um concurso dos mais valiosos.

Aproveito a oportunidade para juntar às congratulações da Associação Brasileira de Educação, minhas cordiais saudações. (Marina Corimbaba - Secretária Geral de Educação- 07 de julho de 1934)

Além de o livro ser indicado pelo governo, impondo, dessa forma, uma política de dominação linguística, observamos, ao longo da obra, total aceitação dessa política de dominação por parte de Lobato. Sua tentativa de manter um diálogo com as regras do nosso idioma, que apresenta a norma padrão, e com as leis educacionais do período, é prova disso. No primeiro parágrafo da página 55, e em toda a página, o autor, por meio da personagem D. Ortografia, se vale de alguns argumentos que nos mostram sua sintonia com as regras e ideologias educacionais do seu tempo. Com isso, fica claro que, para ele, assim como para a sociedade na qual estava inserido, era importante falar e escrever bem, já que “as regras devem ser seguidas, e os que se afastarem dessas regras erram”. É o que podemos observar nos trechos abaixo:

Antigamente o sistema de escrever as palavras era o Sistema Etimológico, o qual mandava escrevê-las de acordo com a origem. Isso trazia muitas complicações e dificuldade. Por esse sistema, a palavra Cisma, por exemplo, escrevia Scisma, com uma letra inútil, mas justificada pela origem. A palavra Tísica escrevia-se Phthisica, com três letras inúteis, sempre por causa da origem. (...) De modo que havia uma enorme trabalhadeira entre os homens para decorar a fôrma das palavras.

(...) em consequência disso ergueu-se um movimento para mudar - para acabar com a Ortografia Etimológica, e pôr no lugar dela outra mais fonética, isto é, que conservasse nas palavras as letras que se pronunciam. **Esse movimento venceu, afinal, e acabou sendo sancionado por um decreto do Governo, depois de muito estudado pela Academia Brasileira de Letras.** (p,154)

E ainda pelas palavras de D. Ortografia, o autor salienta os benefícios do bem escrever e de seguir as regras. Dessa forma, para ele, tudo fica mais “simples e lógico”:

- Quer dizer que agora ninguém mais erra, disse Pedrinho.
-Está muito enganado meu filho. Há regras que devem ser seguidas, e os que se afastarem dessas regras erram. Mas tudo se torna muito mais simples e lógico. Eu gostei dessa mudança, confesso - mas a minha amiga, a velha Ortografia Etimológica, está furiosíssima. Não se conforma com a simplificação das palavras. (p.154)

Na verdade, para se escrever bem, na época, não era preciso levar em conta, simplesmente, a reforma Ortográfica Fonética, que simplificava o modo de escrever as palavras, retirando-lhes o excesso de letras inúteis ao entendimento. Era preciso muito mais. Era preciso seguir as regras da gramática normativa, que ditavam as normas do bom português, culto e padronizado. Quem não tivesse o domínio dessas regras, não escreveria bem, não estava apto a inserir-se na elite letrada e no poder.

Mais adiante, ainda reafirmando sua condição de apoio ao governo, às leis e ao padrão culto de linguagem, como forma de dominação,

Emília chamou outra. Veiu a palavra INGLEZ.
 - Meu caro, disse ela, acho que você está muito bem assim, com Z atrás. Mas o Governo fez um decreto expulsando os ZZ de inúmeras palavras, de modo que a sua forma daqui por diante vais ser INGLÊS. Eu lamento muito, **mas lei é lei...**
 (...) Saiba que de agora em diante todas as palavras que uns escreviam com E e outros com I serão escritas unicamente com I. **Escrevê-las com E fica sendo erro.** (p.164)

E, ainda, quem comete erros linguísticos prejudica a língua, pois faz muito mal a ela:

Emília passou ao cubículo imediato, onde havia outro “cara de coruja” ainda mais feio.
 - E este? Perguntou.
 - **Este é o Solecismo, outro idiota que faz muito mal à língua.** Quando uma pessoa diz: Haviam muitas moças na festa, em vez de Havia muitas moças na festa, está cometendo Solecismo. Fui na cidade em vez de Fui à cidade; Vi ele na rua; em vez de Vi-o na rua (...) são outras tantas belezas que saem da cachola desse imbecil. (p.113)

Como salientado anteriormente, o período em que Monteiro Lobato viveu foi o da República Velha, em que a nova ordem era o apego aos ideais nacionalistas. Num período como esse, as palavras têm maior expressão porque passam a representar também ascensão social.

- Maçada, vovó. Basta-me ter que lidar com essa caceteação lá na escola. As férias que venho passar aqui são só para brincado. Não e não e não...
- Mas, meu filho se você apenas recordar com sua avó o que anda aprendendo na escola, **isso valerá muito para você mesmo**, quando as aulas se reabrirem. (p.11)

Pelas palavras ditas por D. Benta enquanto ensinava Gramática ao Pedrinho, percebemos a importância que o ensino de língua portuguesa tinha na sociedade da época. Estudar a gramática normativa, reforçando seu aprendizado, mesmo nas férias escolares, valeria muito no futuro do menino, pois dominar a norma culta da língua o levaria a conquistar prestígio e poder.

Embora não seja o objetivo deste trabalho, pois não abrange os ideais da Historiografia Linguística, não deixamos de notar uma nuance de discriminação sexual, pois, muito, obviamente, D. Benta ensina gramática somente ao garoto. Isso se explica pelo contexto sócio-econômico do Brasil no começo do século XX. À época, um grande contingente da população brasileira era analfabeta, e, além disso, sem recursos financeiros. A maioria, das escolas era particular. A educação não tinha o apoio do governo e somente um pequeno número de jovens tinha acesso a ela. Nesse caso, os homens tinham prioridade no estudo, pois, vivendo ainda em um sistema patriarcal, eles dominavam todos os setores da sociedade, enquanto a mulher ficava em segundo plano. Assim, discriminação sexual, implícita ou não, juntamente com a instrução, pela norma culta, que era também, um tipo de repressão pela doutrina político-ideológica, estabelecia uma política linguística e educacional, de dominação.

Categoria 2 - Análise das *Gramáticas* (1935, 1944) e do livro *Emília no País da Gramática* (1935), tendo como ponto de partida, o estabelecimento de uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

Quanto à manutenção da cultura brasileira assentada no ensino de língua materna, verificamos, no livro *Emília no País da Gramática* (1935), alguns trechos que nos remetem à política ideológica dominante no período, ilustradas por um grande apego às teorias americanas e europeias.

Emília habituou-se a vir assistir às lições, ficava a piscar, distraída, como quem anda com uma grande ideia na cabeça. E andava realmente com uma grande ideia na cabeça.

-Pedrinho, disse ela um dia depois de terminada a lição, em vez de estarmos aqui a ouvir falar de gramática, não havemos de ir passear no País da Gramática?

O menino ficou tonto com a resposta.

-Que lembrança Emília! Esse país não existe, nem nunca existiu. Gramática é um livro.

-Existe sim. O rinoceronte, que é um sabidão, contou-me que existe. Podemos ir todos montados nele. Tópa? (p.12)

(...)

-E onde fica esse país? Perguntou ela.

- Isso e lá com o rinoceronte, respondeu o menino. Pelo que diz a Emília, esse paquiderme é um grandíssimo gramático.

Para Emília, era melhor passear no País da Gramática do que ficar ouvindo falar de gramática. Isso nos leva a crer que Lobato se identificava com as teorias da “Escola Nova”, defendidas por um grupo de brasileiros, sobretudo por seu amigo, Anísio Teixeira²⁸. Segundo essa teoria ou metodologia, a escola deveria ser um lugar onde os alunos fossem ativos. Assim, a escola não deveria dar somente soluções prontas aos alunos, mas fazê-los pensar e inseri-los no contexto da aprendizagem.

Outra hipótese que o trecho acima permite colocar é a da relação Língua Portuguesa Brasileira e Língua Portuguesa de Portugal. Se o pessoal do Sítio do Pica-pau Amarelo vai visitar um outro país para aprender a gramática, podemos, dessa forma, relacionar a nossa gramática brasileira a uma gramática vinda de fora, pois conhecê-la significa conhecer os aspectos de uma gramática que não é nossa.

²⁸ Para saber mais sobre a Escola Nova e Anísio Teixeira, ler Teixeira, Anísio. Educação Progressiva: uma introdução à filosofia da educação. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1934 ou veja o site: <http://www.centrorefeducacional.com.br/aniescnova.htm>. Último acesso em 25/03/2009

Apesar do estreito vínculo do autor com as regras da norma culta, padrão, pois o livro *Emília no País da Gramática* (1934), embora seja literário, não deixa de ser um livro de regras, ele critica a gramática vinda de fora e nos deixa vislumbrar uma característica do contexto de produção de seu livro, o nacionalismo, que foi uma tônica muito forte na época, pois como já foi salientado, vivíamos em um período turbulento e de ditadura. O governo impunha uma política de repressão e de unificação linguística. A língua portuguesa passou a ser oficialmente ensinada em todas as escolas, sendo incluída também nas escolas do sul do Brasil, onde o costume era ensinar-se em alemão. Em síntese, o português deveria ser um instrumento de unificação, no entanto nossas gramáticas eram, no período estudado, baseadas nas regras gramaticais do português europeu.

-E onde fica esse país? Perguntou ela.

- Isso e lá com o rinoceronte, respondeu o menino. Pelo que diz a Emília, esse paquiderme é um grandíssimo gramático. (p.12)

E, ainda, o fato de um rinoceronte ser um animal tipicamente africano, pesado, feroz e traiçoeiro, além de muito grande; em última análise, talvez possamos considerá-lo como uma metáfora²⁹ da própria língua portuguesa do Brasil: pesada, de difícil entendimento e, sobretudo, estrangeira. Dessa forma, pelas palavras dos personagens do livro, especialmente a Emília, o autor nos deixa entrever que estudávamos uma gramática que não era a nossa, não dávamos valor a uma língua nacional.

Salientamos, ainda, dentro dessa categoria, que os ideais de preservação e manutenção da cultura brasileira baseavam-se em ideais estrangeiros. Vimos que Lobato defendia uma língua nacional desvinculada da língua europeia, mas simpatizava com teorias estrangeiras, tais como as de Saussure³⁰ e de Dewey³¹.

²⁹ Para saber mais sobre a metáfora do rinoceronte Quindim e a língua portuguesa ler, Albieri, Thaís de Mattos. Lobato: A Cultura Gramatical em *Emília no País da Gramática*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/Unicamp, 2005.

³⁰ Saussure, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

³¹ Os novos conceitos de escola que perpassaram a obra de Lobato são estudos de Anísio Teixeira, aqui no Brasil e de John Dewey, nos Estados Unidos. Dewey, John. <http://www.centrorefeducacional.com.br/dewey>. Último acesso em 26/03/2009

- Que cidades são aquelas, Quindim? Perguntou Emília.
 Todos olharam para a boneca, franzindo a testa. Quindim? Não havia ali ninguém com semelhante nome.
 - Quindim, explicou Emília, é o nome que resolvi botar no rinoceronte. Mas que relação há entre o nome Quindim, tão mimoso, e um paquiderme cascudo destes? Perguntou o menino, ainda surpreso.
 - A mesma que há entre a sua pessoa, Pedrinho, e a palavra Pedro – Isto é, nenhuma. Nome é nome; não precisa ter relação com o “nomado”. Eu sou Emília, como podia ser Teodora, Inácia, Hilda ou Conegundes. Quindim!... Sempre fui a botadeira de nomes lá do sítio, resolvo batizar o rinoceronte assim – e pronto! (p.16)

A nomeação do rinoceronte insere-se numa questão crucial que, muitos estudiosos vêm debatendo até hoje. A questão da arbitrariedade do signo, estudada e defendida por Saussure no final do século XIX, é expressa, na obra de forma muito simples e clara pela boneca Emília. Ela responde ao questionamento de Pedrinho sobre a relação entre um paquiderme cascudo e um nome “tão mimoso quanto Quindim”.

Lobato nos deixa vislumbrar, no diálogo entre Pedrinho e Emília, a questão da relação nome/objeto, e, por isso, tentaremos esclarecer brevemente essa relação, pois uma análise aprofundada de tal tema não é objetivo do nosso trabalho. No trecho acima, o autor concebe a língua tal como Saussure a concebia, ou seja, como um sistema de signos que, por si sós, dão conta da significação: assim, signo é a distinção entre entidades psíquicas (que constituiriam o signo) e físicas (que lhe seriam estranhas).

Dessa forma, o signo não une uma coisa a uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica. Ambos são psíquicos e estão unidos, no cérebro humano, por um vínculo de associação. A imagem acústica não é o som material, mas a impressão psíquica desse som, a representação de nossos sentidos. Dessa forma, conceito e imagem acústica estão intimamente ligados e são fundamentais para a concepção saussureana de língua como um sistema auto-suficiente, que não necessita do mundo para se explicar. Logo, o “Princípio da Arbitrariedade do Signo” não estaria relacionado com a conexão do signo com o mundo, com a coisa do mundo real designada por ele. Seus componentes são o *conceito* (significado) e a *imagem acústica* (significante), e são eles que sofrem uma conexão arbitrária. O laço que une o significante ao significado é arbitrário, ou seja, o que entendemos por signo é o total resultante da associação de um significante com um significado.

Verificamos, ao longo desta análise, que os ideais de preservação e manutenção da cultura brasileira em *Emília no País da Gramática* (1935) baseavam-se em uma cultura estrangeira, assim como as *Gramáticas* (1935, 1944) de Eduardo Carlos Pereira. Tanto o gramático quanto o escritor expressaram, em suas obras, conceitos e pensamentos típicos de seu tempo. O primeiro, Eduardo Carlos Pereira, buscou apoio para seus estudos em conceituados cientistas da época, tais como Meyer Lubke (1861-1936) e Darmesteter (1846-1888), e o segundo, Lobato, buscou sua base em Saussure (Idem p. 135) e Dewey (Idem p. 135) - e também no próprio Eduardo Carlos Pereira, como ficou provado por meio de nosso estudo.

II FASE – Princípio da Adequação

Depois de, seguindo os passos investigativos da Historiografia Lingüística, de seleção, classificação e ordenação cronológica, procedermos à análise dos documentos pertencentes à primeira metade do século XX passamos, a partir de agora, à análise dos documentos referentes ao *Princípio da Adequação*. Para isso, utilizamos a edição de 2008, do livro *Emília no País da Gramática*, de Monteiro Lobato, e a edição de 2007, da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, para compararmos até que ponto as filosofias linguísticas, educacionais, políticas ou sociais modernas se aproximam ou se afastam das filosofias que vigoravam na primeira metade do século XX, época de Monteiro Lobato e Eduardo Carlos Pereira. Para isso, usaremos as mesmas categorias de análise já elencadas.

5.1 - *Emília no País da Gramática* – Edição de 2008 (Anexo S p. 198)

O exemplar que temos em mãos para análise data de 2008 e constitui sua 40ª edição. Editado pela Editora Globo, sob a licença da Monteiro Lobato Licenciamentos, 2008, teve como base, segundo seus produtores, a edição de *Emília no País da Gramática* publicada na 2ª série das *Obras Completas de Monteiro Lobato*, da Editora Brasiliense, de 1964.

O livro sofreu inúmeras mudanças na formatação, nas cores, na encadernação, nas ilustrações, no papel de impressão etc., como não poderia deixar de ser. Ficou maior, ganhou novas cores e desenhos mais alegres. Apresenta ainda alguns acréscimos, tais como as explicações relativas a diversos termos que o autor utilizou em sua época e que hoje sofreram modificações. Isso tudo, para chamar a atenção da criançada para o mundo de sonhos de Monteiro Lobato.

Considerado hoje um paradidático, o livro não é mais adotado nas escolas públicas do Brasil, mas ainda é muito encontrado em suas bibliotecas e faz parte do acervo de leitura das crianças de todo o Brasil.

Ao contrário da análise feita no livro *Emília no País da Gramática*, 2ª edição (1934), o estudo desse livro, em sua 40ª edição (2008), foi feita por meio de duas fontes secundárias (os dois prólogos) e os comentários que a obra ganhou de acréscimo. Optamos por essa forma porque percebemos, em nossa análise, que o texto original foi mantido, não se fazendo necessário, dessa forma, novo exame dos mesmos termos, na edição atual.

Além dos prólogos, o que vemos nessa nova edição são alguns comentários puxados para a borda da página em que aparecem. Eles estão destacados em azul e vêm explicando os termos ou conceitos que sofreram mudanças ao longo do tempo na teoria linguística e gramatical. Esses comentários vão se referir a ajustes na terminologia utilizada por Lobato, como por exemplo, “Verbo Passivo”, em lugar de “Voz Passiva”; “Atributo” em lugar de “ Núcleo do Predicado” e a mudança de nomenclatura de “Verbo Substantivo” para “Verbo de Ligação”, entre outros.

Além dessas mudanças de terminologias gramaticais, houve também a revisão de certos tópicos. Isso porque desde que a linguística passou a integrar os currículos dos cursos de Letras, a gramática vem sendo estudada e discutida mais profundamente. Desse modo, graças a esses estudos, hoje, alguns fenômenos linguísticos, como a **gíria** (p.24), o **neologismo** (p.23) e o **provincianismo** (p.114), são entendidos de modo diferente.

Assim, no livro, Lobato define o termo *gíria* de acordo com os estudos de sua época, como um meio de expressão utilizado por malandros, gatunos, bandidos ou homens de um mesmo ofício, e, para o resto da população, nada significava. Mas, na edição 2008, no comentário da borda da página, a definição de *gíria* foi atualizada de acordo com os preceitos da Linguística atual, como um recurso expressivo da língua bastante comum, desde que empregado em uma situação informal.

Outro ponto importante é a definição de *neologismo*. Para o autor, os neologismos são defeitos da língua. São expressões muito novas que, na maioria das vezes, caem em desuso. Na edição atual, o neologismo é definido como “um fenômeno natural de renovação da língua”.

Finalmente, o *provincianismo*, considerado como um erro, um vício de linguagem, na edição original de *Emília no País da Gramática* (1934), hoje, no comentário da edição de 2008, é visto “apenas como uma variação em relação à norma culta. Uma variedade regional falada pelo caipira e é tão legítima quanto todas as outras da língua.” (p.114)

Estudamos, a partir de agora, a capa, a folha de rosto, a contracapa, a divisão interna e os dois prólogos que o livro ganhou de acréscimo, e que serão analisados como fontes secundárias: o primeiro, de Márcia Camargos³² e o segundo, de Maria Tereza Rangel.³³ Depois disso, passamos à análise dos mesmos sob a óptica das categorias já fixadas. São elas:

Categoria 1 - A estrutura da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional, de dominação, do período.

Categoria 2 - Análise da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo como ponto de partida, o estabelecimento de uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

5.2 – Capa (Anexo S p. 198)

A capa da edição atual (2008) de *Emília no País da Gramática* é bastante diferente da capa de sua primeira edição (1934). A edição atual tem um fundo azul, com o título e a citação “Edição comentada”, escritos em vermelho. O nome do autor localiza-se no topo dela e está escrito em branco. E, centralizado, os nomes dos

³²Co-autora do livro fotobiográfico de *Monteiro Lobato, Furacão da Botocúndia* (São Paulo: Senac, 1997), ao lado de Vladimir Saccheta e Carmem Lúcia de Azevedo.

³³ Consultora pedagógica da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e autora do livro didático de Português, *Projeto Araribá*, da Editora Moderna.

ilustradores: Osnei e Hector Gomes. Também ganhou muitas cores e outros personagens, além daqueles que já havia.

Na edição de 2008 do livro *Emília no País da Gramática*, a turma do Sítio do Pica-pau Amarelo continua sentada no rinoceronte; no entanto, este ganhou cores mais escuras. As letrinhas que pululavam em torno da turma também sofreram alterações. Antes, eram todas vermelhas, agora são coloridas: roxas, verdes, vermelhas e cor de laranja.

A capa também ganhou um novo cenário: uma cidade cheia de pessoas, ruas e casas. A editora, agora, é a Globo, e, com todas essas novidades, ela, ainda, ganhou uma “orelha” com um texto dedicado a Lobato, escrito por Tatiana Belinky³⁴.

Tatiana Belinky, nesse texto, fala de sua chegada ao Brasil aos dez anos de idade, quando teve o primeiro contato com o escritor infantil através do folheto do Laboratório Fontoura em que havia a historinha do caipira Jeca-Tatuzinho. A partir daí, conta ainda a autora, leu todas as obras de Lobato, inclusive o livro *Emília no País da Gramática*, que achou o mais interessante, pois lhe ensinou, com grande prazer, as regras do nosso idioma.

5.3 - Contracapa e folha de rosto

Na folha de rosto constam o nome do autor, Monteiro Lobato, escrito em branco, no topo, e o nome do Livro, *Emília no País da Gramática*, no centro, em azul. Logo abaixo, consta a citação “Edição comentada” e ilustrações de Osnei e Hector Gomes. No pé da página, o nome da editora, Editora Globo.

A contra capa apresenta o nome do autor, Monteiro Lobato, em branco, bem grande, no topo. Logo abaixo, o título do livro: *Emília no País da Gramática*, quase no

³⁴ Tatiana Belinky nasceu em São Petersburgo, Rússia, a 18 de março de 1919. Radicada no Brasil há quase oitenta anos, é autora de livros infantis, tais como O caso do Bolinho, Saladinha de Queixas, Lelena, a Sábia dos Sortilégios, entre outros. Escreveu também contos e crônicas. Fez a primeira adaptação do Sítio do Pica-Pau Amarelo, de Monteiro Lobato, para o teatro.

centro e uma ilustração de Pedrinho, Emília, Narizinho e o Visconde de Sabugosa, sentados no rinoceronte Quindim.

5.4 - Divisão interna

A divisão interna do livro *Emília no País da Gramática* (2008) continua praticamente a mesma. Sofreu uma pequena modificação no segundo título, que mudou de “Lusobrasópolis” para “Portugália”. Ganhou também mais três títulos relacionados ao autor: “Inventor de histórias”; “Monteiro Lobato e a Língua Portuguesa” e “Para aprender brincando”. O índice continua sendo por assuntos e na mesma sequência adotada pelo autor.

5.5 - Análise dos Prólogos – *Emília no País da Gramática* - edição 2008 - Fontes secundárias

5.5.1 - Prólogo de Márcia Camargos

Categoria 1- A estrutura da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional de dominação.

Quanto à política de dominação através de uma doutrina político-ideológica feita pelo governo, verificamos que a obra atual não se insere nesse perfil. Não percebemos mais esse viés. Não há lei que estabelece o seu uso em nossas escolas, assim cada professor o adota quando lhe convém.

O livro *Emília no País da Gramática* (2008), no entanto, é parte de uma política de dominação ainda muito forte, que apenas trocou de mãos. Algo muito interessante aconteceu ao livro e à obra de Monteiro Lobato em geral: a detenção dos direitos autorais por parte de uma rede de televisão, o que simbolizou uma política de dominação feita através da mídia devido ao longo tempo que o programa denominado

“Sítio do Pica-Pau Amarelo”, de mesmo nome de parte de sua obra, esteve no ar. As crianças assistiam ao programa e também compravam os livros do autor fazendo com que seus conceitos implícitos ou explícitos, corrompidos ou não, por tal emissora se expandissem pelo país afora.

Assim, o livro *Emília no País da Gramática* (2008) não possui uma política de dominação lingüística imposta pelo governo. Nos prólogos que analisamos, não percebemos, esse tipo de dominação. No caso de Márcia Camargos, o foco se voltou mais especificamente para a questão da aprendizagem de língua portuguesa e para o autor, Monteiro Lobato. Assim, a imposição de uma norma padrão, não é mais um modelo de coerção política, bem de acordo com o nosso período atual, mas um modelo, de coerção ideológica, da emissora de televisão, detentora dos direitos autorais da obra de Lobato.

Para Márcia Camargos, é importante que o aprendizado de língua portuguesa seja feito de forma lúdica. Assim, o livro é indicado por ela porque cumpre esse papel. Assuntos tão áridos quanto o ensino de gramática se transformam em “textos leves e divertidos”: Para aqueles que acreditam que certos assuntos não podem render boa literatura, este livro mostra que é possível transformar a aridez de regras e normas em textos leves e divertidos. (p.7)

Assim,

Nesta obra original e diferente Monteiro Lobato fala sobre a Língua Portuguesa e seus conceitos gramaticais de forma simples, clara e direta. Conjugação verbal, colocação pronominal, crase fonemas e tantos outros temas que envolvem nossa língua perdem sua sisudez característica através de explicações lúdicas da turma do Sítio, revelando o prazer que deve acompanhar a busca pelo conhecimento. (p.7)

A autora ressalta o aprendizado da Língua Portuguesa por meio da obra como algo original e diferente. De acordo com ela, Lobato fala sobre os temas complexos que envolvem o ensino de gramática de forma simples, clara e direta, transformando, dessa forma, a busca pelo conhecimento em um jogo prazeroso e inteligente, pois

Sabemos que Monteiro Lobato sempre procurou escrever de modo acessível. Com imaginação e criatividade, ele nos mostra que o estudo da gramática pode ser prazeroso e cheio de surpresas. (...) Tudo ficava fácil de ser entendido de um jeito especial que se aprende brincando. (p.8)

Assim, observamos ao longo da leitura de todo o prólogo que, para Márcia Camargos, o aprendizado deve ser por meio de jogos e brincadeiras, ou seja, lúdico. Ela enfatiza em vários trechos esse tipo de modelo pedagógico. No entanto, sob esse aparente modo de ensinar, percebemos um tipo de doutrina **político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional de dominação**, não imposta pelo governo, como já afirmamos, mas ressaltamos que essa política linguística de dominação está camuflada sob o jogo da sedução imposta pelas palavras que envolvem o leitor infantil: “Neste passeio entre os sons que representam as letras, os padrões que regem o uso do português transformando-se em um jogo curioso e inteligente.” (p.8) Ou ainda: “Com imaginação e criatividade, ele (Lobato) nos mostra que o estudo da gramática pode ser prazeroso e cheio de surpresas.” (Ibidem)

Toda criança que ler esses trechos vai querer ler o livro, já que aprender gramática brincando é melhor que aprender de forma normativa (por regras rígidas). Mas a imposição linguística está presente de forma muito clara. Mesmo que seja brincando, o que a criança está, na realidade, aprendendo, são as regras do idioma. Essas regras são ensinadas de modo normativo, pois o que vimos, em nossa análise, tanto do livro *Emília no País da Gramática* (1935) quanto da *Gramática Expositiva* (1944), de Eduardo Carlos Pereira, foi uma aproximação muito grande entre os dois textos. Ambos tentam ensinar a língua portuguesa padrão por meio de normas e regras, seguindo praticamente a mesma ordem de assuntos. Assim, a norma padrão ainda, na atualidade, é modelo de coerção, pois todo indivíduo deve aprendê-la para estar inserido na sociedade, que é hoje dominada pela mídia.

Categoria 2 - Análise da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo como ponto de partida, o estabelecimento de uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

Quanto à manutenção e preservação da cultura brasileira mediante o ensino de língua materna, não percebemos, pelas palavras de Márcia Camargo, nenhuma referência ao passado ou ao presente que aponte para esse fato. No entanto, como já dissemos na análise da categoria 1, do mesmo prólogo, a autora nos deixa vislumbrar um ensino de língua portuguesa com viés normativo, ou seja, pautado numa gramática tradicional.

O ensino de regras e normas por meio de um material pedagógico normativo nos remete ao passado, a uma época em que o ensino de língua materna tinha objetivo de unificação nacional pelo poder das palavras, à ditadura. Assim, podemos dizer que a manutenção da cultura brasileira se dá pela própria cultura brasileira, mas inserido em um contexto em que o ensino é imposto de uma maneira rígida, engessada, baseado, sobretudo, em manuais didáticos que ditam o que nossos alunos devem aprender.

5.5.2 – Prólogo II - Maria Tereza Rangel Arruda de Campos

Categoria 1 - A estrutura da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional de dominação.

Assim como no prólogo de Márcia Camargos, o prólogo de Maria Tereza R.A. Campos, também elogia Lobato e enfatiza o aprendizado da Língua Portuguesa de maneira lúdica e criativa.

Para Maria Tereza, Lobato recria a representação de uma infância viva, feita de curiosidade, aventura, fantasia, inquietação e imaginação. E, por isso, seus livros tiveram um papel fundamental na formação de muitos leitores no Brasil.

Para a autora, o livro *Emília no País da Gramática* (2008) foi escrito com o propósito de envolver seus leitores e apresentar os conceitos gramaticais de um modo fácil e prazeroso. Segundo ela:

O livro *Emília no País da Gramática* parece ter sido escrito com o propósito de apresentar os conceitos gramaticais de maneira a tornar mais fácil e prazeroso um conjunto de regras que as crianças pudessem achar difícil ou enfadonho. (p.10)

E, ainda, para apresentar esses conceitos, Lobato cria uma astuciosa narrativa. Ele leva o leitor, a Emília e a turma do sítio a um passeio imaginário no *País da Gramática* e, desse modo, “o passeio tem evidente **objetivo didático: ensinar regras e classificações gramaticais** de modo mais agradável, com certo humor e, de preferência, sem a sisudez escolar.” (Ibidem)

Maria Tereza menciona também as atualizações pelas quais o livro passou:

No campo de estudos da linguagem, porém, a gramática passou por atualizações e vem sendo alvo de intensas discussões (...). Isso tem posto uma revisão de certos tópicos aqui tratados gramaticalmente, e que hoje são vistos mais discursivamente. (...) Algumas nomenclaturas caíram em desuso e foram substituídas por outras. Alguns fenômenos são entendidos de modo diferente. (p.11-12)

Termina o prólogo alertando sobre as notas que constam na edição atual, cuja função é a de preservar a atmosfera original do livro, o modo como se via a gramática na sua época de produção e também para atualizar o leitor em relação às explicações das personagens ao longo da narrativa.

Dessa forma, ao longo da análise do prólogo em questão, percebemos a inegável importância que Maria Tereza A. R. Campos atribui ao livro *Emília no País da Gramática* (2008). Segundo ela, o livro é formador de leitores, é criativo, agradável e tem humor. A doutrina político-ideológica estabelecendo uma política linguística de

dominação aparece aqui de uma forma dissimulada. Isso se deve ao fato de o livro não ser mais indicado pelo governo, como já dissemos anteriormente. Sua circulação é bastante ampla nas escolas de Ensino Fundamental, mas seu uso não é obrigatório.

A política de dominação linguística dissimulada, nesse caso, passa pelo viés da sedução e pela mídia, que explora todos os personagens do livro em questão, em brincados. Com tantas qualidades atribuídas ao livro, como ser escrito com propósito de apresentar conceitos gramaticais de modo fácil e prazeroso ou ensinar regras e classificações gramaticais de modo mais agradável, com certo humor e, de preferência sem o rigor escolar, além de tudo isso contar as aventuras da turma do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, qualquer criança gostaria de lê-lo, já que algumas aventuras dessa turma já foram vistas por elas na televisão, que é um grande meio de divulgação de doutrinas e modelos seguidos por uma grande maioria da população.

Embora seja diferente dos manuais normativos e contenha um apelo à curiosidade infantil, a indicação do livro tem o nítido objetivo didático de ensinar regras. Como material didático com função de ensinar regras e classificações, torna-se um objeto de apoio ao aprendizado normativo, imposto pelo padrão culto da linguagem.

Mudou a época, mudou também o tipo de dominação. Antes, em 1934, quando o país passava por grandes transformações sociais e econômicas, tais como greves e desemprego, era interessante para o governo manter a unidade nacional, e para isso, ele utilizava como instrumento de repressão a língua portuguesa, pelo viés da educação. Agora, ela é feita através da linguagem apelativa dos meios de comunicação. A edição de 2008 foi anunciada em revistas, jornais e telejornais. Dessa forma, as pessoas compram a obra porque foi indicada pela mídia como um meio de aprender a língua portuguesa de maneira lúdica e fácil, e tal mídia tem o domínio da norma culta; assim, todo cidadão que queira ascender socialmente deve dominá-la. A televisão exerce, hoje, grande influência, principalmente sobre a população jovem.

Além disso, também verificamos a imposição de uma doutrina linguística por meio do livro, pelas próprias palavras da autora: “O passeio tem evidente objetivo didático: ensinar regras e classificações gramaticais” (...) (p.10), ou seja, o ensino normativo da língua portuguesa padrão ainda é um instrumento para a aprendizagem do

bem falar e do bem escrever e também ainda é um método utilizado pelos nossos educadores, mesmo que, de forma lúdica.

Categoria 2 - Análise da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo como ponto de partida, uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

Ainda em relação ao prólogo de Maria Tereza A.R. Campos, verificamos que a preservação da cultura brasileira se faz pela preservação da cultura estrangeira, como na época de Lobato. O livro *Emília no País da Gramática* (2008) tem para a autora a óbvia função de ensinar a língua portuguesa por meio de normas e regras, o que nos deixa vislumbrar sua sintonia com a política educacional do período da primeira publicação da obra. No entanto, ela também salienta que houve mudanças significativas no campo de estudos da linguagem e essas mudanças trouxeram importantes atualizações, mostrando, dessa forma, estar inserida em um contexto atual de estudos e pesquisas na área:

No campo de estudos da linguagem a gramática passou por atualizações e vem sendo alvo de intensas discussões (...) Algumas nomenclaturas caíram em desuso e foram substituídas por outras. Alguns fenômenos são entendidos de modo diferente. (p.10)

Assim,

As notas que aqui seguem alertam sobre essas e algumas outras mudanças. Com elas se pretende **manter a atmosfera original do livro, o modo como se via e entendia a gramática na época em que a obra foi escrita.** Mas também atualizar o leitor com relação àquilo que as personagens explicam ao longo da narrativa, evitando que ele perca o que o livro também traz como benefício: um aprendizado mais divertido dos conceitos gramaticais. (Ibidem)

O trecho destacado acima nos ajuda a confirmar nossa afirmação de que a preservação da cultura brasileira, a partir do prólogo enfocado, se faz pela cultura estrangeira. Lobato sintonizava-se com as ideias de seu tempo, como percebemos claramente por sua interação com Eduardo Carlos Pereira, um gramático que defendia um estudo normativo da língua portuguesa baseado em cientistas estrangeiros, e com

Saussure (Ibidem), como vimos na análise da 2ª edição de 1935. Podemos, então, dizer que, se a edição atual, pelas palavras da autora, pretende manter a atmosfera original e o modo de entender a gramática na época, então também podemos afirmar que continuam os mesmos ideais culturais da época de Lobato, ou seja, escola elitista e de privilégios para poucos e a necessidade de uma escola de qualidade para todos, além da preservação da língua portuguesa por meio do ensino de uma gramática normativa e defasada em relação às nossas reais necessidades pedagógicas, mas que coaduna com as teorias em voga na Europa e Estados Unidos.

5.6 - *Moderna Gramática Portuguesa* – Evanildo Bechara – edição 2007 - (Anexo T, p. 199)

Evanildo Bechara é professor titular e emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), atua nos cursos de pós-graduação e de aperfeiçoamento para professores universitários e de Ensino Fundamental e Médio. Foi professor de língua portuguesa nas décadas 1950 a 1980 do Colégio Pedro II, sinônimo de colégio tradicional e elitista. Com sua larga experiência no ensino de língua materna, e, atento às novas necessidades trazidas pelas intensas transformações ocorridas em todos os setores da vida brasileira, sobretudo na educação, ele produz a *Moderna Gramática Portuguesa (1961)*, material didático de apoio aos professores, estudantes e estudiosos da época.

Como vimos no capítulo III, com a queda do governo de Getúlio Vargas, em 1945, começa um período democrático de quase vinte anos. É nesse período que tivemos um certo avanço na educação brasileira, com a primeira “Lei de diretrizes e Bases da Educação”, promulgada em 20 de dezembro de 1961.

Os fins da educação estabelecidos por essa lei foram inspirados nos ideais de liberdade e de solidariedade humana e no desenvolvimento integral do cidadão. Essa lei, de âmbito nacional, sintetizou, embora ideologicamente, todas as aspirações de um povo em relação à educação. Assim, a Educação teria por fim:

- a) A compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) O respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) O fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) O desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) Preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitem utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) A preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou raça. (Lei 4.024/61- FACCINA, 2002, p. 127)

Tudo isso resultou em um grande sentimento de nacionalismo e de democracia. Novamente a língua portuguesa foi instrumento de unificação nacional. No entanto, foi uma democracia aparente, pois os analfabetos não tinham direito a voto, a distribuição de renda continuava desigual e a lei ficou só no papel.

Foi nesse momento de exaltação nacionalista que surgiu a primeira edição da *Moderna Gramática Portuguesa (1961)*, de Evanildo Bechara. Dois anos antes, surgiu, também para simplificar e uniformizar a nomenclatura gramatical, a *NGB- Nomenclatura Gramatical Brasileira* – sob a Portaria nº 152, de 28 de janeiro de 1959.

Como temos feito durante todo o processo de análise das obras anteriores, analisamos primeiro a capa, a divisão interna e a folha de rosto da *Moderna Gramática Portuguesa (1961)*, depois passamos à análise dos dois prefácios que a obra contém.

A *Moderna Gramática Portuguesa* teve sua primeira edição em 1961 e até hoje é considerada como um dos melhores materiais de consulta para os alunos, professores e estudiosos de língua portuguesa. O exemplar que temos em mãos, para análise, é a sua última, ou 38ª edição, revisada e ampliada, editada no ano de 2007, que mantém apenas os prefácios da 1ª e da 37ª edições. Assim, passamos, agora, a analisar os três elementos elencados.

5.6.1 – Capa (Anexo T, p. 199)

A capa da *Moderna Gramática Portuguesa (2007)* está de acordo com os manuais normativos da atualidade. Produzida em papel cartão de excelente qualidade, apresenta o aspecto discreto que o cunho científico lhe pede. Na parte da frente, possui o fundo azul, com o nome da obra em letras grandes, num tom de amarelo opaco. O nome do autor vem no topo, em letras brancas, assim como, a citação “Edição Revista e Ampliada”, no rodapé. Mais abaixo, vem o nome da editora (Lucerna).

Ainda na capa frontal, a gramática possui uma orelha com um editorial da própria editora, mencionando a importância da obra no cenário científico contemporâneo.

De acordo com o editorial, a *Moderna Gramática Portuguesa (2007)* revisada e ampliada é mais que um livro de referência para especialistas; é um manual que oferece a maior coletânea de assuntos gramaticais até agora estudados pelos melhores estudiosos de língua portuguesa, e, além disso, é uma obra de valor incomparável, a sua 37ª edição irá contribuir muito para a elevação da cultura no país.

Na parte de trás da capa, também predominam os tons de azul, e, centralizado em letras brancas de tamanho médio, vem um texto da editora Lucerna. Nesse texto, a editora enfatiza a sua preocupação em publicar uma obra embasada em pesquisa e atualizada em relação à evolução dos estudos linguísticos, além de salientar, mais uma vez, que a gramática é um material de pesquisa composto com a maior soma de fatos e soluções gramaticais para professores, estudiosos e alunos de língua portuguesa.

5.6.2 - Folha de rosto e contracapa

A contracapa apresenta, de maneira simples, em um papel todo branco com o nome da obra no centro, em letras pretas. No seu verso constam 1ª a 36ª edição (1961) – Companhia Editora Nacional; 37ª edição (1999) - Editora Lucerna; 38ª edição (2007) – Editora Lucerna.

Já a folha de rosto, também em papel branco e letras pretas, apresenta mais detalhes. No alto da página, consta o nome do autor: Evanildo Bechara, em letras pretas e grandes. Logo abaixo, aparecem seus títulos e vínculos acadêmicos.

- Professor Titular e Emérito da Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- Professor Titular da Universidade Federal Fluminense
- Membro da Academia Brasileira de Letras
- Membro da academia das Ciências de Lisboa
- Membro da Academia Brasileira de Filologia

No centro da página, aparece o nome da obra, *Moderna Gramática Portuguesa*, em letras pretas e grandes. Também aparece a citação 38ª edição - revista e ampliada e no pé da página, o nome Editora Lucerna, Rio de Janeiro.

5.6.3 - Divisão interna - (Princípio da Imanência)

A divisão interna da *Moderna Gramática Portuguesa (2007)* é feita por assuntos organizados em forma de um sumário, nas páginas iniciais. Aparentemente, essa divisão e esses assuntos são muito parecidos com os das atuais gramáticas em geral, e com a gramática de Eduardo Carlos Pereira. Mas, com um estudo mais aprofundado percebemos uma certa diferença na maneira de tratar tais assuntos, já abordando, ao lado da norma, algumas teorias linguísticas.

Assim, depois do sumário, há dois prefácios. O primeiro, de 1961, ano da primeira edição da Gramática, e o segundo, de 1999, sua 37ª edição, repetido na 38ª edição, não havendo na edição de 2007.

Logo após os dois prefácios, há uma introdução em que o autor conta a história externa da Língua Portuguesa, desde o processo de romanização da Península Ibérica, no séc. III a.C, passando pelas invasões árabes no séc. VIII, o primeiro documento escrito em português galego, no séc. XIII até o português moderno, no século XX.

Depois da introdução, um texto esclarece o que é linguagem. Seus planos, níveis tipos e estrutura. Também esclarece o que é sincronia, diacronia, sistema, norma, fala, Gramática Normativa e Gramática Descritiva. Após esse texto, a *Moderna Gramática Portuguesa (2007)* começa, realmente, a tratar dos assuntos gramaticais, específicos. Pelos assuntos tratados, observamos que a estrutura é semelhante à estrutura da *Gramática Expositiva (1944)*, de Eduardo Carlos Pereira, e do livro, *Emília no País da Gramática (1935, 2008)*, de Lobato.

No quadro abaixo, ainda pelo Princípio da Imanência, a divisão interna das três obras:

E.C.P.	LOBATO	BECHARA
1- Lexeologia (fonética, prosódia, ortografia)	Fonética (Sons orais)	Fonética/Fonologia/Ortografia
2- Morfologia	-----	Gramática Descritiva e Normativa
3- Substantivo	Em pleno mar de Substantivos	Substantivo
4 - Adjetivo	Entre os Adjetivos	Adjetivo
5 - Pronome	Na Casa dos Pronomes	Artigo
6 - Verbo	No acampamento dos Verbos	Pronome
7 - Advérbio	A Tribu dos Advérbios	Numeral
8 - Preposição	As Preposições	Verbo
9 - Conjunção	Entre as Conjunções	Advérbio
10- Interjeição	A Casa da Gritaria	Preposição
11 - Etimologia	A Senhora Etimologia	Conjunção
12 - Sintaxe	Nos domínios da Sintaxe	Interjeição
13 - Figuras de sintaxe	Figuras de Sintaxe	Estrutura/ Análise Mórfica
14 - Vícios de linguagem	Vícios de Linguagem	A oração e a frase
15 - Período gramatical	Orações ao ar livre	Sintaxe
16 - Pontuação	Exame e Pontuação	Figuras de Sintaxe
17 - Sintaxe Estilística	Passeio Ortográfico	Vícios e anomalias da linguagem
18 - Composição Literária (versos)		Pontuação
		Noções elementares de Estilística
		Noções elementares de versificação

Os assuntos tratados nas três obras são, praticamente, os mesmos. Na *Gramática* de Bechara, houve algumas modificações e ajustes à terminologia atual, assim como no própria edição atual de Lobato. Por exemplo, artigo e numeral que, agora foram

desmembrados, eram denominados, na primeira metade do século, adjetivos articulares e adjetivo determinativo numeral.

Não podemos afirmar, no entanto, que os assuntos tratados na *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) são tratados da mesma forma que na *Gramática Expositiva* (1944), de Eduardo Carlos Pereira e no livro *Emília no País da Gramática* (1935, 2008), de Lobato. São obras de épocas diferentes, baseadas em momentos políticos e filosofias diferentes, como constatamos pelas palavras do autor. (p.19)

Difícilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por atualização e enriquecimento: atualização no plano teórico da descrição do idioma, e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa, dentro e fora do país (...).

Ao longo de nossa análise, verificamos a preocupação do autor em produzir uma obra inserida, realmente, nos melhores estudos da área da linguagem. Ele explicita algumas vertentes como a Sociolinguística e a Etnolinguística, cita nomes de autores como E. Coseriu³⁵ e Mattoso Camara³⁶ como referências para suas teorias. Além disso, tenta explicar os fatos gramaticais baseando-se em correntes filosóficas diferentes e nas Gramáticas Descritiva e Normativa, conciliando as duas vertentes em seu estudo.

Isso posto, passamos a análise dos dois prefácios da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007), à luz das categorias 1 e 2, trazendo à tona o Princípio da Adequação.

³⁵ Eugen Coseriu ou Eugenio Coseriu foi um linguista alemão, nascido na Moldávia em 27 de julho de 1921. Faleceu em 7 de setembro de 2002. Suas principais obras são: *Sincronia, diacronia e história* (1958), *Teoria da Linguagem e Linguística Geral* (1962), *A fala, estruturas e funções* (1970), *Princípios de Semântica Estrutural* (1977), *O Homem e a sua linguagem* (1977), *Lições de Linguística Geral* (1977), *Gramática, Semântica universais* (1978), *Competência Linguística* (1992), entre outras. www.cienciahoje.uol.com.br – Acesso em 01/05/2009

³⁶ Joaquim Mattoso Câmara Jr. nasceu em 13 de abril de 1904 e faleceu em 5 de fevereiro de 1970. Publicou o primeiro compêndio de Linguística no Brasil e fundou o primeiro curso de pós-graduação em Linguística no país. Isntaurou o Estruturalismo no Brasil, na década de 60 e participou de várias associações científicas.

Categoria 1 - A estrutura da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística, e educacional, de dominação.

Categoria 2 - Análise da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo como ponto de partida, uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

5.6.4 - Prefácio da 1ª edição 1961 - *Moderna Gramática Portuguesa* – Evanildo Bechara -

Categoria 1 - A estrutura da *Moderna Gramática Portuguesa* (1961) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional, de dominação.

A *Moderna Gramática Portuguesa* (1961) tinha como objetivo suprir as necessidades que as mudanças provocaram na educação brasileira da época, como a criação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e, mais que isso, colocar ao alcance do público interessado nos estudos de língua portuguesa o resultado dos progressos das pesquisas no campo da linguagem feitas nos melhores centros acadêmicos.

Embora não fosse indicada pelo governo, essa gramática foi produzida com base na LDB e na NGB, estando, dessa forma, de acordo com os programas oficiais do período em questão, e, como tal, estabelece uma política ideológica de dominação, através de uma política linguística e educacional que assim o determina.

Bechara objetiva dar à sua obra um tratamento novo, juntamente com a inclusão de elementos novos, já que o paradigma dogmático de escola tinha mudado, mudando também a maneira como a gramática deveria ser vista e estudada:

Encontrarão nossos colegas de magistério, os alunos e quantos se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma um tratamento novo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos mesmos prismas que a tradição os apresentava. (p.21)

A preocupação do autor com as novas tendências e com as transformações que a língua portuguesa estava passando, levaram-no a elaborar a *Moderna Gramática Portuguesa (1961)*, escrita em estilo simples, mas na vanguarda, contendo o desenvolvimento de assuntos ainda não conhecidos em algum outro trabalho.

Ressaltamos ainda que, embora Bechara tivesse a intenção de trazer à gramática portuguesa os progressos no campo dos estudos linguísticos, sobretudo os estudos americanos, na época presentes nas teorias de Bloomfield³⁷, ele não se afastou totalmente dos estudos tradicionais, como confirmamos por suas palavras:

Ao escrever esta *Moderna Gramática Portuguesa* foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado que os modernos estudos de linguagem alcançaram.(...) **Não se rompe de vez com a tradição secular**: isto explica porque esta Moderna Gramática traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. (Ibidem)

Mais abaixo, o gramático, ao se referir à NGB, explica que a segue e a respeita e dela não discorda, mas os termos que aqui se encontrarem e lá faltam (...) é que a NGB não tratou de todos os assuntos aqui ventilados. (Ibidem)

Ao terminar o prefácio, Bechara reafirma a orientação científica da *Moderna Gramática Portuguesa (1961)* e dedica a obra aos mestres, mais especificamente a M. Said Ali,³⁸ que contribuíram para a sua elaboração.

A *Moderna Gramática Portuguesa (1961)* foi editada conforme as leis e as normas educacionais do período, estando inserida num contexto de grande exaltação nacionalista em que o indivíduo deveria ter o seu desenvolvimento integral como

³⁷ Leonard Bloomfield (1887-1949) é considerado o fundador da linguística estrutural norte-americana. Seu principal trabalho foi *Language* (1933).

³⁸ Manuel Said Ali nasceu em Petrópolis em 21 de outubro de 1861 e faleceu em 27 de maio de 1953, no Rio de Janeiro. Considerado o maior sintaxista da língua portuguesa. Suas principais obras foram: *Gramática Elementar de Língua portuguesa* (1923), *Gramática Histórica* (1931), *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908), entre outros.

personalidade humana; preparo para o domínio dos recursos tecnológicos para utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio, além de preservar e expandir o seu patrimônio cultural.

Verificamos, assim, mesmo estando em um período democrático, em que se prevê a abertura em todos os níveis, uma doutrina político-ideológica estabelecendo uma política linguística e educacional de dominação, ainda que em menor escala. Pois, para um indivíduo desenvolver sua personalidade, saber dominar os recursos tecnológicos e expandir sua cultura, ele deve, antes de tudo, ter o domínio do idioma. Esse domínio é conquistado com a escolarização. Mais uma vez, a norma padrão, por meio de uma gramática normativa - *Moderna Gramática Portuguesa (1961)* - é ferramenta do bem falar, do bem escrever e de ascensão social. Em um país, que, na época, cuja população era, na maioria, constituída de analfabetos, só alguns poucos conquistavam o direito de fazer parte de uma elite de privilegiados. Tudo isso porque, embora o texto original da LDB de 1961 postulasse a democratização, tanto na escola como instituição nacional, quanto dos programas e planos de ensino, essa meta não havia sido atingida por inúmeros fatores, inclusive o financeiro.

Categoria 2 - Análise da *Moderna Gramática Portuguesa (1961)* e do livro *Emília no País da Gramática (2008)*, tendo como ponto de partida, uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

Nessa categoria, observamos que Bechara mantém os ideais de preservação da cultura brasileira, ainda, assentados em valores estrangeiros, pois não se afastou totalmente deles. A *Moderna Gramática Portuguesa (1961)* foi produzida levando em conta o resultado dos progressos das pesquisas em linguagem dentro e fora do país.

Bechara ainda enfatiza esses valores estrangeiros, ao afirmar que não rompeu com a **tradição secular** e segue o modelo clássico, embora o ensino do idioma tenha recebido um tratamento novo:

Encontrarão os nossos colegas de magistério, os alunos e quantos se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma um tratamento novo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas porque a tradição os apresentava. (p.21)

Ainda salientando o tratamento novo da língua portuguesa,

Sabemos que as pessoas competentes poderão facilmente verificar que fizemos uma revisão em todos os assuntos de se compõem este livro, e muitos dos quais encontraram aqui um desenvolvimento ainda não conhecido em trabalho congênere. (Ibidem)

O autor ressalta claramente, ao longo de todo o prefácio, sua preocupação de apresentar um trabalho original, baseado nas mais competentes fontes e pesquisas avançadas na área de estudo da linguagem; no entanto, ele reafirma seu vínculo com os ideais estrangeiros, especialmente os norte-americanos: “Na parte relativa à estruturação dos vocábulos e sua formação, pretendemos trazer para a gramática portuguesa os excelentes estudos que a linguística americana tem feito sobre tão importante capítulo”. (Ibidem)

Diz ainda:

A orientação científica por que norteia esta nossa *Moderna Gramática* não seria possível sem a lição dos mestres (seria ocioso citá-los) que, dentro e fora do Brasil, tanto têm feito pelo desenvolvimento da disciplina. Devemos-lhe o que de melhor os leitores encontrarem neste livro, e a eles, em cada citação, prestamos nossa sincera homenagem. Elegemos entres eles, um dos mais ilustres para dedicar-lhe o nosso trabalho de hoje, aquele que para nós é tão caro pelo muito que contribuiu para nossa formação linguística: M. Said Ali. (Ibidem)

Ao se referir à lição dos mestres, o autor nos remete ao passado, já que não se rompe definitivamente com ele, em que a manutenção da cultura brasileira era feita por meio de valores norte-americanos e europeus, assentados no ensino de língua materna. A cientificidade da obra não despreza os mestres, pelo contrário, torna-os responsáveis pela evolução da disciplina dentro e fora do país. Elege entre eles, Bechara cita M. Said Ali, pela sua contribuição à nossa formação linguística e para dedicar-lhe a obra.

Ao eleger Said Ali³⁹ como seu mestre e para dedicar-lhe sua obra, Bechara confirma nossa afirmação da manutenção da cultura brasileira assentada em ideais estrangeiros. Said Ali (Idem) é considerado um dos maiores sintaxistas brasileiros, sua extensa obra prova isso, mas como todo gramático do seu tempo, trabalhou com as teorias filosóficas predominantes de sua época-primeira metade do século XX - inserido em um contexto em que as gramáticas da língua portuguesa eram baseadas em gramáticas do português europeu e elaboradas segundo filosofias, também europeias. No caso de Said Ali (Ibidem), suas ideias baseiam-se na filosofia do linguista suíço-alemão Meyer Lubke⁴⁰.

Assim, observamos que o autor repensou a educação antes de outros atentarem para os novos métodos e preceitos que a época democrática pedia. Escreveu a *Moderna Gramática Portuguesa* (1961) com clareza, objetividade e correção, respeitando o tradicional e trazendo elementos dos novos estudos linguísticos, introduzindo lições que se tornariam fundamentais, ao longo do século XX, cujo intuito era o de preservar a cultura brasileira.

5.6.5 - Prefácio da 38ª edição 2007(1999) - *Moderna Gramática Portuguesa* – Evanildo Bechara

Categoria 1 - A estrutura da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007/1999) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo em vista uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional, de dominação.

O exemplar que temos em mãos para análise é a 38ª edição, de 2007, revisada e ampliada, mas o prefácio que consta nessa publicação ainda é o mesmo prefácio da 37ª edição, de 1999.

Embora estejamos em uma época altamente democrática e ainda que não exista mais imposição de uma doutrina político-ideológica, percebemos a existência de uma mesma política linguística e educacional de dominação por meio da língua portuguesa e

³⁹ Ver p. 155

⁴⁰ Ibidem p. 102

sua normatização, porque continuam presentes, nos ideais de Evanildo Bechara ao produzir a sua última edição da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007), os mesmos ideais que ele tinha ao publicar a primeira edição de sua gramática, em 1961.

Entregamos aos colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa esta edição, revista, ampliada e atualizada, levado que estamos pelos mesmos propósitos que nos fizemos, em 1961, trazer à luz a *Moderna Gramática Portuguesa*. (p.19)

Como pudemos observar no prefácio de 1961, os seus propósitos baseavam-se na intenção de produzir uma nova gramática, com elementos também novos, para suprir as necessidades educacionais do período. Amparava a confecção de sua *Gramática* uma lei que, embora fosse democrática e visasse ao desenvolvimento intelectual do indivíduo, normatizava e uniformizava o ensino nas escolas brasileiras (LDB), e um outro sistema de regras, a NGB, que uniformizava, da mesma forma, o uso da gramática.

O autor baseava-se nos mais modernos estudos americanos e brasileiros da época, além de ter como sua base teórica seu antigo mestre, Said Ali. Dessa forma, ao afirmar que continuam os mesmos propósitos, ele nos deixa vislumbrar um ensino da língua portuguesa baseado na norma culta padrão, amparado por um sistema de normas gramaticais e leis educacionais. O bem falar e o bem escrever ainda são pontos de partida de ascensão social e de inserção do indivíduo na sociedade, como na década de 30, já que o prefácio, de 1961, não rompia com as tradições anteriores.

Assim, a *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) continua sendo um novo livro, enriquecido e atualizado com base nos estudos dos melhores teóricos da linguagem, nas pesquisas dos melhores centros acadêmicos atuais, mas a sua orientação normativa e de dominação é clara, pois:

Difícilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento: atualização no plano teórico do idioma, e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa...(...) (p.19)

Ainda mais abaixo, o autor reafirma sua intenção de vincular o ensino do idioma às normas e às regras, oferecendo a obra como material de consulta para uma proposta de reformulação gramatical, pois, segundo ele, ela “alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo *magister dixit* e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas.” (ibidem)

Dessa forma, nessa última edição, os preceitos e as políticas que regiam o nosso sistema educacional e, sobretudo, o nosso idioma, pouco se modificaram e ainda são instrumentos de dominação dos nossos governantes, ainda que, em menor escala. Embora, não seja indicada por eles, a *Moderna Gramática Portuguesa* (2007) segue suas normas e regras, mesmo sob a aparência de uma **visão sadia da gramática normativa**.

Categoria 2 - Análise da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007/1999) e do livro *Emília no País da Gramática* (2008), tendo como ponto de partida, uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, mediante o ensino de língua materna.

A manutenção e a preservação da cultura brasileira através de valores estrangeiros mediante o ensino de língua materna são percebidas ao longo da leitura de todo o prefácio da 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa* (2007).

Ao afirmar que a publicação desta última edição da *Moderna Gramática Portuguesa* traz em seu bojo “os mesmos propósitos da edição de 1961”, ele está reafirmando que estão presentes, nessa última edição, os ideais de preservação da cultura brasileira por meio de uma cultura estrangeira, como ficou provado na análise da mesma categoria, em relação ao prefácio anterior.

Bechara enfatiza sua preocupação em trazer à sua gramática a maior soma possível de fatos gramaticais estudados dentro e fora do Brasil. Elogia alguns autores,

como Eugenio Coseriu⁴¹ e M. Said Ali⁴² ambos sabidamente de orientação teórica alemã. E ainda menciona sua preocupação com outras línguas: “Estivemos também atentos à produção de textos gramaticais destinados a outras línguas, especialmente às românicas, e aí vale ressaltar o contributo dos espanhóis, dos franceses e dos italianos”. (p.20)

Não percebemos grandes alterações nos dois prefácios (1961-1999), como era de se esperar, pois, ambos foram feitos em contextos sociais, políticos e educacionais diferentes, embora sob a égide da democracia. No entanto, percebemos uma ênfase que é dada à cultura estrangeira e à língua portuguesa como traço de unificação nacional, maior que no prefácio anterior.

Dar-nos-emos por bem pago se o leitor benévolo continuar encontrando nestas páginas os fundamentos que alicercem seu interesse e conhecimento reflexivo da língua portuguesa, traço que é da nacionalidade e elo fraterno da lusofonia. (Ibidem)

Dessa forma, ao afirmar que a língua portuguesa é traço da nacionalidade e elo fraterno da lusofonia, o autor retoma os ideais da primeira metade do século XX, em que a língua portuguesa era instrumento de unificação nacional e de preservação da cultura brasileira, sendo ensinada por meio de manuais normativos e didáticos baseados no português europeu.

Um dos pontos de adequação dessa nova edição é o de revalidar os laços brasileiros aos dos falantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reafirmando interesses lusófonos de integração e de unificação da língua.

⁴¹ Idem p. 154

⁴² Idem p. 156

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"As convicções são inimigas mais perigosas da verdade do que as mentiras."

(Nietzche)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No término desta dissertação os objetivos orientadores da pesquisa são revistos, tendo como objetivo geral averiguarmos até que ponto as preocupações de Lobato acerca da linguagem se aproximam ou se afastam do viés das teorias pedagógicas e das políticas educacionais de sua época. Em relação ao geral, ele foi devidamente alcançado por meio de análise das obras em questão.

Os objetivos específicos, ao iniciarmos nossa pesquisa, eram:

- Pesquisar e resumir as obras sobre Historiografia Linguística que sustentam esta pesquisa;
- Apresentar o contexto político, econômico, social, ideológico e educacional da primeira metade do século XX (1882 a 1950) no Brasil, para que se estabelecesse o quadro de definição no sentido da interpretação do material selecionado (*Emília no País da Gramática* 1935, 2008) de Monteiro Lobato e as gramáticas *Expositiva - Curso Superior* (1944) e *Histórica* (1935), de Eduardo Carlos Pereira) em um contexto histórico-linguístico. Para isso, utilizaríamos o Princípio da Contextualização;
- Reconstruir os fatos, com olhar crítico e interpretativo, pela Historiografia Linguística, a partir da análise das fontes primárias: *Gramática Histórica* (1935) e *Gramática Expositiva* (1944), de Pereira; *Emília no País da Gramática* de Lobato, edições de 1935 e 2008, e *Moderna Gramática Portuguesa* (2007), de Evanildo Bechara, que serviram de base para o ensino de português em suas épocas;
- Analisar a obra *Emília no País da Gramática* (Lobato,1935) e as gramáticas *Histórica* (Pereira,1935) e *Expositiva -- Curso Superior* (Pereira, 1944), com base no Princípio da Imanência, considerando, para isso, suas dimensões linguísticas internas e externas;
- Estabelecer ligações entre os dados colhidos nas obras selecionadas e o modo como são utilizados na atualidade, com o objetivo de verificar em que medida as

Gramáticas e o livro selecionados serviriam de parâmetros para os professores de Português, com base no Princípio de Adequação.

Diante do exposto, justificamos a escolha do *corpus* analisado nesta pesquisa por sua importância, para a compreensão da hipótese orientadora do nosso trabalho, que consistia em verificar até que ponto a literatura de Lobato poderia estar realmente relacionada às teorias e concepções do seu tempo. No transcorrer desta pesquisa, estabelecemos o percurso historiográfico das fontes primárias, por ordem cronológica:

1935 – *Emília no País da Gramática* – 2ª edição

1935 – *Gramática Histórica* – 8ª edição

1944 – *Gramática Expositiva* - Curso Superior – 62ª edição

2007 – *Moderna Gramática do Português* – 38ª edição

2008 – *Emília no País da Gramática* – 40ª edição

Assim, analisando o material selecionado, ou seja, as fontes primárias de nossa pesquisa e ainda valendo-nos de algumas fontes secundárias nas quais fomos buscar complementação para referendar as teorias e as práticas estabelecidas nesses materiais, procuramos conhecer os caminhos que os documentos oficiais tomaram a partir de novas teorias da linguagem, do cientificismo e do advento da República no Brasil, além de verificar quais são as mudanças que essas novas teorias, concepções filosóficas e políticas trouxeram à prática pedagógica de língua portuguesa e ainda como isso tudo influenciou a escritura de *Emília no País da Gramática* (1934), por Lobato.

Em relação ao primeiro objetivo, apresentamos um quadro teórico baseado nos mais renomados estudiosos da Historiografia Linguística e construímos um modelo metodológico que nos ajudou a provar a hipótese levantada no começo da pesquisa sobre as influências filosóficas, políticas, econômicas, sociais e educacionais significativas sobre o livro *Emília no País da Gramática* (1935), levando em conta os três princípios fundamentais que são: Contextualização, Imanência e Adequação. Quanto ao primeiro objetivo, portanto, ele foi adequadamente cumprido.

Quanto ao segundo e terceiro objetivos, afirmamos, também, tê-los cumprido, na medida em que apresentamos o contexto político, econômico, histórico, social, ideológico e educacional da primeira metade do século XX no Brasil, estabelecendo, assim, o quadro de definição político, social, legal, educacional e linguístico, para a interpretação do material selecionado. Além disso, reconstruímos os discursos e os procedimentos linguísticos de cada um dos materiais, levando em conta seu momento de produção. Recuperamos, histórica e analiticamente, suas épocas de publicação e suas trajetórias político-linguísticas, observando a estruturação, a orientação metodológica, as políticas educacionais e as teorias linguísticas sugeridas na base desses materiais.

Com relação à trajetória político-linguística, destacamos que, dos fins do século XIX à primeira metade do século XX, nosso principal momento de análise, tem como característica principal os estudos de Língua Portuguesa, baseados em pesquisa da linguística estrangeira, sobretudo a alemã, e nos estudos e gramáticas do português europeu. Esse estado de dependência dos estudos linguísticos brasileiros dura, praticamente, até a década de sessenta, quando começam a aparecer os primeiros estudos realmente importantes na área.

Em relação à cultura, a maioria dos livros é importada de Portugal, já que aqui praticamente só se imprimem periódicos. Vale salientar que, nessa época, ocorre uma idolatria em relação à língua portuguesa falada no Brasil, e conseqüentemente, uma recusa em relação ao português europeu, mas esse dualismo apresenta pouca ou nenhuma repercussão em nossos meios gramaticais.

Nessa ocasião, novos princípios passam a nortear os intelectuais da época e dominam os estudos europeus: o evolucionismo de Darwin e depois Mendel, o socialismo e o positivismo tomavam espaço. Predomina uma concepção materialista da realidade, que passa a ser vista como em constante processo de evolução, dentro de rígidas leis naturais. Esse movimento nas ciências biológicas também traz modificações nas concepções dos estudos de língua, fazendo-a ser concebida como organismo vivo.

As fazendas de café proliferam e começam a prosperar, trazendo mais riquezas à população. No entanto, em relação à educação, quase não haviam ocorrido mudanças, pois o governo federal ainda não considerava a Educação uma prioridade. Embora o

advento da República houvesse trazido uma maior preocupação com a construção nacional por meio da melhoria e incentivo ao ensino, a maioria da população brasileira continuava analfabeta.

Muitas reformas educacionais surgem nesse período, mas todas elas restritas a estados como Ceará, Bahia e Minas Gerais. Elas até então não têm fins democráticos, continuam privilegiando as elites. Embora algumas possuíssem nuances de democracia, o certo é que todas elas tinham o objetivo de manter a escola e a Língua Portuguesa como instrumentos de dominação.

Com a queda de Getúlio Vargas, em 1945, começa um período democrático de quase vinte anos. Temos a primeira “Lei de Diretrizes e Bases” da nossa história, promulgada em 1961, após 13 anos de discussões. Os fins da educação estabelecidos por essa lei são mantidos pela reforma de 1971 e continuam em vigor na atualidade. A lei é democrática, no entanto nossa economia é pré-capitalista e os nossos homens públicos da época, representantes do antigo regime (que ainda estão no poder), não levam essas mudanças para a prática educacional.

A partir, de 1964, a educação, da mesma forma que os outros setores da vida brasileira, sofre com a ditadura que se instala no país. Novamente várias reformas são feitas em todos os níveis de ensino, sem a participação dos maiores interessados: os alunos, professores e a sociedade em geral.

A posse do primeiro presidente civil, em 1985, não traz mudanças radicais. No entanto, há evidentes conquistas políticas, sociais e educacionais a partir de então. Uma importante conquista é assegurada: a democratização da escola. Não há, na atualidade, uma doutrina político-ideológica estabelecendo uma política educacional de dominação. Mas não basta ter escola para todos, temos que dar condições para que a educação promova, realmente, o desenvolvimento de suas potencialidades, para a autorrealização e o exercício consciente da cidadania.

Em vista do que expusemos acima e de acordo com o clima de opinião do período, podemos assegurar que a grande característica da época era a escola como instrumento de dominação. As filosofias, as políticas sociais e educacionais, os

materiais pedagógicos, no período analisado, sempre convergiam para um mesmo objetivo: o domínio da sociedade, pelos governantes, inclusive por meio da norma culta da linguagem.

Quanto ao nosso quarto objetivo, também foi cumprido, já que analisamos os livros selecionados tendo em vista suas estruturas, prólogos, além de capas, divisões internas, folhas de rosto e contracapas, no intuito de mostrar a confecção das obras em si, como elas realmente se apresentam ao leitor, tais como os capítulos e partes do respectivo material de análise. Pelo princípio da Imanência, analisamos todo o material selecionado.

Concluimos que as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira e o livro de Lobato são completamente diferentes quanto às suas confecções. Essas diferenças se fazem notar desde as suas respectivas capas, até as suas estruturas internas. As capas da *Gramática Histórica* (1935) e da *Gramática Expositiva – Curso Superior* (1944), de Pereira, estão de acordo com o perfil das obras, de cunho pedagógico, do início e metade do século XX. A sobriedade, a simplicidade e a objetividade remetem aos princípios científicos em voga, que foram utilizados para a elaboração do seu conteúdo. Também, as folhas de rosto e as contracapas primam pelo mesmo perfil e características, contendo apenas informações essenciais, como nome do autor, obra e editora etc. Ainda seguindo esses princípios, as gramáticas estão divididas em capítulos, e estes em parágrafos, encontrados através da consulta aos dois índices que nelas constam. Além desses aspectos que confirmam e reafirmam o viés pedagógico, científico e normativo das gramáticas em questão, podemos salientar os prólogos como outro aspecto, que enfatiza esse viés. Neles, o autor cita nomes de renomados cientistas da linguagem nos quais se apoiou; cita leis e programas oficiais do Governo, sobretudo os Programas de Português; conclama o nacionalismo e a moralidade como forma de impor uma norma-padrão de linguagem. Em suma, os dois materiais pedagógicos produzidos tinham em vista uma doutrina político-ideológica e o estabelecimento de uma política linguística e educacional de dominação, bem como de manutenção e de preservação da cultura brasileira mediante o ensino de língua materna.

Além de sua apresentação ser diferente das gramáticas de Pereira, o livro *Emília no País da Gramática* (1935), de Lobato, apresenta-se um pouco diferente dos livros sóbrios voltados ao público infantil da época. Na capa, as cores, os desenhos e a estrutura completam o quadro lúdico - isso porque ele não tem cunho gramatical. Há gravuras da Turma do Sítio na folha de rosto e em quase todas as suas páginas. Na contracapa, uma lista de livros e traduções do escritor. Todos esses elementos configuram uma obra para crianças, diferente e estimulante, digna de destaque por estar inserida em um contexto de poucos recursos e de poucas publicações no gênero. No entanto, ao longo da pesquisa, um aspecto despertou a nossa atenção. Percebemos uma sintonia de ideias muito grande entre o escritor infantil e o gramático. Notamos que ambos percorriam o mesmo caminho ao tratar de regras gramaticais, seja pela sequência do mesmo tipo de assunto, seja pelo embasamento teórico em filosofias estrangeiras, presente nos dois volumes. Confirmamos, dessa forma, a hipótese levantada no começo deste trabalho. Os dois autores, por meio de estilos e gêneros literários diferentes, buscam o mesmo objetivo. A imposição do Português padrão como modelo a ser seguido, ou seja, os dois materiais pedagógicos produzidos, como já mencionamos, tinham em vista uma doutrina político-ideológica fundada numa política linguística e educacional de dominação e também de manutenção e preservação da cultura brasileira mediante o ensino de língua materna. Assim, podemos ver que Monteiro Lobato foi influenciado pelo contexto filosófico, político, social, educacional etc. de seu tempo.

Quanto ao nosso último objetivo, tendo por base o Princípio da Adequação, declaramos, também, tê-lo cumprido, no momento em que tomamos não só o livro de Lobato em sua mais nova edição de 2008, já contendo prólogos póstumos, mas ainda a *Gramática Portuguesa* de 2007 (38^a. ed.), de Evanildo Bechara, no sentido de verificarmos se a obra de Lobato e os livros de Pereira (da primeira metade do século XX) estão de acordo, ou não, com as teorias filosóficas em vigência. Salientamos que existe uma aproximação quanto à norma culta usada em todo o material utilizado, seja por imposição, seja por aculturação, mostrando que as gramáticas e os livros mantêm esse elo, considerado por nós necessário.

Ao compararmos o material da primeira metade do século XX com o material do período atual, selecionado e analisado por nós nesta pesquisa, dois movimentos ficaram evidentes: os movimentos de ruptura e de continuidade.

Com relação à doutrina político-ideológica, que estabelecia uma orientação linguística (com a hegemonia da língua culta) e educacional de dominação, podemos afirmar que o procedimento é de continuidade e ruptura. Desde a proclamação da República, em 1889, até a década de vinte, tivemos que enfrentar várias crises em todos os setores do país. Muitas reformas vieram, nesse período, mas elas, até então, não tinham fins democráticos. Continuavam privilegiando as elites e todas tinham o objetivo de manter a escola e, mais especificamente a língua materna, como instrumento de dominação.

A despeito das reformas, o ensino continuou elitista, mas vivíamos uma época de grande turbulência, que resultou na Revolução de Trinta, com Getúlio Vargas no poder. Seu governo foi regido por doutrinas totalitárias, com forte controle estatal sobre a educação. Com a queda de Vargas em 1945, começa um período democrático de quase vinte anos. Temos a primeira “Lei de Diretrizes e Bases” da nossa história, promulgada em 1961. Apesar de ser uma lei democrática, não trouxe grandes mudanças na educação. Em outras palavras, embora não houvesse mais a imposição de uma política linguística de dominação, a instrução ainda é privilégio das elites.

A partir de 1964 novamente várias reformas foram feitas. Quanto aos objetivos da educação, foi mantida a mesma Lei, nº 402461, até 1971, quando foi substituída pela Lei nº5692/71. Embora fosse uma lei democrática, ela não foi posta em prática por causa da ditadura e do atraso em que vivia o Brasil. No entanto, em 1985, com o primeiro presidente civil, e, posteriormente, com a instalação da Assembleia Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987, quatro princípios básicos entraram em vigor: ensino público gratuito e laico para todos. E, na atualidade, uma vitória muito importante foi alcançada: a democratização da escola.

Assim, considerando os documentos e o período selecionado (primeira metade do séc. XX-Imanência), para a nossa análise a obra *Emília no País da Gramática*

(1935), de Lobato, e as *Gramáticas Histórica* (1935) e *Expositiva – Curso Superior* (1944), de Pereira, e os documentos e o período selecionados, para a nossa adequação: *Emília no País da Gramática* (2008) e *a Moderna Gramática Portuguesa* (2007), de Bechara, podemos confirmar que houve três momentos de continuidade e dois momentos de ruptura na forma de estabelecimento das políticas educacionais. Os momentos de doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política linguística e educacional de dominação (da norma culta) são: **1º momento** - de 1889 a 1920; **2º momento** - de 1920 a 1945; **3º momento** – de 1964 a 1985. E dois momentos de ausência dessa política de imposição linguística (norma culta) e educacional: **1º momento** – de 1945 a 1964; **2º momento** – de 1985 aos dias atuais.

Considerando as teorias filosóficas apresentadas nos prólogos, nos prefácios e na obra em si, observamos que a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2007), e o livro *Emília no País da Gramática* (2008), de Lobato, promovem um movimento de continuidade em relação às obras de Lobato e Pereira (de 1935 e 1944), uma vez que permanece a alusão a teorias estrangeiras como base para suas produções.

Quanto a Bechara, no prólogo da sua *Gramática*, ele expressa um retorno às filosofias que permeiam as obras da primeira metade do século XX (1935,1944), ao mencionar, no prefácio de 1961, que não rompeu com a **tradição secular** e segue o modelo clássico, e ao eleger Said Ali, seguidor da linguística comparada alemã, como seu mestre e homenageado a quem dedica sua obra. E, ainda, no prólogo da *Gramática* de 1999, mantido na edição de 2007, o autor reafirma seu vínculo com os ideais estrangeiros ao citar novamente Said Ali como seu mestre e afirmar que a Língua Portuguesa é traço da nacionalidade e elo fraterno da lusofonia. Em síntese, embora Bechara esteja afinado com as teorias filosóficas contemporâneas, como a utilização da Sociolinguística, da Etnolinguística e a inserção de uma gramática descritiva ao lado da gramática normativa, em sua obra ele ainda leva em conta a gramática do português europeu e de outros falantes de nossa língua e retoma o nacionalismo e a cultura de Pereira: o novo acordo ortográfico entre os países de Língua Portuguesa é prova disso.

A reedição da obra de Lobato traz consigo dois prólogos póstumos: um de Márcia Camargos e outro de Maria Tereza A. R. Campos. Em ambos, verificamos os

mesmos objetivos: levar as crianças a adquirir o livro por meio da sedução pelas palavras: brincadeiras, aventura, mundo maravilhoso, aprender brincando etc., fazendo-as aprender a norma culta, porém de forma camuflada, já que, no momento atual, não temos política de imposição linguística.

A nova edição do livro de Lobato vem atualizada com as mais novas teorias linguísticas em voga, como, por exemplo, a revisão de certos tópicos: falar corretamente, falar errado; usar gírias, neologismos etc., que antes eram vistos gramaticalmente e agora são vistos sob outras perspectivas, como a da Análise do Discurso, da Sociolinguística etc. - ou seja, a linguagem depende do contexto de produção. No entanto, os dois prólogos das autoras citadas, ainda mantêm um elo com as obras da primeira metade do século XX, porque, neles, elas enfatizam o aprendizado do Português padrão por meio de normas e regras, além de mencionarem que a edição atual pretende preservar a atmosfera original do livro e o modo como se estudava a gramática na época em que a obra foi escrita. Dessa forma, embora, não haja uma doutrina de imposição dessas normas, ainda há a manutenção de filosofias que priorizam a norma culta da linguagem.

Isso posto, concluímos que os objetivos por nós traçados, no início deste trabalho, foram alcançados na medida em que pudemos examinar a obra *Emília no País da Gramática (1935, 2008)* como documento histórico e linguístico e pudemos notar que o autor não se desviou dos conceitos de sua época, além de contribuir para o aprendizado da língua materna. Dessa forma, esta pesquisa não só nos dá subsídios para entender os mecanismos governamentais que regem a legislação educacional do século XX, mas ainda nos proporciona a vontade de seguir em frente, com esse mesmo autor, num futuro Doutorado. Esperamos também que nossa pesquisa sirva de ponto de partida para futuros pesquisadores da Historiografia Linguística.

Bibliografia

Bibliografia de Monteiro Lobato

- LOBATO, José Bento Monteiro. *O Saci-Pererê - Resultado de um inquérito*. Seção de obras do jornal *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1918.
- _____. *Urupês*. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.
- _____. *Problema vital*. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.
- _____. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.
- _____. *Cidades Mortas*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.
- _____. *Negrinha*. São Paulo: Revista do Brasil, 1920.
- _____. *Os Negros*. São Paulo: Sociedade Editora Olegário Ribeiro, 1921.
- _____. *A Onda Verde*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1921.
- _____. *Narizinho Arrebitado*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1921.
- _____. *O Saci*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1921.
- _____. *Fábulas*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1922.
- _____. *O Marquês de Rabicó*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1922.
- _____. *Mundo da Lua*. Monteiro Lobato e Cia., 1923.
- _____. *O Macaco que se fez Homem*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1923.
- _____. *Contos Escolhidos*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1923.
- _____. *Jeca Tatuzinho*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1924.
- _____. *A Caçada da Onça*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1924.
- _____. *O Garimpeiro do Rio das Garças*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1924.
- _____. *O Choque das Raças ou O Presidente Negro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1926.
- _____. *How Henry Ford is Regarded in Brazil*. São Paulo: São Paulo, 1926.
- _____. *Aventuras do Príncipe*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927.
- _____. *A Cara da Coruja*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927.
- _____. *O Irmão do Pinocchio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927.
- _____. *O Gato Félix*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927.
- _____. *O Noivado de Narizinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927.
- _____. *O Circo de Escavalinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927.
- _____. *Aventuras de Hans Staden*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927.
- _____. *Mr. Salang e o Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927.
- _____. *A Pena de Papagaio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.

- _____. *O Pó de Pirlimpimpim*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.
- _____. *Peter Pan*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.
- _____. *Ferro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1931.
- _____. *As Reinações de Narizinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1931.
- _____. *Novas Reinações de Narizinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.
- _____. *Reinações de Narizinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.
- _____. *Viagem ao Céu*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.
- _____. *América*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.
- _____. *Na Antevéspera*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- _____. *História do Mundo para Crianças*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- _____. *As Caçadas de Pedrinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- _____. *Emília no País da Gramática*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.
- _____. *História das Invenções*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- _____. *Aritmética da Emília*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- _____. *Geografia de Dona Benta*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- _____. *Contos Leves*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- _____. *Contos Pesados*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- _____. *O Escândalo do Petróleo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- _____. *Memórias da Emília*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- _____. *D. Quixote das Crianças*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- _____. *Serões de Dona Benta*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
- _____. *Histórias de Tia Nastácia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
- _____. *O Poço do Visconde*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
- _____. *Viagem ao Céu*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
- _____. *O Minotauro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.
- _____. *O Pica-pau Amarelo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.
- _____. *O Espanto das Gentes*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.
- _____. *A Reforma da Natureza*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.
- _____. *A Chave do Tamanho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.
- _____. *O Touro de Creta*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *A Hidra de Lerna*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *Hércules e Cérbero*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *O Leão de Nemeia*. São Paulo: Brasiliense, 1944.

- _____. *O Javali de Erimato*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *A Corça do Pé de Bronze*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *As Cavalariças de Augias*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *Os Cavalos de Diomedes*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *Os Bois de Gerião*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *O Cinto de Hipólita*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *As Aves do Lago Estinfale*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *O Pomo de Hespérides*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.
- _____. *Obras Completas - Literatura Geral*. São Paulo: Brasiliense, 1946.
- _____. *Prefácios e Entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1946.
- _____. *Las 12 Hazañas de Hércules*. Buenos Aires: Editorial Acteon, 1947.
- _____. *Obras Completas – Literatura Infantil*. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- _____. *Uma Fada Moderna*. Buenos Aires: Codex, 1947.
- _____. *A Lampreia*. Buenos Aires: Codex, 1947.
- _____. *A Casa da Emília*. Buenos Aires: Codex, 1947.
- _____. *O Centaurinho*. Buenos Aires: Codex, 1947.
- _____. *No Tempo de Nero*. Buenos Aires: Codex, 1947.
- _____. *Obras Infantis*. Buenos Aires: Editorial Americale, 1947.
- _____. *A Contagem dos Sacis*. Buenos Aires: Codex, 1947.
- _____. *Zé Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.
- _____. *De quem é o Petróleo da Bahia?* Campinas: Tipografia Paulino, 1948.
- _____. *Georgismo e Comunismo – O Imposto Único*. São Paulo: Brasiliense, 1948.
- _____. *Conto Industrial*. São Paulo: Instituto Medicamenta, 1949.
- _____. *A Criança é a Humanidade de Amanhã*. Salvador: Secretaria da Educação e Saúde, 1950.
- _____. *El Macaco que se hizo Hombre*. Buenos Aires: Editorial Tor, sem data.
- Tradução de Benjamim de Garay.
- _____. *El Presidente Negro*. Buenos Aires: Editorial Claridad, sem data. Tradução de Benjamim de Garay.
- _____. *Brazilian Short Histories*. EUA- Kansas: E. Haldeman Julius Company, sem data.

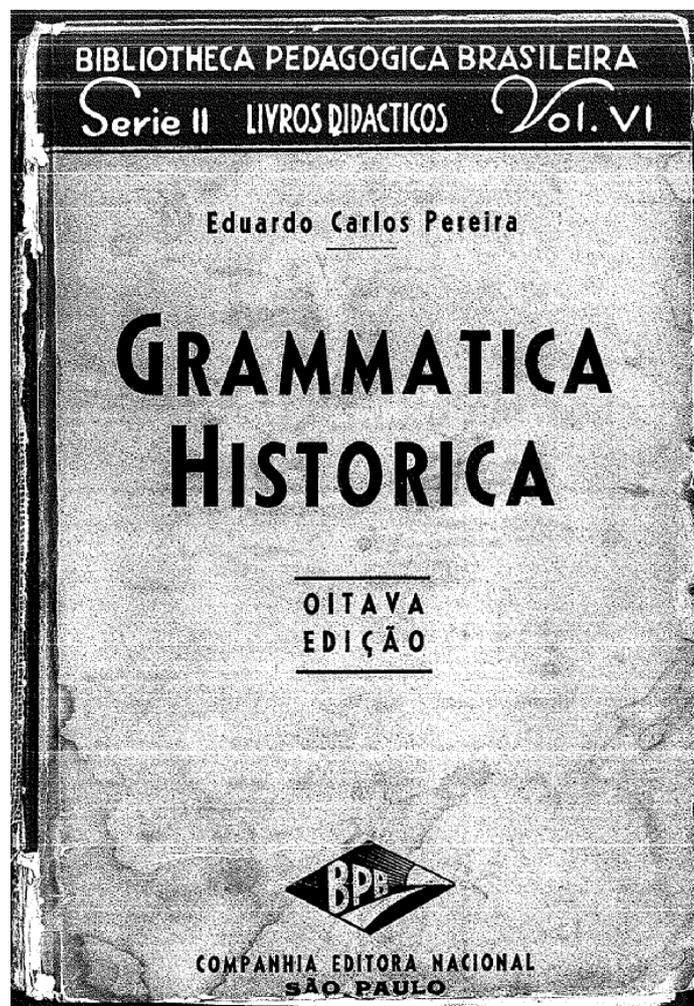
Bibliografia

- ALBIERI, Thaís de Mattos. *Lobato: A Cultura Gramatical em Emília no País da Gramática*. Dissertação de Mestrado em Teoria e História Literária. Universidade Estadual de Campinas, IEL/Unicamp. Campinas - SP, 2005.
- ABRIL Cultural. *Nosso Século 1930/1945, A Era de Vargas*, 1ª Parte. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, 1985.
- ABRIL Cultural. *Nosso Século 1945/1960, A Era dos Partidos*, 1ª Parte. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, 1985.
- ALTMAN, Cristina. *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ARRUDA, J.J. de A. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ática, 1974.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1889 a 1930*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.
- BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (org). *História Entrelaçada - A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929- 1989) A Revolução Francesa da Historiografia*. 4ª reimpressão. São Paulo: Unesp, 1990.
- CAVALHEIRO, Edgar. *Monteiro Lobato – Vida e Obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- COSERIU, Eugenio. Bio. Disponível em www.cienciahoje.uol.com.br/html
- COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando Séculos. 1890-1914 No tempo das certezas*. São Paulo: Schwarcz, 2000.
- DARMESTETER, A e WHITNEY. Disponível em www.jewishencyclopedia.com/html
- DEWEY, John. Disponível em <http://www.centrorefeducacional.com.br/dewey/html>.
- FACCINA, Rosemeire Leão da Silva. *Políticas Linguísticas: Normatização do Ensino de Língua Portuguesa no Século XX*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica - São Paulo, São Paulo, 2002.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- FISCHER, Augusto Luís. *Obra adulta de Lobato volta com sucesso. Folha de São Paulo*, São Paulo, abril. 2008. Ilustrada. p. E6 e E7.

- JUNIOR, Luiz Costa Pereira. *Revista da Língua. Língua Portuguesa*. São Paulo: Segmento, n 27, jan./2008.
- KOERNER, Konrad. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected essays*. Amsterdam: John Benjamins, 1978.
- _____. *Progress in Linguistic Historiography*. Amsterdam: John Benjamin, 1980.
- _____. *Practicing Linguistic Historiography. Selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamin, 1989.
- _____. *Questões que persistem em Historiografia Linguística*. Tradução Cristina Altman. *Revista da ANPOLL*, número 2, p 45-70, 1996.
- KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *A Produção Gramatical Brasileira no Século XIX – Da Gramática Filosófica à Gramática Científica*. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *O Discurso do Descobrimento: 500 e mais anos de discurso*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 181-191.
- LÜBKE, Wilhelm. Biografia. Disponível em <http://www.orbilat.com/html>.
- MÜLLER, Friedch Maximilian. Biografia. Disponível em <http://es.wikipedia.org/html>
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U. e Edusp, 1974.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva – Curso Superior*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- ROSA, Nereide Schilaro Santa Rosa. *Biografias Brasileiras – Monteiro Lobato*. São Paulo: Callis, 1999.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 14ª edição Petrópolis: Vozes, 1991.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, 1998. v. 3
- TEIXEIRA, Anísio. Biografia. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/bio.html>
- ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas: Autores Associados/ Brasília: Pano, 2004.

Anexos

Anexo A



PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

Anexo B

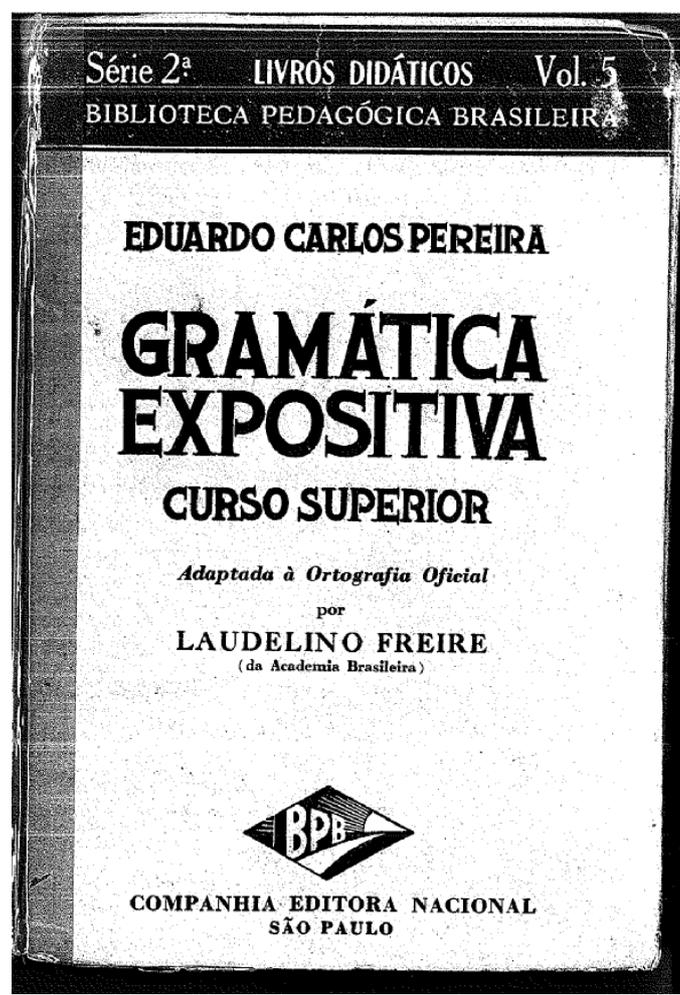
Bibliotheca Pedagogica Brasileira	
Sob a direcção de FERNANDO DE AZEVEDO	
SERIE II (LIVROS DIDACTICOS	
(Manuaes, livros de texto e livro-fontes)	
VOLUMES PUBLICADOS:	VoLs. Carilnados:
I — Sciencias Physicas e Naturaes — Tomo I. — 2.ª edição —	35000
II — O desenho venancio Filho e Edgar Sussekind de Mendonça	10000
III — Lições de Portuguez — 5.ª edição — Othoniel Motta	35000
IV — Grammatica Expositiva (Curso Elementar) — 50.ª edição — Eduardo Carlos Pereira	35000
V — Grammatica Expositiva (Curso Superior) — Eduardo Carlos Pereira — 40.ª edição	35000
VI — Grammatica Historica — Eduardo Carlos Pereira, 5.ª ed.	325000
VII — Ler Brincando (cartilha) — Thales de Andrade	75000
VIII — Psychologia — A. Sampaio Doria — 5.ª edição	100000
IX — Como se aprende a lingua (Curso Elementar) — A. Sampaio Doria — 2.ª edição	35000
X — Como se aprende a lingua (Curso Geral) — A. S. Doria	35000
XI — Elementos de Anatomia e Physiologia Humana — A. Almeida Junior	100000
XII — Primeiro anno de mathematica — 5.ª edição — J. Stávale	100000
XIII — Segundo anno de mathematica — 4.ª edição — J. Stávale	100000
XIV — Selecta Moderna (2.ª edição) — Othoniel Motta	75000
XV — Curso Elementar de Historia Natural — C. de Mello Leitão (Tomo I)	100000
XVI — Sciencias Physicas e Naturaes (Tomo II) — Francisco Venancio Filho e Edgar Sussekind de Mendonça — 2.ª ed.	100000
XVII — Educaçao — Sampaio Doria	125000
XVIII — Logica — L. Liard (trad. de Godofredo Rangely) — 2.ª ed.	75000
XIX — Como se aprende ingles — 2.ª edição — J. L. Campos Jr.	100000
XX — Chave de lingua — 3.ª edição — Othoniel Motta	35000
XXI — Terceiro anno de mathematica — 2.ª ed. — Jacomo Stávale	125000
XXII — Curso Elementar de Historia Natural — C. de Mello Leitão (Tomo II)	125000
XXIII — Physica (3.ª ed.) — 3.º anno — Oscar Berstrom Lourenço	75000
XXIV — Atlas Excellentium Imperatorum de Cornelli Nepota — Traductus et notas de Alberto Piccarolo	35000
XXV — Mon. Felti Univers. (Como se aprende francez) — Maria Junqueira Schmitt (Edição Illustrada)	35000
XXVI — Geographia Humana — Aroldo de Azevedo (Edição Ilus.)	100000
XXVII — Geographia Gymnasial — 1.ª Série — Renato Jardim	75000
XXVIII — Physica (para o 2.º anno) — Francisco Venancio Filho	75000
XXIX — Physica (4.º anno gymnasial) — O. Berstrom Lourenço	125000
XXX — English Anthology — 4.ª ed. — Nuno S. de Vasconcellos	100000
XXXI — Historia da Civilizaçao — (1.º anno gymnasial) — Erasmo de Toledo	100000
XXXII — Historia da Civilizaçao Brasileira — para a Escola Primaria — (Edição Illustrada) — Pedro Calmon	35000
XXXIII — Diccionario de verbos ingleses — J. L. Campos Jr.	35000
XXXIV — Heures Joyeuses — Livro de Introduçao para o ensino do Francez — 1.º anno gymnasial — Maria Junqueira Schmitt	35000
XXXV — Quarto anno de mathematica — Jacomo Stávale	100000
XXXVI — Curso elementar de Historia Natural — Tomo III — C. de Mello Leitão	140000
XXXVII — Historia da Civilizaçao — para o 5.º anno gymnasial — Erasmo de Toledo	35000
XXXVIII — Geographia — para 4.ª serie secundaria — Edição Illustrada — Aroldo de Azevedo	125000
XXXIX — Elementos de Geometria e Desenho Linear — para o Curso Primario — Hyperides Zentello	35500
XL — Geographia Humana — (Politica e Economica) — 2.ª edição Illustrada — Delgado de Carvalho	100000

Edições da COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 24A / 26 / 28 / 30. SÃO PAULO

Preço deste volume 12\$000

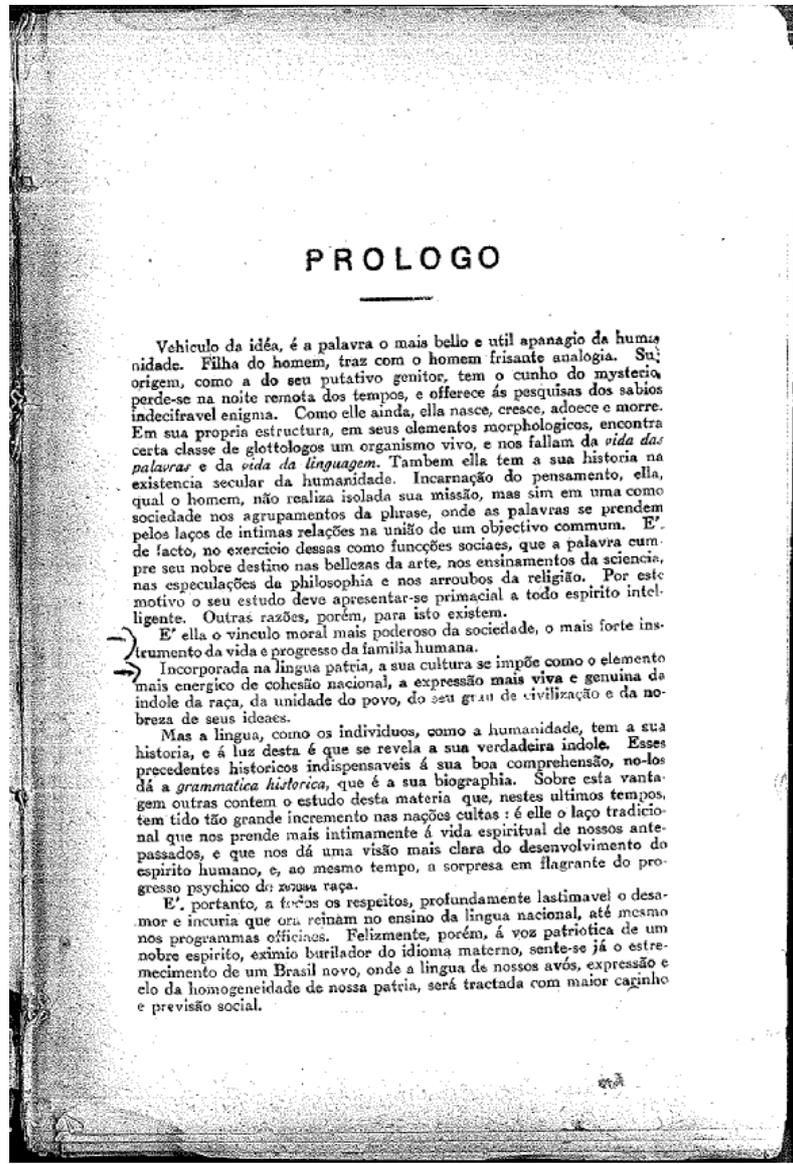
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Capa traseira da Gramática Histórica)

Anexo C



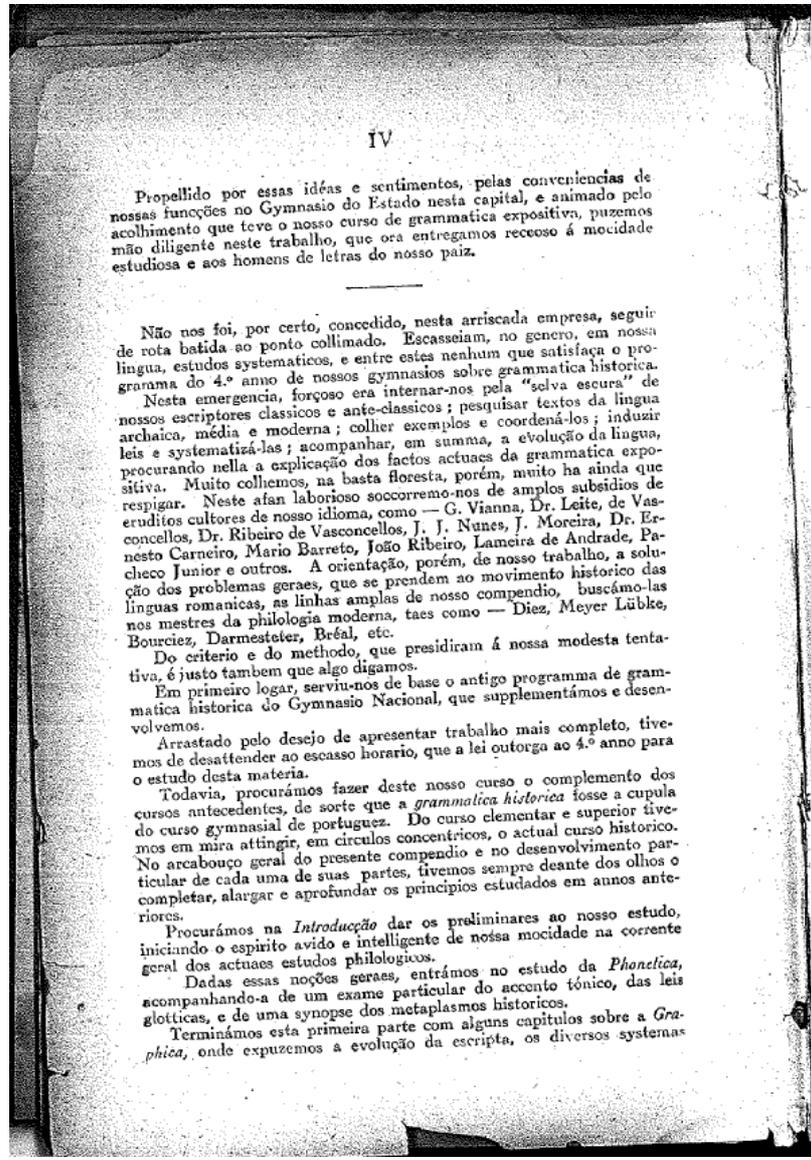
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva Curso-Superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

Anexo D



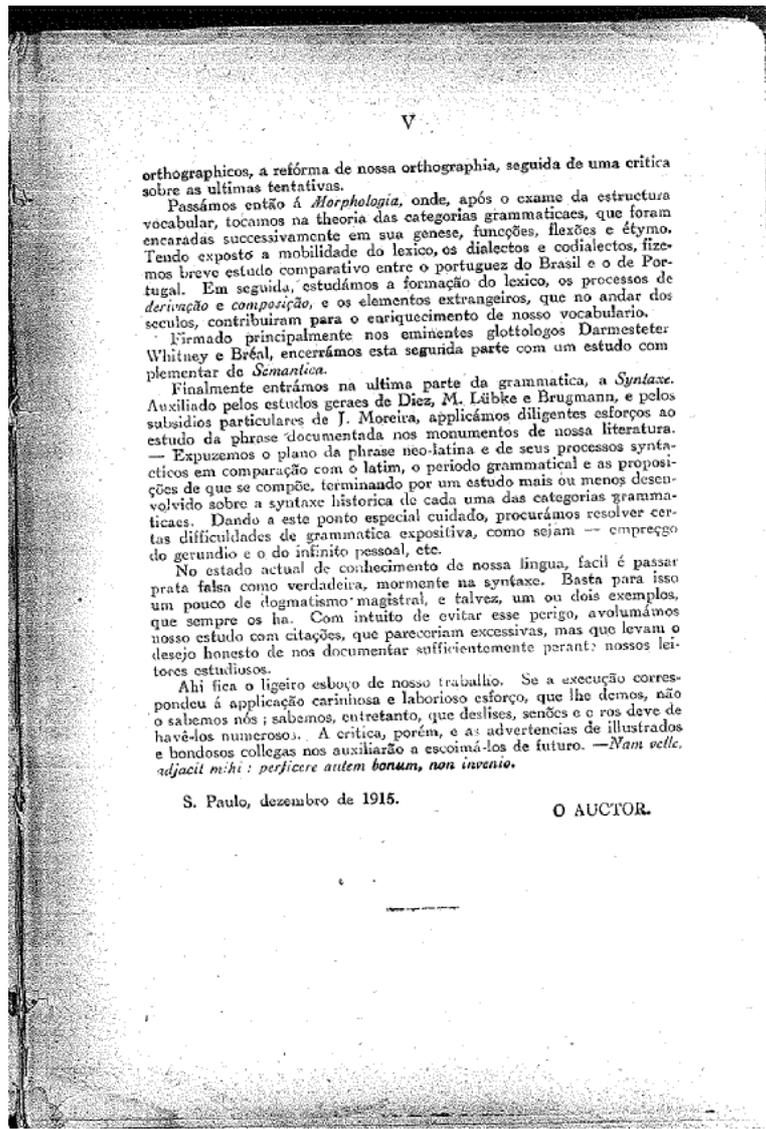
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Prólogo da Oitava edição p. 3).

Anexo E



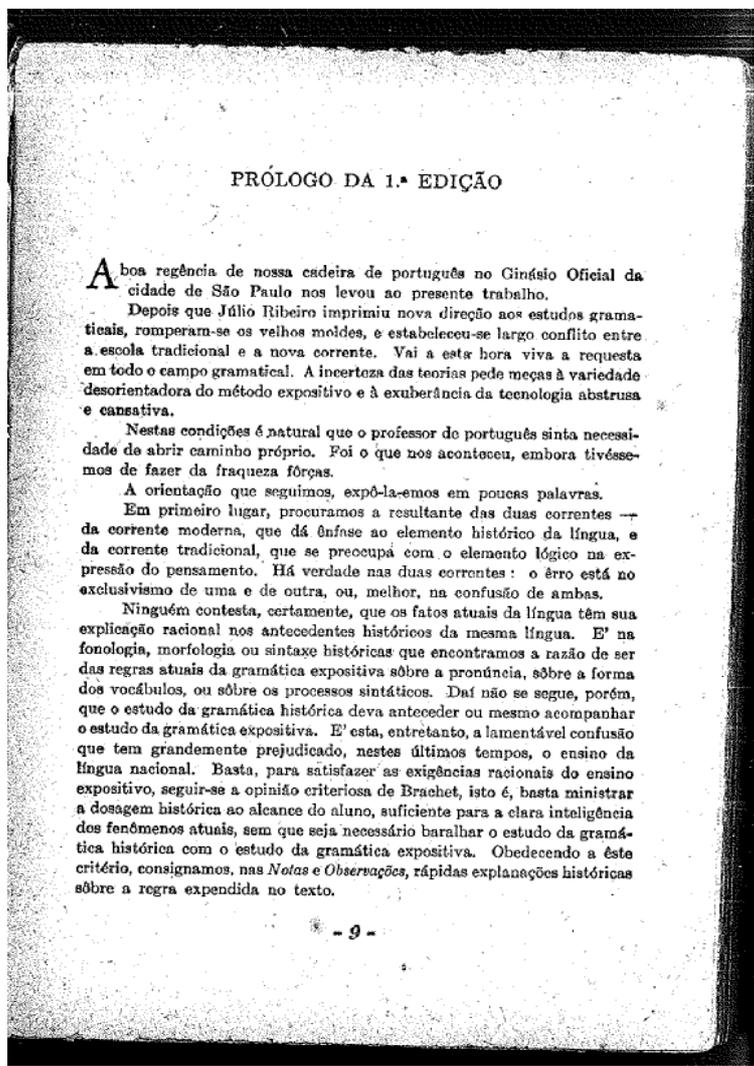
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Prólogo da Oitava edição p. 4).

Anexo F



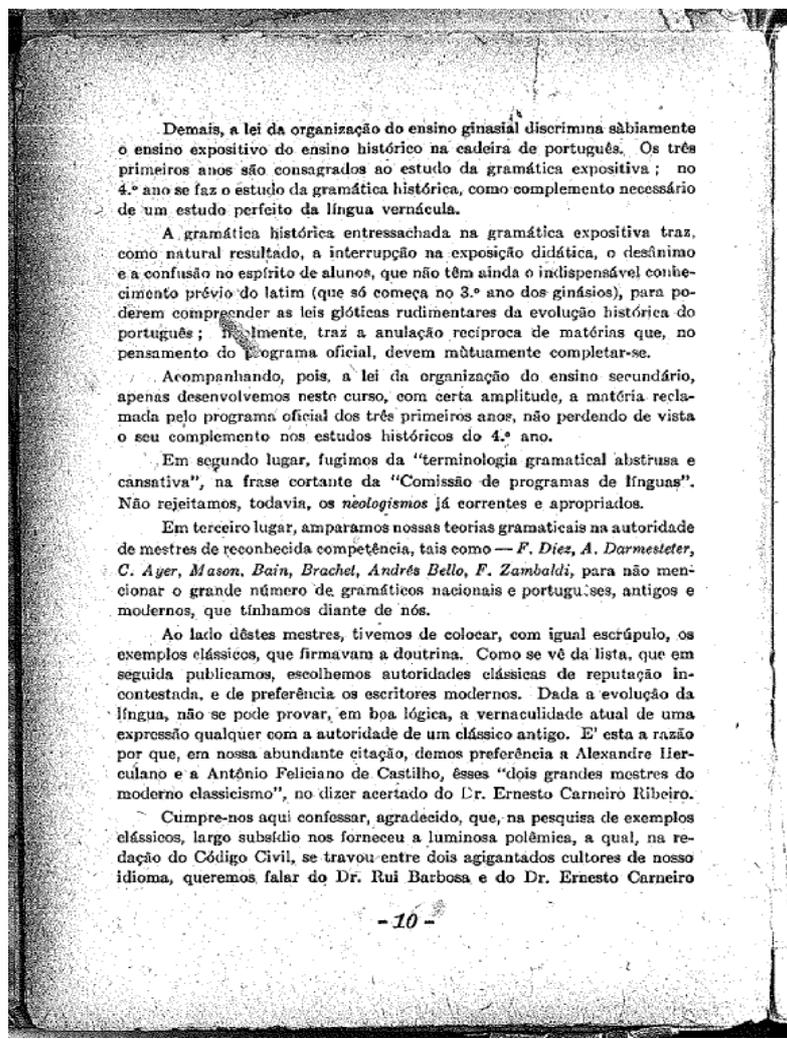
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Prólogo da Oitava edição p. 5).

Anexo G



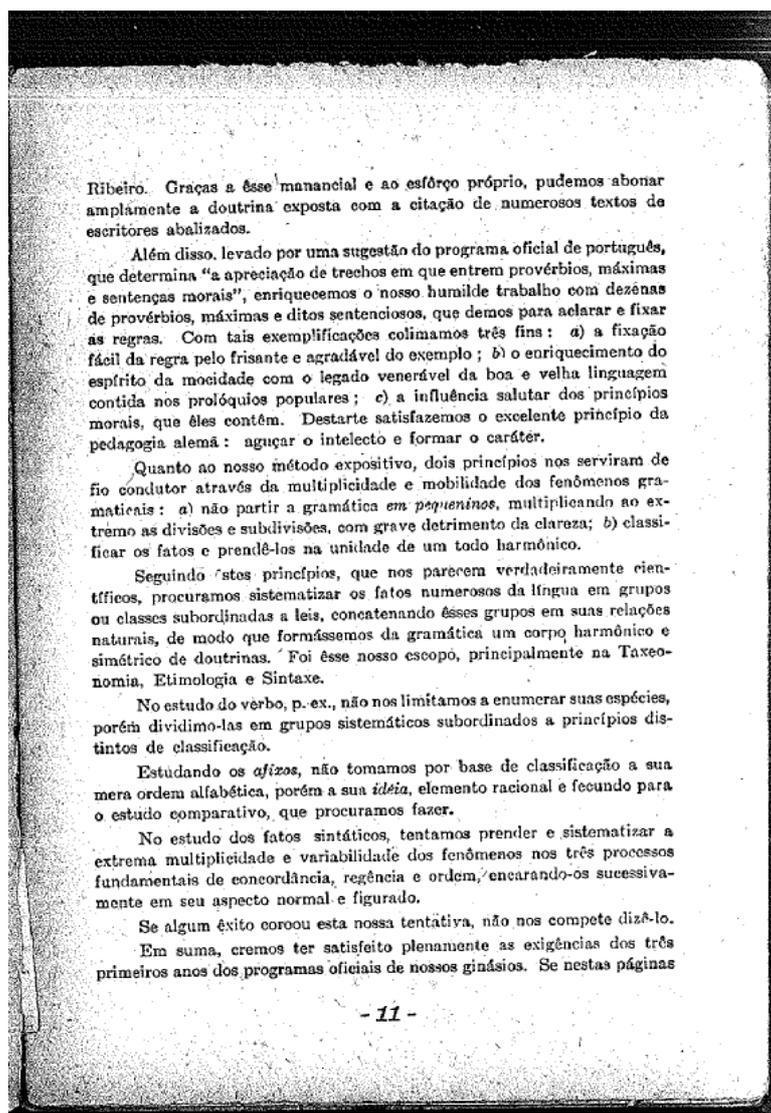
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva Curso-Superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1907. (Prólogo da 1ª edição p. 9).

Anexo H



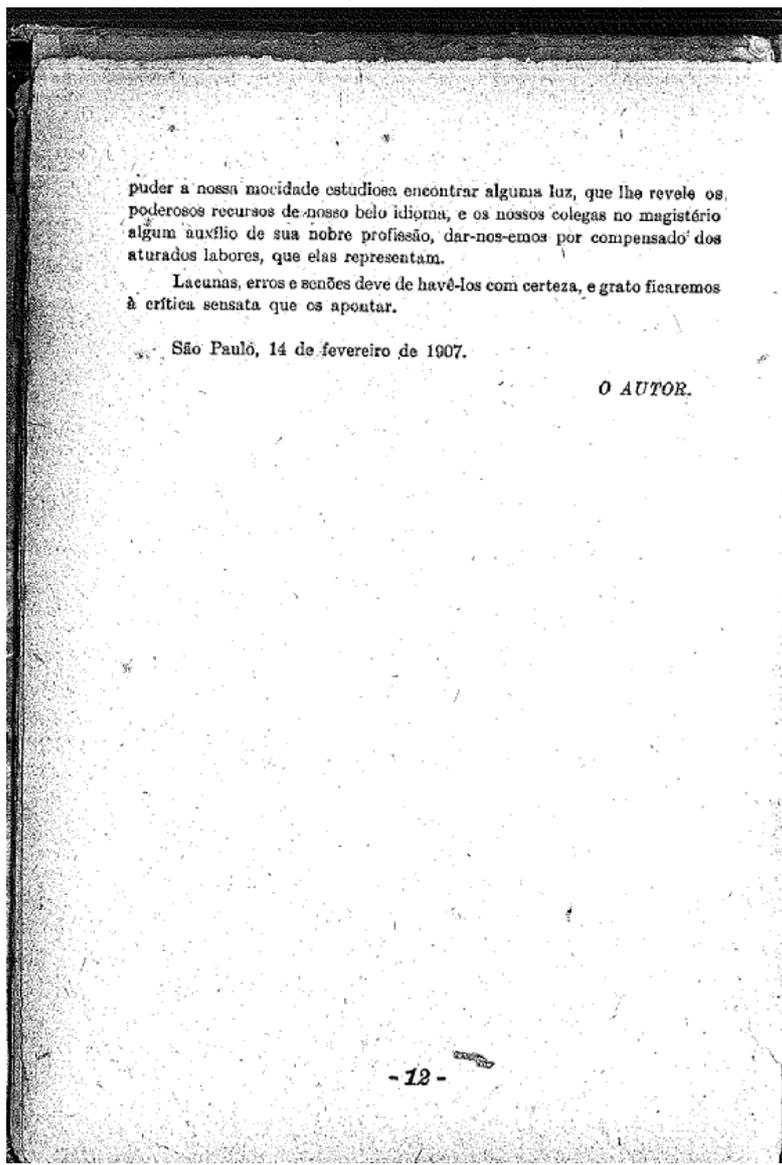
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva Curso-Superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1907. (Prólogo da 1ª edição p. 10).

Anexo I



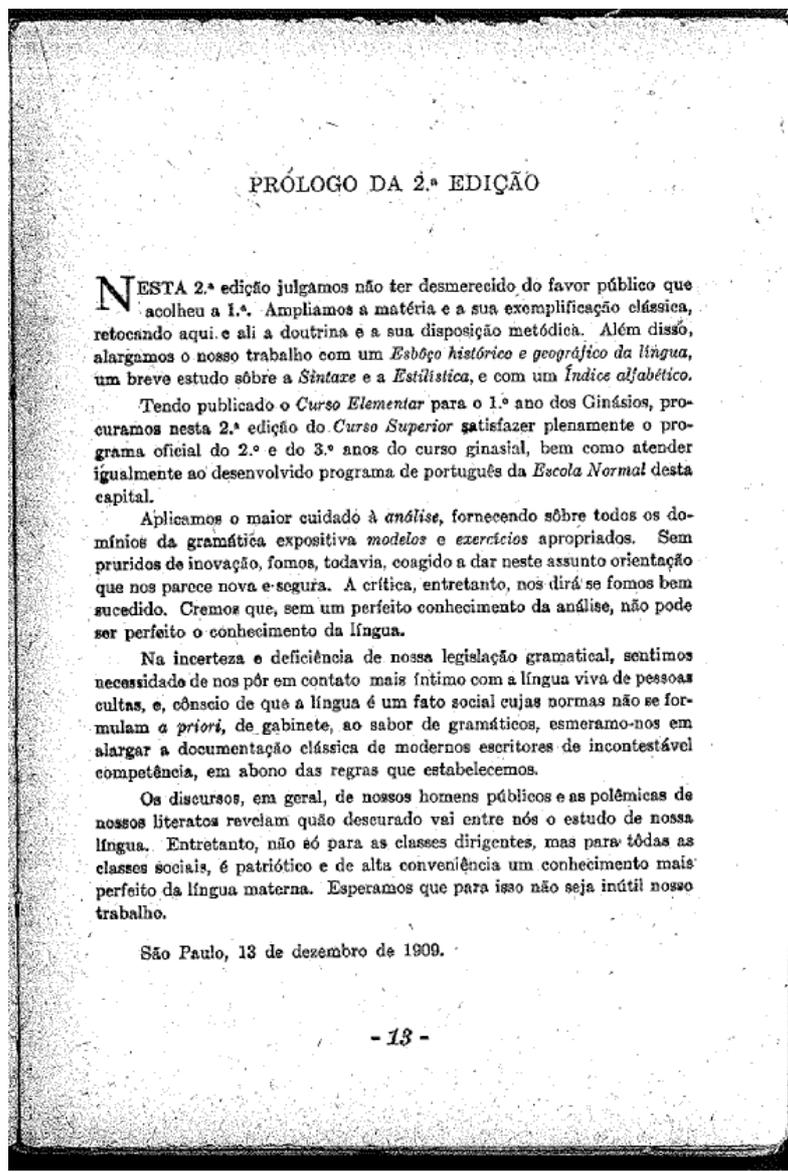
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva Curso-Superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1907. (Prólogo da 1ª edição p. 11).

Anexo J



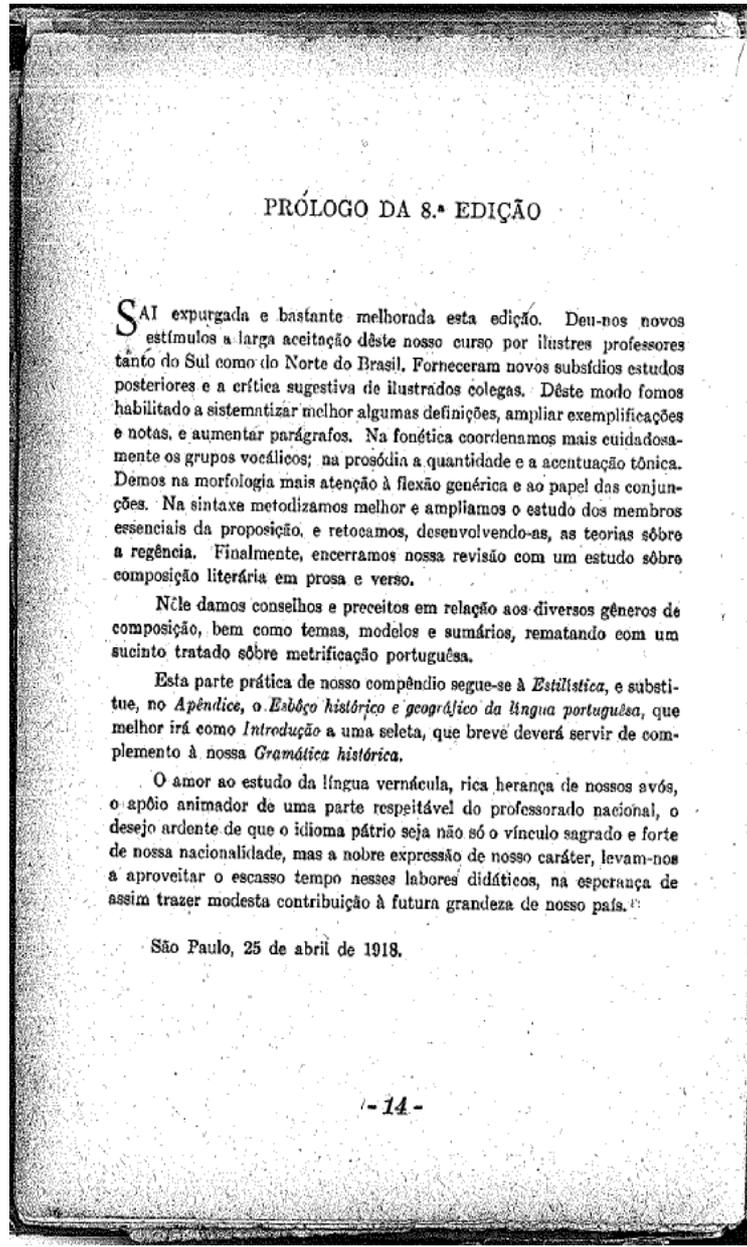
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva Curso-Superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1907. (Prólogo da 1ª edição p. 12).

Anexo K



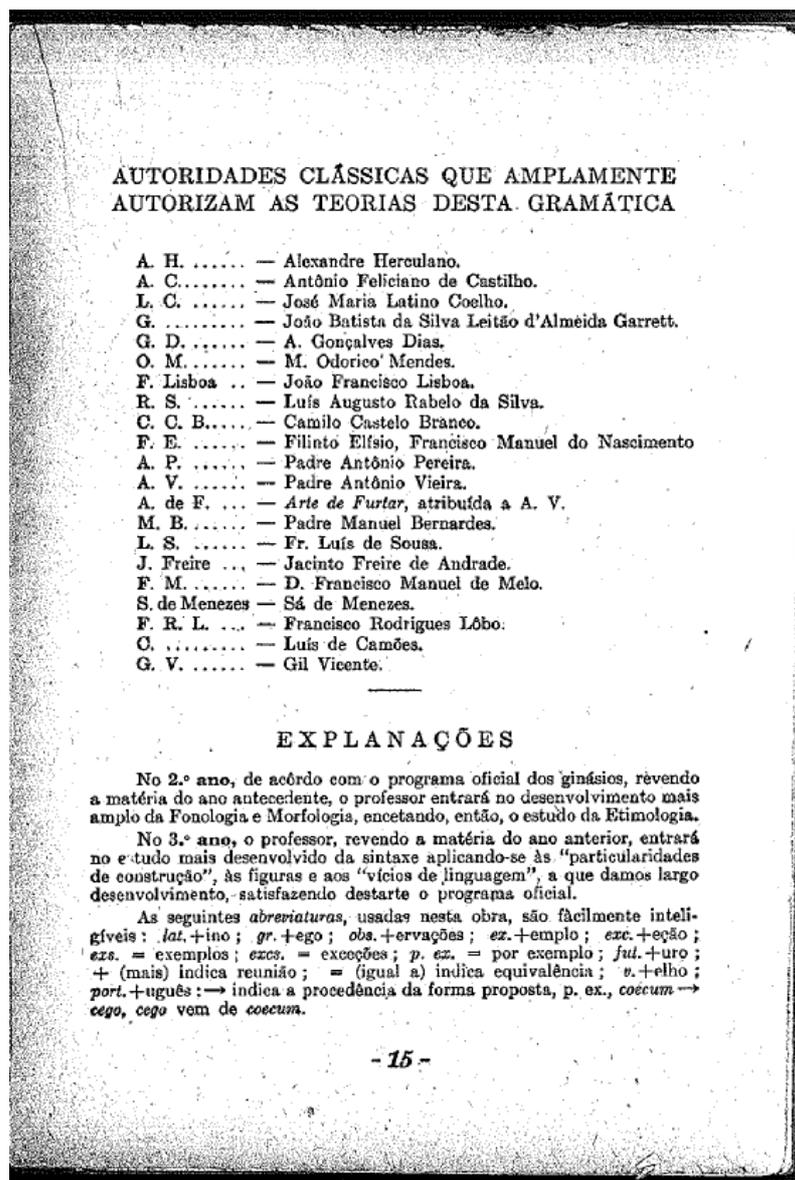
PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva Curso-Superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1909. (Prólogo da 2ª edição p. 13).

Anexo L



PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva Curso-Superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1918. (Prólogo da 2ª edição p. 14).

Anexo M



PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva Curso-Superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. (p. 15).

Anexo N



LOBATO, Monteiro. *Emília no País da Gramática*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935. (Capa da 2ª edição).

Anexo O



LOBATO, Monteiro. *Emília no País da Gramática*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935. (Contracapa da 2ª edição).

Anexo P



BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA
Sob a direção de
FERNANDO DE AZEVEDO

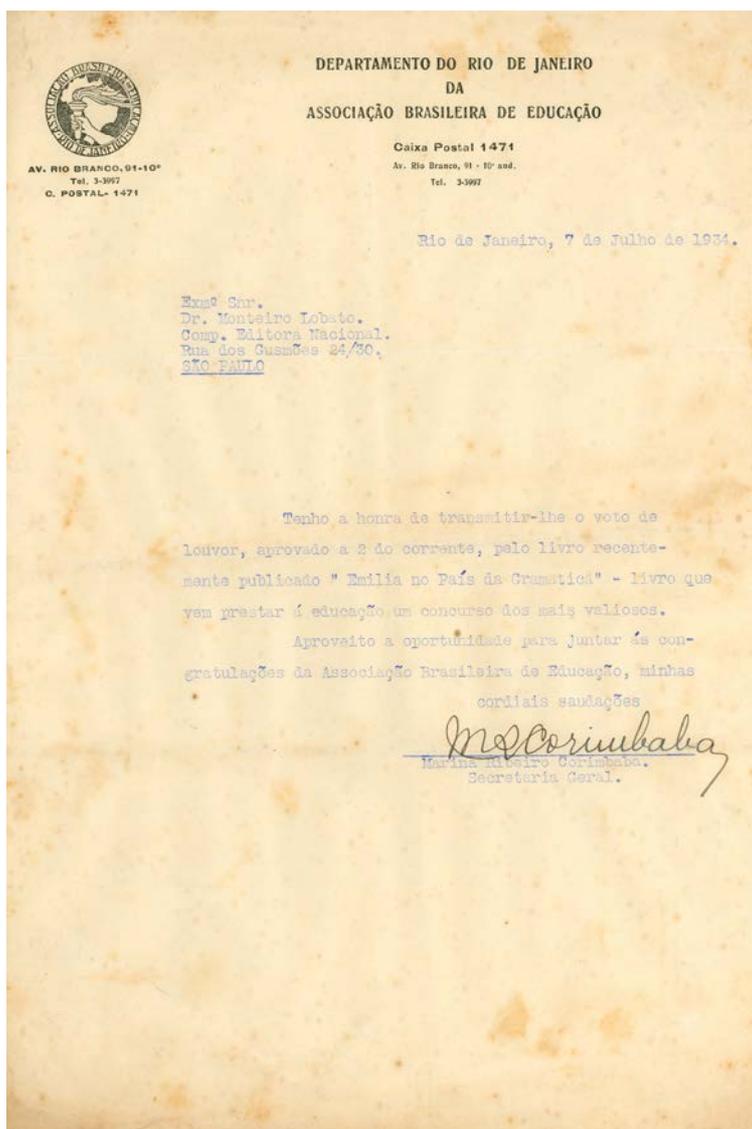
Serie I Literatura Infantil

VOLUMES PUBLICADOS :

	VOLS.	CART.
I — Reinações de Narizinho por MONTEIRO LOBATO (2. ^a edição)	68	
II — Alice no País das Maravilhas — por LEWIS CARROLL — Tradução de MONTEIRO LOBATO (2. ^a edição)	58	
III — Virgem ao Céu — por MONTEIRO LOBATO (2. ^a edição)	68	
IV — O Saci — por MONTEIRO LOBATO (5. ^a edição)	68	
V — Aventuras de Hans Staden — por MONTEIRO LOBATO (3. ^a edição)	68	
VI — Contos de Andersen — Tradução de MONTEIRO LOBATO (2. ^a edição)	58	
VII — Contos de Grimm — Tradução de MONTEIRO LOBATO (2. ^a edição)	58	
VIII — Alice no País do Espelho — por LEWIS CARROLL — Trad. de MONTEIRO LOBATO	68	
IX — As Cegadas de Pedrinho — por MONTEIRO LOBATO	68	
X — A Historia do Mundo para as Crianças — MONTEIRO LOBATO (4. ^a edição)	108	
XI — Novas Reinações de Narizinho — por MONTEIRO LOBATO (2. ^a edição)	68	
XII — Aventuras do Barão de Munchhausen — por G. A. EUBOER	58	
XIII — Pinocchio — por C. COLLODI — Trad. revista por MONTEIRO LOBATO	78	
XIV — Emília no País da Gramática — por MONTEIRO LOBATO (2. ^a edição)	78	
XV — Novos Contos de Andersen — Tradução de MONTEIRO LOBATO	58	
XVI — Novos Contos de Grimm — Tradução de MONTEIRO LOBATO	58	
XVII — Contos de Fadas de Perrault — Tradução de MONTEIRO LOBATO	58	
XVIII — Historia do Brasil para as Crianças — VIRIATO CORRÊA (4. ^a edição)	108	
XIX — Robinson Crusó — Adaptação de MONTEIRO LOBATO (2. ^a edição)	68	
XX — Peter Pan — MONTEIRO LOBATO	78	
XXI — Arithmetica da Emília — por MONTEIRO LOBATO	88	
XXII — Geografia de Dona Benta — por MONTEIRO LOBATO	108	
XXIII — Historia das Invenções — por MONTEIRO LOBATO	88	
XXIV — Meu Torão — VIRIATO CORRÊA	68	

LOBATO, Monteiro. *Emília no País da Gramática*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935. (Folha de rosto da 2.^a edição).

Anexo Q



Parecer da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. 07.07.1934. Fundo Monteiro Lobato. CEDAE/IEL/Unicamp.

Anexo R

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 CHEFIA DO SERVIÇO DAS INSTITUIÇÕES AUXILIARES DE ESCOLA
 Rua D. Veridiana, 220 - Tel. 5-4116 - S. Paulo

Ofício n.º 1143

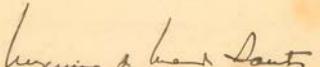
Assunto: Emília no País São Paulo, 13 de Novembro de 1939.
da Gramática.

Ilmos. Snrs. Diretores da Companhia Editora Nacional
 Rua dos Gusmões
CAPITAL

Em execução ao programa que esta Chefia de Serviço se impôs, de cooperar com os editores no sentido de facilitar a difusão de livros de literatura infantil, junto remeto cópia do parecer apresentado à mesma pela comissão que estudou o livro "Emília no País da Gramática", da autoria do notável escritor patriótico Monteiro Lobato.

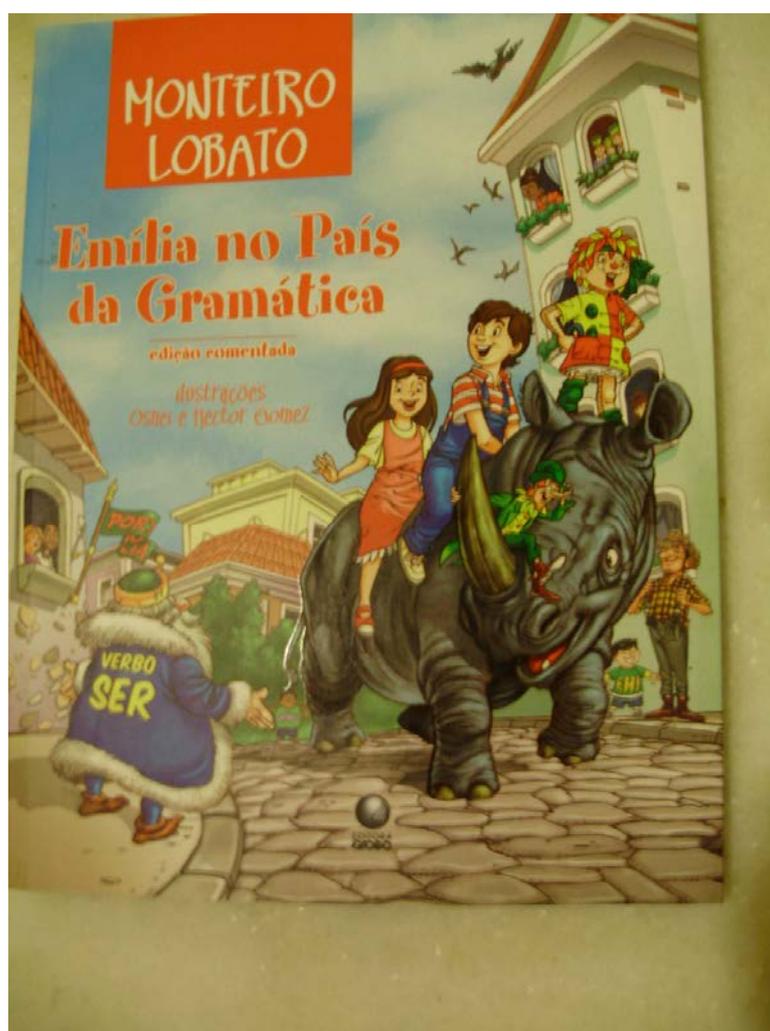
Esta Chefia, que subscreve os termos da referido parecer, não poderá opinar favoravelmente à autorização ^{para} que o livro em apreço possa constar em bibliotecas escolares, enquanto nas edições persistirem os trechos ou palavras apontados pela comissão.

Reitero a V. S. os protestos de elevada consideração.


 Maximo de Moura Santos
 (Chefe do Serviço das Inst. Aux. da Escola)

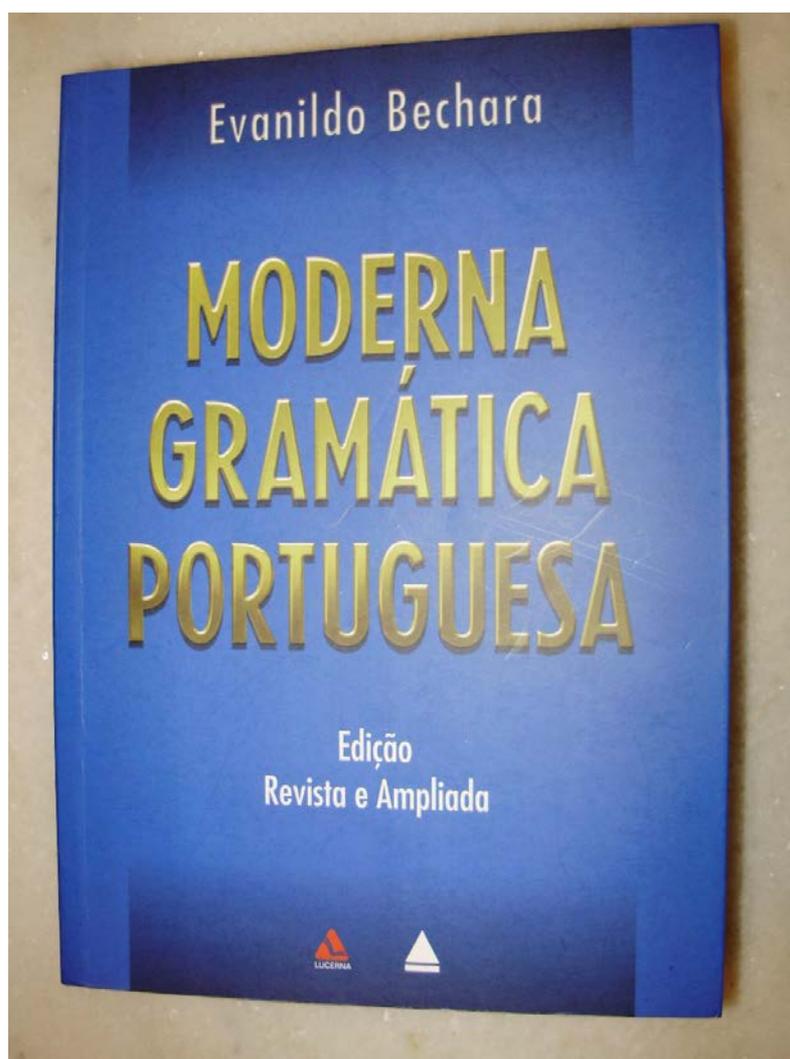
Parecer do Departamento de Educação de S. Paulo. 13.11.1939. Fundo Monteiro Lobato. CEDAE/IEL/Unicamp.

Anexo S



LOBATO, Monteiro. *Emília no País da Gramática*. São Paulo: Ed. Globo, 2008.
(Capa da 40ª edição).

Anexo T



BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2007. (Capa da 38ª edição).

